



# RELATÓRIO E CONTAS 2021



metro  
mondego  
sa

# ÍNDICE

05

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

16

## 2. ATIVIDADE DA EMPRESA

- 21 - Efeitos e impactos da COVID-19
- 22 - Preparação da Operação
- 23 - Intervenção na Baixa de Coimbra
- 24 - Apoio na Realização das Infraestruturas
- 25 - Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã
- 26 - Articulação com Entidades Externas
- 27 - Análise do Grau de Cumprimento do Plano de Atividades

08

## RELATÓRIO DE GESTÃO

30

## 3. A EMPRESA E OS SEUS COLABORADORES

- 3.1 - Estrutura Orgânica
- 3.2 - Recursos Humanos

12

## 1. ENQUADRAMENTO

- 11 - Apresentação da Empresa
- 12 - Missão, Visão e Valores
- 13 - Principais Acontecimentos Ocorridos

34

## 4. A EMPRESA E OS SEUS ACIONISTAS

- 4.1 - Estrutura Acionista
- 4.2 - Composição dos Órgãos Sociais
- 4.3 - Cumprimento das Obrigações Legais

36

5. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO
- 5.1 - Investimento
  - 5.2 - Exploração
  - 5.3 - Situação Patrimonial
  - 5.4 - Resultados
  - 5.5 - Proposta de Aplicação dos Resultados

54

A - SUBSISTEMA DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

51

6. EVENTOS SUBSEQUENTES

82

B - SUBSISTEMA DE CONTABILIDADE ORÇAMENTAL

52

CONTAS DO EXERCÍCIO

120

ANEXO 1 - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS



# MENSAGEM DO PRESIDENTE

O relatório agora apresentado descreve um ano em que se registaram evoluções relevantes nos planos da concretização do projeto, do contexto social e do funcionamento orgânico da empresa.

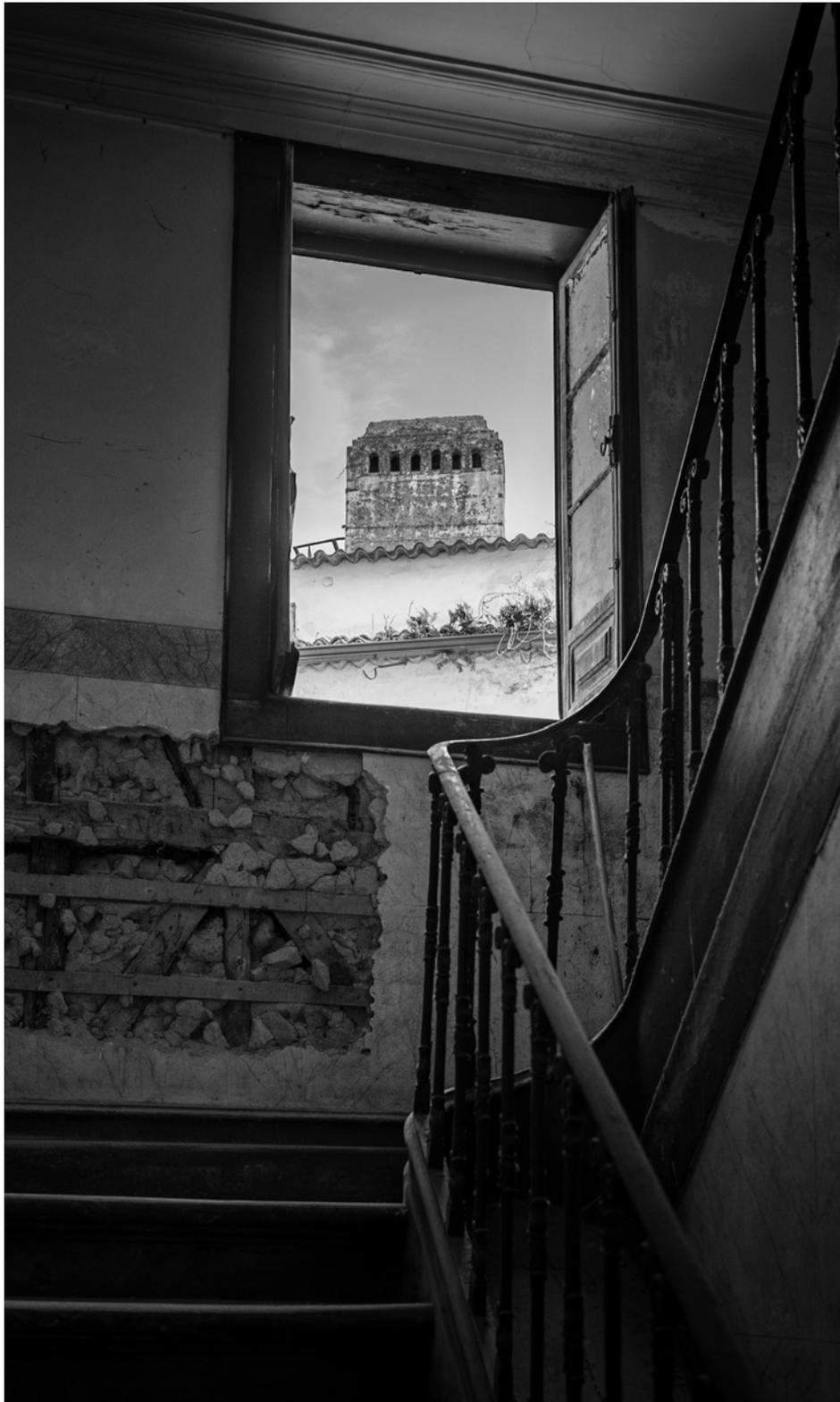
Começando por esta última vertente, 2021 corresponde ao terceiro e último ano de mandato desta Administração, sendo, por isso, oportuno e justo deixar aqui uma palavra de agradecimento aos colegas do Conselho pelo empenho e profissionalismo que sempre colocaram no desempenho das suas tarefas. Podendo ser acusado de parcialidade, estou convicto que honramos o compromisso assumido na Assembleia Geral ocorrida em 24 de junho de 2019, de que iríamos fazer tudo o que estivesse ao nosso alcance para concretizar o Sistema de Mobilidade do Mondego. Evidentemente que nem todos os prazos previstos terão sido escrupulosamente respeitados, certamente que cometemos falhas, provavelmente nem todas as decisões terão gerado um agrado unânime, mas seguramente que todos, trabalhadores e membros do Conselho de Administração, deram o seu melhor para que o Metrobus se concretize no mais curto prazo possível.

Talvez a palavra que melhor descreve a envolvente social registada no ano transato seja *ajustamento*, com a população a adaptar-se ao convívio com as exigências pandémicas, o Governo a definir um programa

para a reanimação económica, as empresas a ajustarem-se às fortíssimas condicionantes. O inesperado desta situação, a insegurança do desconhecido, a escala das dificuldades, tudo contribuiu para que tantas vezes se tivesse que intuir a direção a tomar, enfim, ir fazendo o caminho ao andar. Mas felizmente não se concretizaram as piores expectativas e, apesar das dificuldades vividas, foi possível, com a vacinação quase universal da população, começar a virar a página e sentir algum aroma de otimismo para o futuro.

No plano da concretização do projeto, o ano em análise foi, sem dúvida, fértil em realizações, como se regista no corpo deste relatório. Mas permito-me, nos parágrafos seguintes, destacar algumas concretizações pelo seu carácter emblemático.

Em primeiro lugar destaco a aprovação pelo Governo do Decreto-Lei que altera as Bases da Concessão da Metro-Mondego, garantindo assim uma plena coerência entre o regime jurídico aplicável e as características atuais do projeto, respondendo também às exigências presentes da regulamentação nacional e comunitária. Foi um processo quase tão extenso quanto intenso, ao qual a empresa concedeu a sua colaboração, mas cabendo a responsabilidade à Secretaria de Estado das Infraestruturas, que coordenou o processo e a quem deixamos um sentido agradecimento.



Foi referido no anterior Relatório e Contas que 2020 correspondeu ao *point of no return* do Sistema de Mobilidade do Mondego, 2021 deveria ser o ano de abertura de todos os grandes concursos que ainda não tinham sido lançados, correspondendo 2022 ao período de preparação do arranque do sistema.

De facto, assim aconteceu no ano em análise, já que a Infraestruturas de Portugal lançou, em 2021, todos os processos de concurso previstos, nomeadamente das empreitadas Coimbra B – Portagem, Linha do Hospital, Abrigos e Sistemas Técnicos. Quanto às infraestruturas do troço suburbano, os trabalhos continuaram a decorrer no ano transato e, no que concerne à ligação entre o Alto de S. João e a Portagem, esta empreitada foi consignada no final de 2021, o que constituiu um marco importante por se tratar da primeira intervenção que ocorre na área urbana da cidade de Coimbra.

Pela parte da Metro Mondego, a publicação da Resolução do Conselho de Ministros 56/2021, de 14 de maio, permitiu à empresa proceder à abertura do concurso para o fornecimento e manutenção do material circulante e à contratação do projeto do Parque de Material e Oficinas, componentes essenciais para a operacionalização do sistema.

Entretanto, foi também possível proceder ao lançamento do concurso para o fornecimento e manutenção do sistema de bilhética, aberto em março, graças à colaboração da Câmara Municipal de Coimbra.

Complementarmente, foram desenvolvidas diversas interações com os operadores e autoridades de transporte visando a criação de um tarifário intermodal, o qual se considera essencial disponibilizar em momento anterior à entrada em operação do sistema. São igualmente merecedoras de destaque a continuidade, quer da intervenção em curso no canal da baixa de Coimbra, obra emblemática da cidade, quer a contratação de novos colaboradores para a empresa, de modo a suprir as carências de recursos que se vão fazendo sentir.

É absolutamente certo que ainda falta muito para fazer, que não estaremos sequer próximos do objetivo final, de colocar em serviço o Sistema de Mobilidade do Mondego. Mas a nossa convicção é que teremos conseguido atingir o fim do princípio desse processo. Foi uma caminhada difícil, de várias décadas, das quais apenas acompanhei de perto os três últimos anos, mas, citando Miguel de Unamuno, o que importa agora é sermos "*mais os pais do nosso futuro do que os filhos do nosso passado*".

Por último, e não menos importante, registo aqui um sincero de agradecimento a todos os que conosco colaboraram, destacando as entidades regionais, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, os municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã, a Infraestruturas de Portugal, a Secretaria de Estado das Infraestruturas e, acima de tudo, os colaboradores da Metro Mondego. Assim, termino com o sincero reconhecimento pelo contributo de todos e a fundada convicção de que a Metro Mondego poderá continuar a contar com o vosso empenho.

Coimbra, fevereiro de 2022

# RELATÓRIO DE GESTÃO









# 1. ENQUADRAMENTO

## 1.1 - APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A Metro-Mondego, S.A. [MM], é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, constituída por escritura pública a 20/05/1996. De acordo com os Estatutos, constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 10/2002, de 24 de janeiro, as participações dos acionistas da Metro-Mondego no seu capital social compreendem o Estado, que detém a maioria do Capital Social (53%), os Municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã (com 14% cada), a Infraestruturas de Portugal, S.A. (2,5%) e a CP - Comboios de Portugal, E.P.E. (2,5%).

Através do Decreto-Lei n.º 10/2002, alterado pelos Decreto-Lei n.º 226/2004 2004, de 6 de dezembro, e Decreto-Lei n.º 21/2022, de 4 de fevereiro, o Estado atribuiu à MM a concessão, em regime de serviço público, da exploração de um sistema de transporte de tipo metro ligeiro de superfície nos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã, designado Sistema de Mobilidade do Mondego [SMM]. Segundo o mesmo diploma, compete à Infraestruturas de Portugal, S. A. [IP] o desenvolvimento dos procedimentos necessários à realização de projetos técnicos e assessoria à gestão e coordenação, de expropriações, de empreitadas (infraestrutura base do troço entre Coimbra B e Serpins, sistemas de telemática e de apoio à exploração e de paragens, sinalética e mobiliário urbano), de fiscalização das mesmas e ainda da candidatura a financiamento de fundos europeus estruturais e de investimento. À MM passou a caber supervisionar o SMM e assegurar a sua exploração comercial.

A solução de transporte adotada pela MM, o *Metrobus*, que se configura como um sistema de transporte rodoviário em infraestrutura dedicada e assegurada por veículos elétricos adaptados a essa infraestrutura, sendo económica e socialmente mais vantajosa, assegura o aproveitamento racional do canal ferroviário existente, para além de permitir uma integração sustentável em meio urbano.

Durante a fase de construção das infraestruturas a MM é também responsável pelos Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã.

## 12 - MISSÃO, VISÃO E VALORES

A Missão da MM é subsidiária da ambição que presidiu à sua criação e que, genericamente, pode ser equacionada pela importância de suprir necessidades de mobilidade na área geográfica dos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã afirmando-se, por esta via, como um instrumento decisivo para melhorar a qualidade de vida das populações abrangidas. Em concreto, a Missão da MM agrega as seguintes dimensões:

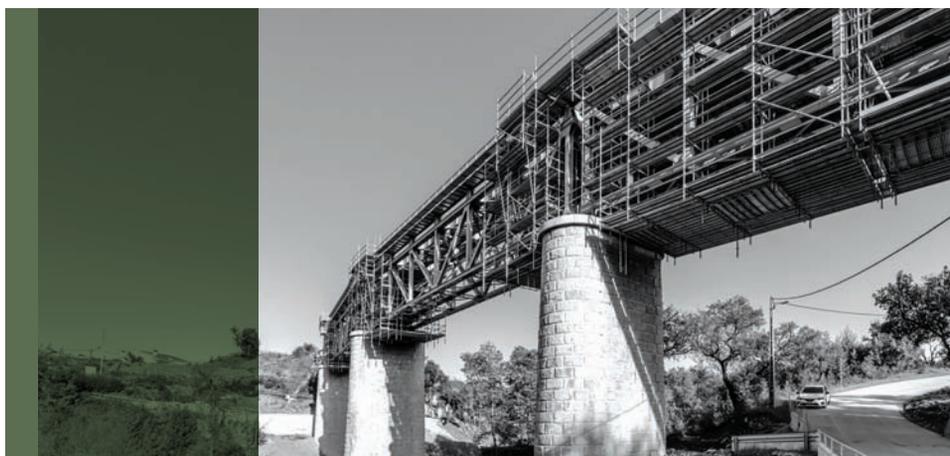
- Implementar e explorar o SMM na área geográfica dos municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo, otimizando a utilização dos recursos afetos ao projeto;
- Promover a mobilidade sustentável, colocando os meios disponíveis e o conhecimento acumulado ao serviço da região, dos seus habitantes e visitantes, incentivando ativamente a implementação de soluções inovadoras em matéria de mobilidade, de oferta de serviços de transporte público de passageiros integrados e de proteção do ambiente;
- Assegurar a manutenção e renovação da infraestrutura, com elevadas condições de segurança, interoperabilidade e de continuidade do serviço público.

A Visão da MM pondera o impacto da sua atividade num horizonte de longo prazo e projeta três perspetivas entendidas como necessárias para que esse futuro possa ser alcançado:

- Ser uma organização inovadora, interagindo com as populações e assegurando de modo eficaz a implementação e a exploração do SMM, visando alcançar elevados padrões de qualidade de serviço público.
- Ser um parceiro das autarquias e dos demais agentes no desenvolvimento de um sistema de transportes integrado, que contribua para a melhoria das acessibilidades e do desenvolvimento económico e social, bem como para as condições de coesão territorial e de qualificação urbana.
- Participar, juntamente com os diversos atores económicos, sociais e académicos, no desenvolvimento sustentável, de melhoria da qualidade de vida e de aumento da atratividade da região.

A MM pauta as suas ações tendo como referência os seguintes Valores:

- *Serviço Público* de elevada qualidade com foco nas pessoas e salvaguarda da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens;
- *Transparência* e integridade em todas as intervenções e relações com partes interessadas;
- *Rigor e responsabilidade* no cumprimento das tarefas profissionais;
- *Espírito de equipa*, procurando a orientação para objetivos comuns, valorizando a partilha de conhecimento, o mérito e a equidade;
- *Sustentabilidade*, promovendo a mobilidade ecológica e a qualidade de vida através da adoção das melhores práticas do sector e da consciencialização ambiental interna e externa;
- *Inclusão*, desenvolvendo soluções de mobilidade que permitam a todos deslocarem-se conforme as suas necessidades, independentemente da sua condição física, social ou género.



### 13 - PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS OCORRIDOS

Em 2021, a MM prosseguiu de forma decisiva o caminho traçado para concretizar a ambição do projeto do SMM. Do conjunto dos principais acontecimentos que marcaram o exercício findo em 31 de dezembro, assumem um destaque particular a publicação da Resolução de Conselho de Ministros [RCM] n.º 56/2021, que autorizou a MM a realizar a despesa relativa à operacionalização do SMM, incluindo-se aqui o concurso para o fornecimento de veículos, equipamentos de carregamento e serviços de manutenção, bem como as várias fases do concurso público relativo ao fornecimento, instalação, colocação em serviço do sistema de bilhética para o SMM. Foi igualmente possível neste período dar continuidade à aposta nas pessoas e nas condições de trabalho da empresa, com uma política ativa de promoção da conciliação entre as atividades profissionais e a vida pessoal, bem como a contratação de colaboradores.

Apresentam-se nos parágrafos seguintes algumas datas relevantes do ano transato.

#### 5 de março

É publicado o concurso público relativo ao fornecimento, instalação, colocação em serviço e manutenção do sistema de bilhética para o SMM, pela Câmara Municipal de Coimbra<sup>1</sup>, com um preço base de 4,5 milhões de euros.

#### 24 de março

É aprovado em reunião do Conselho de Administração da MM, o procedimento de venda pública de imóveis por carta fechada, relativo às parcelas sobrantes da Baixa de Coimbra, com início a 1 de abril e prazo para receção de propostas até 31 de maio.

#### 14 de maio

É publicada a RCM n.º 56/2021 que autoriza a MM a realizar a despesa relativa à operacionalização do SMM, nomeadamente a relativa aos veículos (fornecimento e manutenção) e ao Parque de Materiais e Oficinas [PMO].

#### 17 de maio

É aberto o concurso para o Fornecimento de Autocarros Elétricos para Transporte Urbano de Passageiros, Equipamentos de Carregamento e Serviços de Manutenção.

#### 20 de junho

É publicada a Portaria de Extensão de Encargos n.º 290-A/2021 relativa à prestação dos serviços rodoviários alternativos ao antigo Ramal da Lousã, entre Serpins e Coimbra.

<sup>1</sup> - Em reunião do executivo da Câmara Municipal de Coimbra, no dia 31 de janeiro de 2021, foram aprovados o relatório final e a minuta de contrato.

**1 de julho**

Inicia funções na MM um novo colaborador no Departamento Técnico.

**10 de julho**

É realizada a visita pública às obras na Baixa de Coimbra, através da prévia inscrição dos participantes.

**21 de Julho**

É realizada a escritura pública de venda do primeiro conjunto de parcelas sobrantes do anterior processo de expropriações para execução da Via Central.

**1 de setembro**

A empresa assume a responsabilidade pela gestão dos Serviços Alternativos, na sequência do término do anterior contrato, gerido pela Comboios de Portugal, EPE [CPI] e das orientações recebidas da Secretaria de Estado das Infraestruturas.

**1 de novembro**

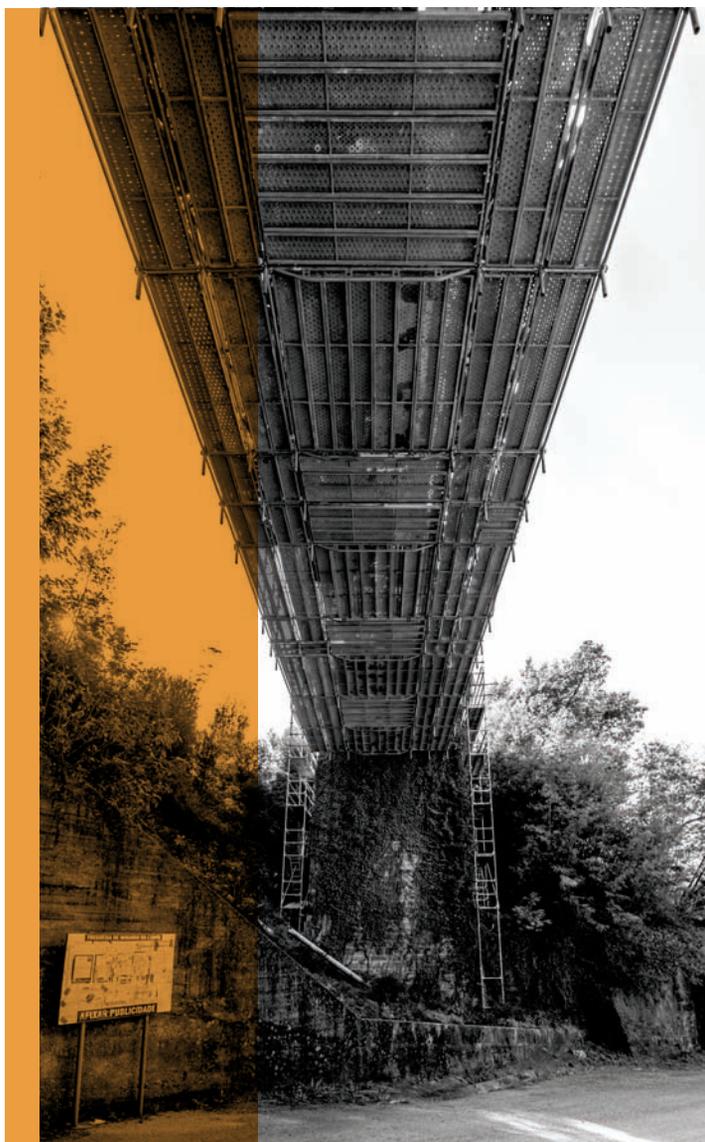
Inicia funções na MM uma nova colaboradora no Departamento Administrativo e Financeiro.

**15 de novembro**

É realizada a cerimónia de consignação da empreitada Alto de São João – Portagem, adjudicação pela IP, naquele que se destaca como um momento particularmente relevante no processo de implementação SMM, com o início das intervenções na área urbana da cidade de Coimbra.

**20 de dezembro e 22 de dezembro**

Iniciaram funções na empresa duas novas colaboradoras, no Departamento de Comunicação e Marketing e no Departamento Técnico, respetivamente.



## 2. ATIVIDADE DA EMPRESA

### 2.1 - EFEITOS E IMPACTOS DA COVID-19

A pandemia COVID-19 provocada pelo vírus SARS-Cov-2, declarada no início de 2020, afetou de forma expressiva a atividade da empresa, justificando particular atenção quer os impactos económicos quer os funcionais. No que concerne aos impactos económicos, assinalam-se os efeitos na procura de transporte público dos Serviços Alternativos ao Ramal da Lousã, a qual conduziu a um aumento expressivo dos encargos suportados pela MM com essa atividade (cf. ponto 2.5 e ponto 10 do Anexo I). Ainda no plano económico, registaram-se também acréscimos nas medidas de reforço da higienização que foram implementadas (cf. ponto 10 do Anexo I), de que são exemplo o reforço dos serviços de limpeza das instalações e abrigos ou a aquisição de equipamentos de proteção individual.

No âmbito do funcionamento das atividades laborais, a COVID-19 continuou a estar na origem de efeitos no normal desenvolvimento do trabalho, nomeadamente associados a medidas como as que implicaram que todos os colaboradores fossem colocados em regime teletrabalho a partir de 15 de janeiro, na sequência da renovação do Estado de Emergência, tendo sido decretado pelo Governo o dever geral de recolhimento domiciliário.

A partir de 3 de maio, é iniciado o plano de testagem mensal dos trabalhadores (testes rápidos antigénio Covid-19) e um regime de trabalho presencial em espelho (dias pares/dias ímpares), que se manteve em vigor até 1 de outubro, altura em que começou a ser reposto, na medida do possível, o regresso à normalidade.

Em 2021 permaneceu como norma a realização frequente de reuniões não presenciais, quer internas quer externas, dando assim continuidade à política de diminuição de contactos pessoais a que se associam igualmente economias de tempo e recursos. Complementarmente foram também estabelecidas regras internas para reduzir o risco de transmissão, como sejam a utilização de máscara pelos colaboradores nas instalações sempre que se encontram a uma distância inferior a 2 metros de algum colega ou visitante.

## 22 - PREPARAÇÃO DA OPERAÇÃO

Com o objetivo de preparar a entrada em operação do SMM, em 2021 a empresa executou um conjunto de atividades visando a futura disponibilização de ativos operacionais do sistema (veículos elétricos e respetivos sistemas de carregamento de baterias, PMO e Sistema Bilhética) e a instrução dos processos de licenciamento da infraestrutura e de exploração. Estas atividades são apresentadas em maior detalhe nos pontos seguintes.

### 22.1 - Concurso para a aquisição de veículos, postos de carregamento e serviços de manutenção

Em maio de 2021 foi lançado o concurso público internacional para o fornecimento de autocarros elétricos a baterias, postos de carregamento e respetivos serviços de manutenção.

Este procedimento integra o fornecimento de 35 veículos articulados, com cerca de 18 metros de comprimento, integralmente elétricos, a baterias, para transporte urbano de passageiros, incluindo também os equipamentos de carregamento e os serviços de manutenção durante o período de vida útil do material circulante (15 anos). A frota envolvida é de 35 autocarros, com uma opção de aquisição de até 5 veículos adicionais.

As propostas foram apresentadas em outubro de 2021. O relatório preliminar de análise e avaliação de propostas, após a prestação de alguns esclarecimentos pelos concorrentes, foi produzido em dezembro de 2021, prevendo-se a conclusão do procedimento em fevereiro de 2022.

### 22.2 - Postos de Transformação

De modo a permitir a alimentação elétrica dos postos de carregamento rápido, a instalar nos terminais das famílias de circulações do SMM, cujo fornecimento será realizado pelo fabricante dos autocarros elétricos, procedeu-se à elaboração dos projetos de execução dos Postos de Transformação [PT]. Foram aprofundados alguns aspetos relacionados com a redundância e disponibilidade de potência nos PT, de modo a que estes sejam compatíveis com os veículos e equipamentos de carregamento que venham a ser definidos pelo fornecedor respetivo (ainda não selecionado).

Está previsto que o concurso público para o fornecimento e construção dos PT seja lançado no final do 1º trimestre de 2022.

### 22.3 - Parque de Manutenção e Oficinas

Com a publicação, em maio de 2021, da RCM que permitiu a contratação dos estudos e projetos para a instalação do PMO do SMM em Sobral de Ceira, foi possível, a partir dessa data, proceder à elaboração dos respetivos estudos de engenharia e ambientais, incluindo o desenvolvimento do projeto de execução, o projeto de expropriações e o estudo de enquadramento ambiental destas instalações.

Prevê-se a conclusão da fase de elaboração e revisão de projeto no início de 2022 a que se seguirá o lançamento do concurso. Está igualmente prevista para esse ano a obtenção da Declaração de Utilidade Pública (DUP) dos terrenos a expropriar, a realização dos processos de expropriação e o início da empreitada de construção.

### 22.4 - Sistema de Bilhética

Visando a obtenção de financiamento para a aquisição do Sistema de Bilhética interoperável do SMM, a MM e o Município de Coimbra celebraram, em dezembro de 2020, um Protocolo de modo a permitir a inscrição deste investimento no Plano Operacional Centro 2020. O Município de Coimbra candidatou e obteve aprovação para o financiamento deste investimento pela União Europeia, através do Programa Operacional referido [Eixo 9 - Reforçar a rede urbana (CIDADES)], assegurando o desenvolvimento do procedimento de contratação pública, cujo lançamento foi realizado em março de 2021. Por seu lado, a MM assumiu a responsabilidade pelo acompanhamento técnico da implementação do sistema bem como pelo financiamento da contrapartida nacional, estimada em 15 % do investimento. Estão incluídos nesse fornecimento o sistema central de bilhética, as Máquinas Automáticas de Venda de Títulos [MAVT], os validadores a instalar nas estações, os equipamentos de fiscalização portáteis e os equipamentos de venda presencial, bem como a manutenção durante os primeiros 5 anos de operação do sistema.

A adjudicação deste fornecimento foi concretizada pelo Município de Coimbra em janeiro de 2022.

### 225 - Processos de Licenciamento da Infraestrutura e da Exploração

Um dos aspetos imprescindíveis para a entrada em operação do SMM inclui o licenciamento da atividade de prestação de serviços de transporte e de gestão e exploração da infraestrutura. Este licenciamento tem enquadramento nas competências atribuídas ao Instituto de Mobilidade e Transportes (IMT). Sendo o SMM um sistema do tipo Bus Rapid Transit (BRT), portanto inovador em Portugal, e contendo especificidades muito particulares no seu troço suburbano, por ser operado em via única, é fundamental desenvolver uma interação intensa com o IMT para a definição dos pressupostos do processo de licenciamento.

Em 2021 foi realizada, com o apoio de uma assessoria especializada, a etapa inicial de definição e desenvolvimento do Sistema Integrado de Segurança do SMM, como previsto nas Bases de Concessão, a implementar para o ciclo de vida do projeto, incluindo a elaboração de elementos preliminares a integrar no Manual de Exploração do Sistema.

Foram também realizados contactos com os serviços técnicos do IMT para aferir a proposta de desenvolvimento do processo de licenciamento e para transmitir os elementos preliminares produzidos. Trata-se assim do início de um processo de desenvolvimento e implementação que se prolongará até à entrada em serviço do Metrobus, prosseguindo a sua aplicação na fase de operação do sistema.

### 226 - Análise do impacto da ação de ventos

Em 2021 foi concluída a análise do impacto da ação de ventos transversais sobre autocarros, uma questão identificada como relevante para a segurança da futura operação no troço de via única do SMM. Foi contratado à Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial (ADAI), entidade ligada ao Departamento de Engenharia Mecânica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, um estudo para caracterização da velocidade do vento na envolvente ao canal suburbano do SMM e para o apoio à formulação de medidas de mitigação da ação de ventos transversais sobre a estabilidade da trajetória de autocarros.

Este estudo permitiu identificar as velocidades do vento expectáveis ao longo do canal suburbano do SMM e os procedimentos operacionais a serem adotados em função dos limiares de velocidade de vento registados em períodos de meteorologia muito adversa, designadamente a emissão de alertas aos motoristas, a redução da velocidade de operação em zonas expostas do traçado podendo, em situações limite com muito baixa probabilidade, conduzir ao encerramento da operação.



### 23 - INTERVENÇÃO NA BAIXA DE COIMBRA

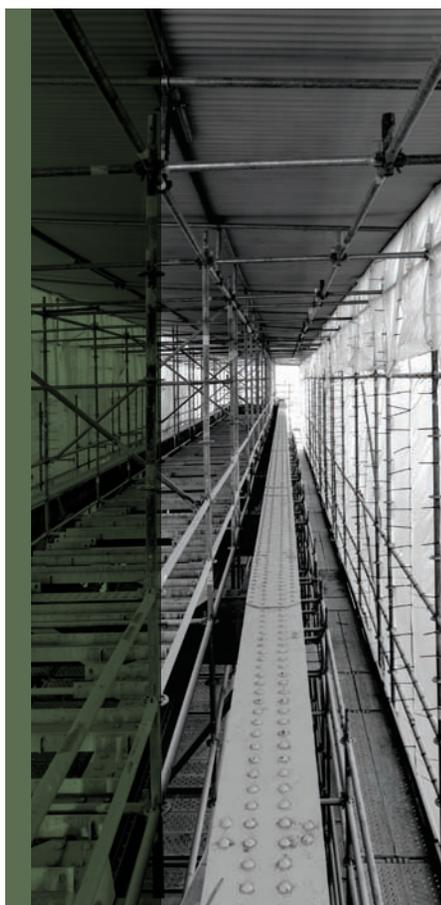
No último trimestre de 2020 foi consignada a "Empreitada de desconstrução/demolição, construção e reabilitação dos edifícios para a abertura do canal do Sistema de Mobilidade do Mondego na Baixa de Coimbra (Parcelas 22, 23, 25, 26, 27, e 33)", a par dos serviços de gestão, assessoria, fiscalização e coordenação de segurança correspondentes. Esta consignação foi possível depois de em 2019 ter sido aprovada, pela Secretaria de Estado das Infraestruturas (SEI) e pela Secretaria de Estado do Tesouro, a metodologia para a execução das obras de Abertura do Canal do SMM na Baixa de Coimbra, e subsequente publicação das Portarias n.º 141/2020 e 142/2020, as quais autorizam a MM a assumir os encargos plurianuais relativos aos respetivos contratos.

Em 2021 foi dada continuidade aos trabalhos desta empreitada projetando-se que os mesmos possam ser concluídos até ao final de 2022. A empreitada está dividida em duas fases. Na primeira serão intervencionados os edifícios da Rua Nova e parte poente dos edifícios da Rua da Sofia, permitindo que a farmácia Luciano e Matos, que se encontra no edifício da Praça 8 de Maio, se mantenha em funcionamento. Na segunda fase este estabelecimento será temporariamente deslocado para o edifício da Rua da Sofia, permitindo a intervenção no edifício da Praça 8 de Maio e a construção do "edifício ponte". Tendo presente os atrasos da obra, estima-se que a primeira fase deva estar concluída no primeiro semestre de 2022, ainda se admitindo como viável que toda a empreitada termine no último trimestre do ano, em articulação com a programação da execução da Linha do Hospital.

No âmbito desta obra foram contratados aos projetistas os serviços de adaptação dos projetos, de modo a integrar situações imprevisíveis que surgiram com o decorrer das obras, nomeadamente a possibilidade de anular a cave técnica projetada no edifício da Praça 8 de Maio e a conciliação com o edifício contíguo.

Paralelamente, e no que respeita às parcelas sobrantes contíguas ao Canal do SMM na Baixa, na sequência da apresentação de uma avaliação pela ESTAMO - Participações Imobiliárias, S.A., em outubro de 2020 a MM colocou à consideração das Secretarias de Estado das Infraestruturas e do Tesouro a possibilidade de venda direta destes imóveis, pretendendo-se por esta via maximizar o seu valor de venda. A proposta foi objeto de despacho favorável, tendo-se iniciado o processo de preparação da documentação necessária para colocar à venda as referidas parcelas.

Durante o ano de 2021 foram abertos procedimentos para a venda das parcelas sobrantes contíguas ao Canal do SMM na Baixa, tendo-se, no âmbito dos mesmos, lavrado a escritura referente à alienação de duas unidades, restando ainda na posse da empresa quatro unidades. Estima-se que este processo esteja concluído até meados de 2022.



## 24 - APOIO NA REALIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS

Em 2021 a MM deu continuidade às tarefas necessárias à implementação da solução Metrobus do SMM, de entre as quais justifica uma referência particular à colaboração com a IP nos projetos de infraestruturas, em conformidade com o Protocolo de Colaboração celebrado com esta entidade. Apresentam-se, nos pontos abaixo as principais atividades desenvolvidas.

### 24.1 - Projetos de infraestruturas

Na sequência das propostas anteriormente apresentadas à IP para a adaptação das infraestruturas às necessidades da operação em segurança de veículos elétricos articulados e às soluções de carregamento elétrico adotadas para o troço suburbano, foram solicitados novos ajustes em alguns aspetos particulares dos projetos de execução do troço urbano, nomeadamente nos terminais de inversão e de carregamento dos autocarros:

- No terminal do Alto de S. João: criação de lugar de estacionamento, de acessos à via e de condições para instalação de equipamentos de carregamento elétrico e Posto de Transformação.
- No terminal do Hospital Pediátrico: ajustes na disposição de lugares de estacionamento e criação de condições para instalação de equipamentos de carregamento elétrico e Posto de Transformação.

Assinala-se também a continuação da participação ativa da MM no acompanhamento do desenvolvimento do projeto dos Abrigos de Passageiros e mobiliário urbano, que culminaram no lançamento do concurso público respetivo, pela IP, em 18 de novembro.

### 24.2 - Auditoria de Segurança Rodoviária

A IP contratou uma Auditoria de Segurança Rodoviária ao projeto de infraestruturas, cujo trabalho teve início em meados de setembro, estando a MM a acompanhar o seu desenvolvimento desde essa altura. Para esse efeito foi compilado um conjunto de elementos relativos ao sistema na sua globalidade e a estudos de segurança realizados pela MM, para disponibilização aos Auditores. Ainda nesse âmbito a empresa tem colaborado com a IP no acompanhamento dos trabalhos dos Auditores.

### 24.3 - Sistemas de Telemática e Sistema de Apoio à Exploração

Em 21 de Setembro de 2021, após a publicação da Portaria de Extensão de Encargos nº 250/2021, de 29 junho, foi celebrado um Acordo de Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes entre a IP e MM, com base no qual a primeira suportará os encargos com o fornecimento e instalação dos Sistemas de Telemática e do Sistema de Apoio à Exploração [SAE] e a MM suportará os encargos com a manutenção dos sistemas referidos pelo prazo de 5 anos.

Nessa sequência, foi lançado em 24 de novembro de 2021 o concurso público de Conceção/Construção dos Sistemas de Telemática Gerais, Posto de Comando Central (PCC) e Manutenção do Sistema de Mobilidade do Mondego.

Com este ato concluiu-se um complexo processo de definição do âmbito do concurso, englobando os sistemas de telemática gerais, os equipamentos do PCC, os SAE e a sinalização/semaforização, tendo em consideração a necessidade da sua articulação com fornecimentos da responsabilidade da MM (veículos, carregadores, Postos de Transformação, bilhética) e as condicionantes da futura operação.

### 24.4 - Estudo de definição de limites de velocidade nos atravessamentos

A definição dos limites de velocidade mais adequados é um domínio de importância fundamental, quer para a segurança, quer para a velocidade comercial do SMM. A questão que se coloca consiste em validar, ou rever, os limites de velocidade nos atravessamentos rodoviários e pedonais do canal do SMM incorporados nos projetos de infraestruturas.

Em 2021 foi realizado pela *RINA Consulting* um estudo contratado pela empresa visando a definição dos limites de velocidade de circulação dos autocarros do SMM, aplicáveis em atravessamentos rodoviários e pedonais em ambiente urbano. Neste estudo foi feita uma avaliação detalhada das condições de segurança de cada interseção individual, considerando aspetos como distância de visibilidade, geometria rodoviária e fluxo pedonal na envolvente, tendo por base a informação dos projetos de execução desenvolvidos pela IP. Os resultados serão incorporados pela IP numa revisão da sinalização de limites de velocidade nos projetos de execução.

## 25 - SERVIÇOS RODOVIÁRIOS ALTERNATIVOS AO RAMAL DA LOUSÃ

### 25.1 - Enquadramento

Em 2021 verificou-se uma alteração estrutural no quadro de funcionamento dos Serviços Alternativos, tendo a empresa assumido, a partir de 01/09/2021, em conformidade com indicação da SEI, a responsabilidade pela contratação e gestão destes serviços. Assim, para além do acompanhamento geral, apoio ao cliente e reclamações, pagamento dos défices de exploração e gestão e manutenção da infraestrutura de apoio, a MM passou a assumir também a gestão do contrato e a fiscalização da prestação dos Serviços Alternativos.

Para enquadrar a alteração do conjunto de responsabilidades atribuídas, neste âmbito, à CP e à MM, foi outorgado, também a 1 de setembro, um novo Protocolo de Colaboração, o qual tem por objeto regular as condições em que a CP vende, por conta da MM, títulos de transporte para os Serviços Alternativos, bem como as condições de cedência de utilização de equipamentos para o mesmo fim. Sublinha-se que a transferência das responsabilidades com a gestão e acompanhamento deste serviço da CP para a empresa decorre da vantagem desta em adquirir progressivamente competências no domínio da prestação de serviços de transporte, não subsistindo nenhum problema no relacionamento entre ambas as instituições, o qual, pelo contrário, se mantém no mais elevado nível de colaboração.

Assim, durante o ano de 2021 a empresa procedeu à preparação e lançamento do novo concurso público para a operação dos Serviços Alternativos, tendo como referência um horizonte temporal que se deverá estender até ao início da operação do SMM. A elaboração do Caderno de Encargos deste concurso incluiu a ponderação dos resultados de um estudo de análise e refinamento da oferta, bem como os de um inquérito à satisfação dos utentes, aplicado a bordo dos autocarros, em novembro de 2020.

Importa, contudo, destacar que apesar das diligências tomadas pela MM no sentido de concluir este processo concursal a tempo de iniciar o novo contrato no dia 01 de setembro de 2021, tal não se revelou possível. Em consequência, a empresa foi confrontada com a necessidade de encontrar uma solução que permitisse assegurar a continuação dos Serviços Alternativos até a entrada do novo contrato. A solução encontrada envolveu a contratação do operador rodoviário incumbente no âmbito de um "contrato ponte" para a prestação dos Serviços Alternativos desde 01/09/2021 até 17/12/2021, data coincidente com o fim do período escolar, prevenindo-se desta forma a eventual alteração dos horários do serviço a meio de um período letivo.

No seguimento da submissão, no dia 02/11/2021, deste contrato a fiscalização prévia do TdC, ao abrigo do disposto nos artigos 44.º e ss. da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação vigente, o TdC solicitou à empresa esclarecimentos e o envio de elementos adicionais, protelando a data de início do contrato resultante do Concurso Público. Esta suspensão levou a considerar como muito provável que o processo de fiscalização prévia não estivesse concluído a tempo de iniciar o novo contrato no dia 18/12/2021.

Neste contexto, a empresa viu-se novamente na posição de ter de encontrar uma solução para assegurar a continuação dos Serviços Alternativos, tendo entendido que a melhor opção, para operar os serviços de transporte em causa após o dia 18/12/2021, passava pela contratação do operador rodoviário selecionado no concurso público referido. Em consequência, foi celebrado um contrato, por um período máximo de três meses, com início a 18/12/2021, cuja cessação irá ocorrer assim que for obtido o visto prévio do TdC ao contrato que resultou do concurso público.



### 2.5.2 - Procura e Oferta

Em 2021, tal como em 2020, os Serviços Alternativos foram fortemente afetados pelos efeitos da pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2 e pelas medidas associadas ao seu controlo e mitigação, adotadas em conformidade com o que foi sendo sucessivamente decretado pelo Governo e recomendado pelas autoridades nacionais e internacionais de saúde pública. Dadas estas circunstâncias, foi necessário manter um acompanhamento intenso da operação,

tendo ocorrido grande número de interações entre as três entidades envolvidas neste processo, ou seja, a MM, a CP e o operador, do grupo Transdev. Foi também implementado um processo voluntário de testagem rápida aos motoristas afetos aos Serviços Alternativos, de forma a combater a disseminação do vírus, tendo sido dada a todos os motoristas a possibilidade de serem testados uma vez por mês. Este processo terminou quando todos eles ficaram inoculado com a 2ª dose da vacina.

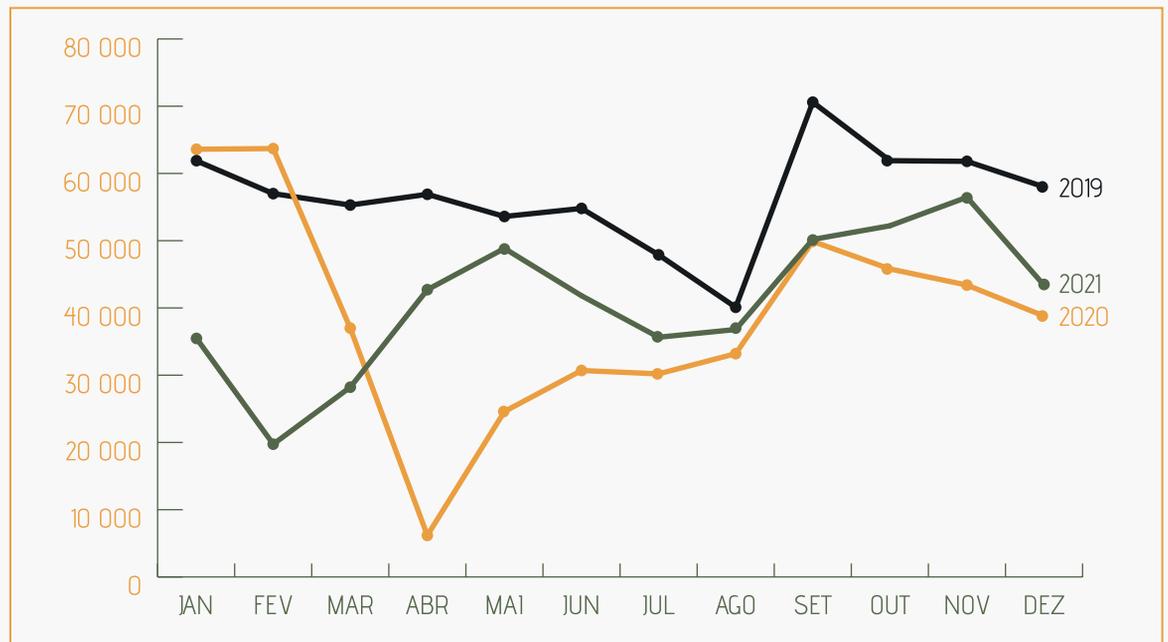


Figura 1 - Nº de Passageiros nos Serviços Alternativos, por mês

Como se pode observar na **Figura 1**, nos primeiros 3 meses de 2021 houve uma grande redução do número de passageiros em comparação com igual período de 2019 e 2020, tendo-se verificado uma aproximação aos valores médios a partir de abril, mas ainda assim abaixo dos valores pré pandemia, com a correspondente redução das receitas associadas. No final do ano, com o agravamento da situação pandémica, verificou-se novamente uma quebra no número de passageiros, sendo que, apesar de destas limitações, 2021 terminou com um aumento de 5,0% do número total de passageiros transportados relativamente a 2020 (cf. **Figura 2**)

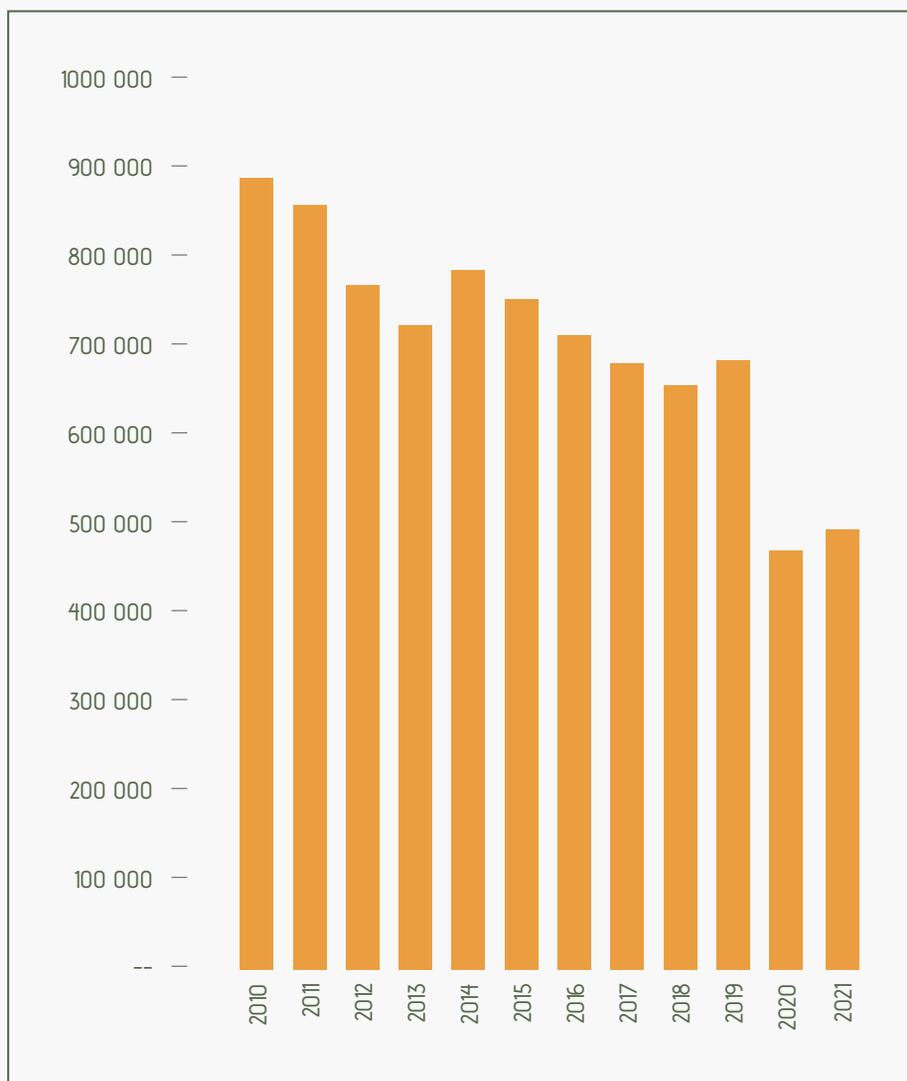


Figura 2 - Nº de Passageiros nos Serviços Alternativos, por ano

Em 2021 continuou em vigor o Programa de Apoio à Redução Tarifária [PART], que reduz em 30% o encargo para os passageiros com assinaturas mensais, conforme estabelecido no "Protocolo de Execução para implementação do Programa de Apoio à Redução Tarifária" celebrado entre a empresa e a Comunidade Intermunicipal - Região de Coimbra [CIM RC],

cujo objeto é operacionalizar a aplicação do PART nos Serviços Alternativos, e no "Contrato Interadministrativo de Delegação e Partilha de Competências" outorgado entre a CIM RC (Autoridade Regional de Transportes) e o Estado (Autoridade de Transportes da MM). A aplicação deste programa tem beneficiado de modo muito relevante os utilizadores

dos Serviços Alternativos, com cerca de 70% dos passageiros dos Serviços Alternativos a recorrerem à assinatura mensal através deste programa.

### 2.5.3 - Qualidade do serviço

Como já aqui referido, os resultados do inquérito à satisfação dos clientes dos Serviços Alternativos realizado no último trimestre de 2020 permitiram avaliar o grau de satisfação em relação ao serviço oferecido, bem como recolher informação suscetível de induzir ajustamentos que visassem melhorar a qualidade do serviço, ao nível do material circulante, oferta de horários e apoio ao cliente. Estas informações foram muito relevantes na definição dos pressupostos para a preparação do concurso para a operação destes serviços.

Confirmando as conclusões do inquérito, em 2021 a satisfação dos clientes evidenciou-se também pelo reduzido número de reclamações, cujo processo de tratamento continuou a ser efetuado ao abrigo das Normas de Procedimento estabelecidas, e que visam garantir uma gestão transparente e eficaz, com definição das responsabilidades da MM, sem prejuízo das cometidas à CP e ao operador rodoviário. Na **Figura 3**, é possível observar que o número de reclamações recebidas se tem mantido bastante reduzido, evidenciando uma trajetória decrescente, confirmando a pertinência das medidas que têm vindo a ser adotadas.



Figura 3 – Evolução do Nº de Reclamações Recebidas nos Serviços Alternativos

É igualmente relevante dar nota que os conteúdos das reclamações recebidas podem ser considerados normais neste tipo de serviço, ou seja, como a **Figura 4** permite perceber, a maioria das reclamações respeitam a situações pontuais relacionadas com a conduta dos motoristas e algumas falhas não previstas na operação.

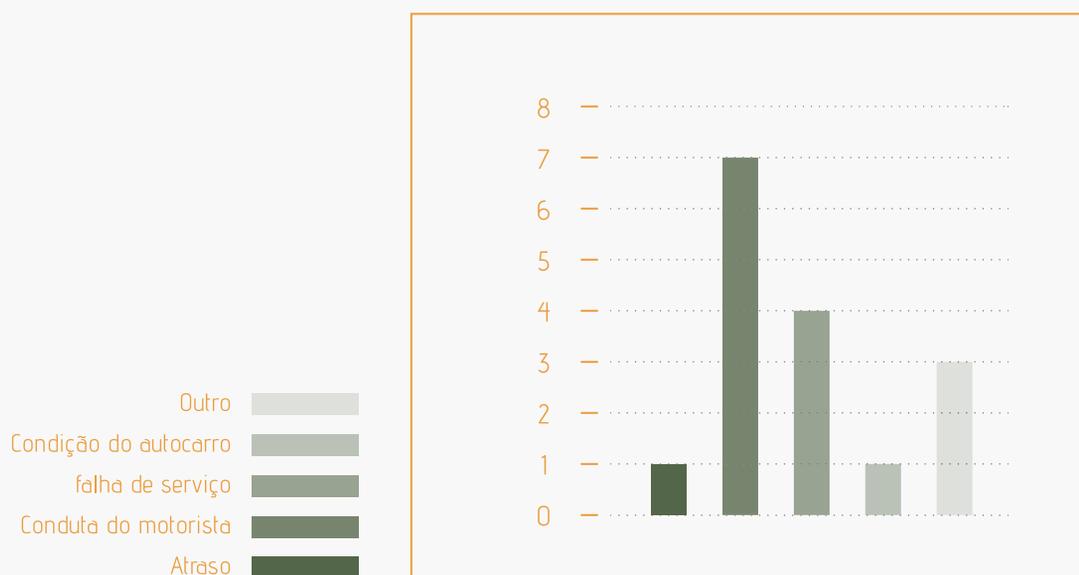


Figura 4 – Distribuição do Teor das Reclamações Recebidas

## 26 - ARTICULAÇÃO COM ENTIDADES EXTERNAS

No decurso de 2021 foram prosseguidas e consolidadas um conjunto colaborações de natureza institucional com várias entidades com relevância para a atividade da MM, ou para o processo de implementação e futura operação do SMM. Trata-se, obviamente, de um conjunto extenso de entidades, merecendo destaque pela frequência dos contactos efetuados, para além da IP, os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra [SMTUC], as Câmaras Municipais de Coimbra [CMC], Miranda do Corvo [CMMC] e Lousã [CML], a Comunidade Intermunicipal de Coimbra [CIM RC], a Comissão de Coordenação da Região Centro [CCDRC], o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra [CHUC], o Instituto da Mobilidade e dos Transportes [IMT], as Secretarias de Estado do Orçamento, do Tesouro e das Finanças, e a Secretaria de Estado das Infraestruturas.

Sublinha-se a este propósito que o processo de implementação do SMM está profundamente dependente destas interações. Em primeiro lugar, coloca-se, naturalmente, a colaboração com as Tutelas para obtenção das autorizações necessárias ou para o cumprimento dos procedimentos legais estabelecidos. Também de grande intensidade e relevância é a colaboração com a IP associada à execução dos projetos e das infraestruturas do canal. Igualmente merecedora de destaque a colaboração com as autoridades de transporte (Estado, CIM RC e CMC) e com os operadores visando a disponibilização a breve prazo de um sistema intermodal na região. Merecem também aqui referência às entidades financiadoras (Estado e CCDRC), os municípios (CMC, CMMC e CML), estes últimos enquanto representantes das populações e gestores do território e as entidades da Administração Central com competências específicas (e. g., IMT, AMT). Embora seja uma atividade pouco visível, trata-se de um processo central na vida da empresa, na medida em que permite o estabelecimento dos consensos necessários e a procura das soluções mais adequadas para garantir que a preparação da operação do SMM evolui de forma célere e construtiva.

Na medida em que as intervenções urbanísticas, de alteração ou construção de infraestruturas ou de edifícios, a desenvolver na zona envolvente ao canal do SMM, implicam a articulação com diversas entidades para garantia de compatibilização de todas as especialidades e infraestruturas, bem como com os Planos Diretores Municipais dos municípios abrangidos, a empresa tem vindo a ser solicitada a emitir, ou a encaminhar para as entidades competentes, pareceres relativos a essas intervenções, podendo o contacto com a MM ser realizado diretamente pelos interessados, pelos municípios ou, mais frequentemente, através da plataforma do Sistema de Informação do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação [SIRJUE].

Em 2021, os pareceres relativos a intervenções na envolvente da rede do SMM foram emitidos em articulação com a IP, com exceção dos relativos a expansões futuras do SMM que envolveram apenas a MM. Em termos globais, no exercício em análise a empresa analisou e respondeu a 17 pedidos de parecer via plataforma SIRJUE e 2 pedidos de informação de particulares.

Adicionalmente, prosseguiu-se com a análise de reclamações que têm vindo a ser apresentadas, nomeadamente relativas à execução do projeto do SMM (e.g., de proprietários de parcelas adjacentes ao canal), tendo procedido, nos casos em que tal se demonstrou pertinente, ao seu encaminhamento para as entidades competentes, maioritariamente para a IP. Neste âmbito, assinala-se que em 2021 a MM recebeu, respondeu ou encaminhou, 3 reclamações.

## 27 - ANÁLISE DO GRAU DE CUMPRIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES

A análise ao grau de cumprimento dos objetivos inscritos no Plano de Atividade e Orçamento para 2021 (PAO 2021) é um modo de sublinhar a relevância dos progressos conseguidos no decurso do ano de 2021. Adicionalmente, é particularmente relevante dar nota que este exercício permite simultaneamente avaliar a possibilidade de alguns dos atrasos registados poderem vir a implicar ajustamentos, nomeadamente no caminho crítico inscrito no cronograma para início da operação do sistema. Muito em particular, para estes espera-se que, com redobrado esforço da empresa e cooperação de todas entidades envolvidas, em 2024 seja finalmente possível assegurar a plena concretização do SMM.

O PAO 2021 estabelecia metas para diversos domínios, conforme se refere nos parágrafos seguintes, nos quais é analisado o grau de cumprimento das mesmas.

No domínio 1 (Atividades Correntes) assume especial destaque a admissão de 4 novos colaboradores para a empresa, o que ocorreu no decurso do 2º semestre. Para além das despesas correntes, que decorrem das necessidades de reforço dos postos de trabalho, importa ainda assinalar a instalação de uma wallbox de carregamento para viaturas elétricas, situada na garagem do edifício da sede da MM. Por dificuldades administrativas foi adiada a aquisição da viatura de todo o terreno para 2022. No conjunto, ocorreu uma execução abaixo do orçamentado, situação para a qual concorreram também, as restrições associadas ao período de Pandemia, não só pelo aumento do recurso a reuniões por videoconferência e correspondente não execução de deslocações e estadas, assim como pelo menor tempo de permanência dos colaboradores na sede da empresa, decorrente das situações de teletrabalho.

No domínio 2 (Interfaces e Integrações Funcionais) os objetivos traçados podem ser considerados como cumpridos, fruto de uma consolidada articulação entre os serviços técnicos da empresa com os departamentos competentes para a gestão de espaços urbanos das três autarquias (Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã). Em concreto, foi possível continuar a garantir uma boa utilização desses espaços assegurando eficazmente a sua gestão e manutenção.





No domínio 3 (Abertura do Canal do Sistema de Mobilidade do Mondego na Baixa de Coimbra – Desconstrução, construção e reabilitação dos Edifícios) os objetivos também devem ser considerados como cumpridos, conforme detalhadamente se relata no ponto 2.3 deste Documento (Intervenção na Baixa de Coimbra).

No domínio 4 (Estudos, Projetos e Concursos) a resposta aos objetivos traçados foi idêntica à registada em exercícios anteriores, destacando-se a continuidade de boa colaboração com as Autarquias de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã. A empresa continuou a atribuir prioridade máxima às tarefas relativas à implementação da solução Metrobus para o projeto SMM, incluindo a colaboração com a IP nos aspetos relativos às infraestruturas, em conformidade com o Protocolo de Colaboração celebrado com esta entidade, já anteriormente referido. Como tarefas bem sucedidas e objetivos cumpridos, destacam-se (i) a realização do concurso para a aquisição dos veículos elétricos e sistemas de carregamento de energia; (ii) a elaboração de estudos e projetos de execução, bem como dos documentos concursais para o concurso da empreitada de construção do PMO; (iii) realização do concurso para o fornecimento do sistema de bilhética do SMM, em parceria com a CMC; (iv) participação na conclusão



dos estudos, promovidos pela CIM-RC, MM e CMC, relativos à bilhética intermodal e tarifário para Região de Coimbra; (v) colaboração com a IP na elaboração de especificações técnicas para o concurso para a aquisição do SAE; (vi) colaboração com a IP no acompanhamento da elaboração e conclusão dos projetos de infraestruturas rodoviárias e dos abrigos e mobiliário urbano das paragens, incluindo a realização de reuniões com os municípios; (vii) elaboração de versões preliminares e proposta de conteúdos do Sistema Integrado de Segurança [SIS] e Manual de Exploração do SMM, tendo em vista a obtenção das autorizações para a entrada em serviço e licenciamento da atividade de transporte; (viii) estudos de segurança complementares, para minimização de riscos de exploração e otimização da operação, destacando-se a validação dos limites de velocidade dos veículos nos atravessamentos rodoviários e pedonais em ambiente urbano e a caracterização das velocidades de ventos transversais no troço suburbano; (ix) consolidação dos projetos de articulação e otimização de interfaces entre o SMM e os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra [SMTUC].

Finalmente, como tarefas ainda em curso, refere-se (a) atividades, promovidas em conjunto pela CIM-RC, CMC, MM e CP, de preparação da criação de uma entidade para a gestão dos sistemas de bilhética e tarifário intermodais na região de Coimbra, designada por A-GIT; (b) consolidação do modelo de financiamento, organização e gestão da operação do SMM; (c) consolidação do programa de exploração preliminar do SMM.

No domínio 5 (Serviços Rodoviários Alternativos) estão incluídas tarefas que devem ser consideradas como cumpridas, nomeadamente as relacionadas com o apuramento e pagamento dos encargos decorrentes da gestão, acompanhamento e realização dos Serviços Alternativos, a manutenção, limpeza e melhoria das condições de funcionamento (incluindo abrigos), e também os suportes de comunicação (horários de bolso, cartazes para abrigos, etc.) e a realização de inquéritos à satisfação dos clientes. Tal como anteriormente citado, a pandemia registada tornou esta tarefa mais exigente do que em anos anteriores. De entre as atividades programadas para 2021, destaca-se ainda a exigente preparação e o lançamento do novo concurso para os Serviços Rodoviários Alternativos, tendo em conta o fim do contrato que terminou a 31/08/2021.

Finalmente, no domínio 6, Comunicação e Marketing, pode considerar-se que, apesar das restrições em recursos humanos, foram cumpridos os objetivos inscritos no PAO 2021 com destaque para: (1) a elaboração e início da implementação do Plano de Comunicação, que consubstancia um conjunto de ações e medidas de Promoção e Divulgação do projeto, assumindo quatro objetivos: credibilizar (a empresa e o projeto), informar (sobre o impacto das obras em curso), promover (o Metrobus e o transporte público), consolidar atuais e iniciar a captação de futuros clientes; (2) o lançamento do procedimento para a remodelação do sítio institucional na internet da empresa, que se encontra tecnologicamente desadaptado, sendo visualmente pouco apelativo e incapaz de assegurar uma boa articulação e partilha de informação com os utilizadores; (3) a realização de algumas ações de marketing e comunicação como, por exemplo, uma campanha de comunicação do novo horário dos Serviços Alternativos, ou a participação na iniciativa da CMC para a Semana Europeia da Mobilidade.

# 3. A EMPRESA E OS SEUS COLABORADORES

## 3.1 - ESTRUTURA ORGÂNICA

A MM é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando, portanto, o setor público empresarial, cujo regime geral consta do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro. Os atuais Órgãos Sociais da MM foram eleitos para o mandato do triénio 2019 a 2021 em Assembleia Geral de Acionistas a 24 de julho de 2019, sendo o Conselho de Administração composto por um Presidente, um Vogal com funções executivas e uma Vogal com funções não executivas.

A Estrutura Orgânica em vigor na MM é apresentada na Fig. 5.



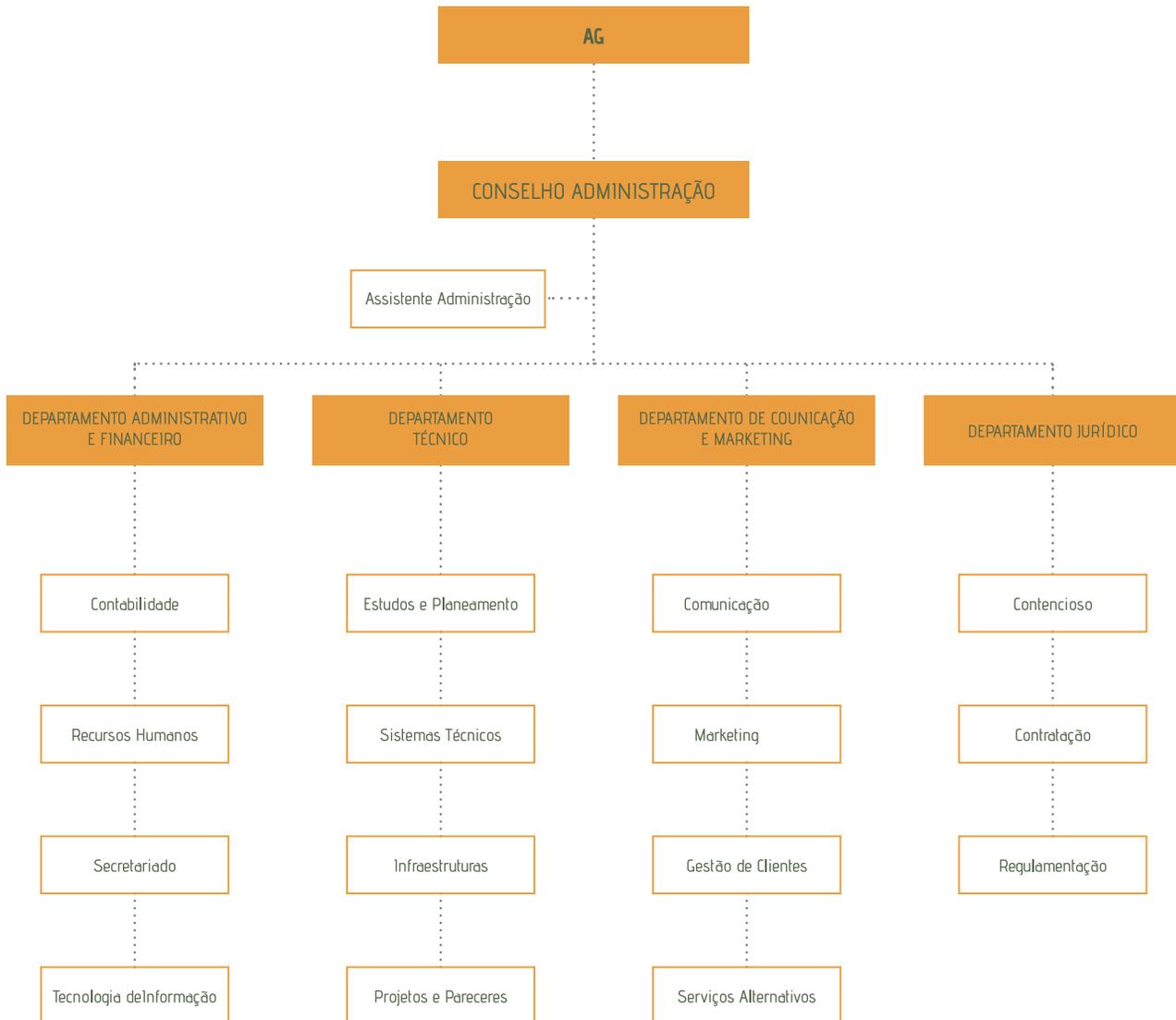


Figura 5 - Organograma

### 3.2 - RECURSOS HUMANOS

Num ano marcado pelas crises sanitária e económica decorrentes da pandemia de COVID-19, a empresa atuou de forma ágil e assertiva, procurando salvaguardar a saúde e a segurança dos seus colaboradores.

A motivação e dedicação dos colaboradores foi mais uma vez determinante para os avanços dos progressos alcançados, pelo que em 2021 foram prosseguidas as medidas que visam potenciar o seu desenvolvimento pessoal e profissional, promover a diversidade e a inclusão, bem como procurar assegurar a sua segurança e bem-estar.

Na MM colocar as pessoas no centro do sucesso é parte da cultura da empresa. Em 2021, foi prosseguida uma estratégia que ambiciona criar um ambiente de trabalho assente na riqueza de perfis, com foco na singularidade, e que tem como catalisador o desenvolvimento pessoal e profissional de cada pessoa, assegurando que todos se sentem respeitados, valorizados pelas suas competências e que têm confiança na organização.

No final de 2021, a empresa empregava 16 colaboradores, representando um incremento de 31%, face ao ano anterior. Em relação à idade média dos colaboradores, observa-se um decréscimo de 6% face ao ano anterior. Esta diminuição, é um resultado visível da política de revitalizar os quadros efetivos da MM através da contratação de quadros mais jovens.

O reforço da dotação de recursos humanos tem que ser sublinhado como uma componente fundamental para que a empresa possa ter sucesso na sua missão, conforme amplamente exposto nos Planos de Atividade e Orçamento dos últimos exercícios, esperando-se que, em sintonia com os investimentos em curso e o projetado início da operação, seja possível prosseguir com as admissões planeadas.

Quadro 1 - Quadro de pessoal da MM

Descrição	2021	2020	2019	2018	2017	2010
Efetivo Total <sup>1</sup>	17	13	11	11	12	20
Excluindo administração não executiva	16	12	10	9	10	16
Idade Média	46	49	49	50	50	40
Média Trabalhadores	13	10	10	11	12	15
Contratados a termo	0	0	0	0	0	0
Quadros Técnicos	100%	100%	100%	100%	77%	75%

<sup>1</sup> - inclui Conselho de Administração

Assinala-se que ainda permanece pendente de aprovação pela Secretaria de Estado do Tesouro, a decisão quanto ao Regulamento de Carreias, elaborado em 2018, e do posicionamento dos colaboradores na respetiva tabela remuneratória, enviado em 2019; o que conduz a que os vencimentos estejam congelados desde 2010.

Na medida em que se antecipa que o futuro seja caracterizado por uma maior rapidez e pela constante mudança, aprender a aprender surge como principal competência a fomentar dentro das organizações. A construção de um ambiente em que todas as pessoas são encorajadas a “aprender, desaprender e voltar a aprender” constitui uma vantagem em qualquer organização. Neste contexto, a arquitetura de formação é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de todos os nossos colaboradores, mas também responder eficazmente aos desafios da implementação do projeto MM. Desta forma, a estratégia da MM na área formação tem como principais objetivos aumentar a digitalização dos processos de formação e a oferta formativa ao nível de novas competências profissionais e, por outro lado, potenciar a autoaprendizagem.

Em 2021, com a continuação da pandemia causada pelo vírus SARS-Cov-2 a concretização efetiva das ações de formação programadas foi afetada, nomeadamente obrigando ao seu cancelamento ou reconfiguração para formatos de acesso remoto ou formação online. De notar que esteve planeada a realização de uma ação de “reforço do espírito de equipa”, com foco na capacidade entre ajuda dos colaboradores a empresa, após o longo período de teletrabalho, a qual teve de ser reagendada para 2022. No ano de 2021, as ações de formação que envolveram a participação de colaboradores da MM, são elencadas no **Quadro 2**.

*Quadro 2 - Ações de Formação com participação de colaboradores da MM*

2021

Descrição	Entidade	Recursos
Brussels Online Course Tendering and Contracting	UITP	1
Communication and Mkt for the Revival of Public T.	UITP	1
Brussels Online Course - BUS Planning and Scheduling	UITP	1
AutoCAD - Iniciação	EDICAD	1
OCC - Encerramento de Contas	OCC	1
“III Congresso Internacional da Contabilidade Pública - Contabilidade Pública e Indústria 4.0”	OCC	1

# 4. A EMPRESA E OS SEUS ACIONISTAS

## 4.1 - ESTRUTURA ACIONISTA

A Metro-Mondego, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando, portanto, o setor público empresarial, cujo regime geral consta do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro. Em 2020 não se registaram alterações na estrutura acionista da empresa.

## 4.2 - COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Os órgãos sociais não registaram qualquer alteração em 2021, permanecendo de acordo com a deliberação da Assembleia Geral (AG) de 24 de julho de 2019, com a seguinte composição:

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

**Presidente:**

Luís Miguel Correia Antunes

**Vice-Presidente:**

Prof. Doutor António Miguel Costa Batista

**Secretária:**

Dra. Sónia Serrano Pujalrás

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Presidente:**

Eng.º João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana

**Vogal (executivo):**

Prof. Doutor Eduardo Jorge Gonçalves Barata

**Vogal (não-executiva):**

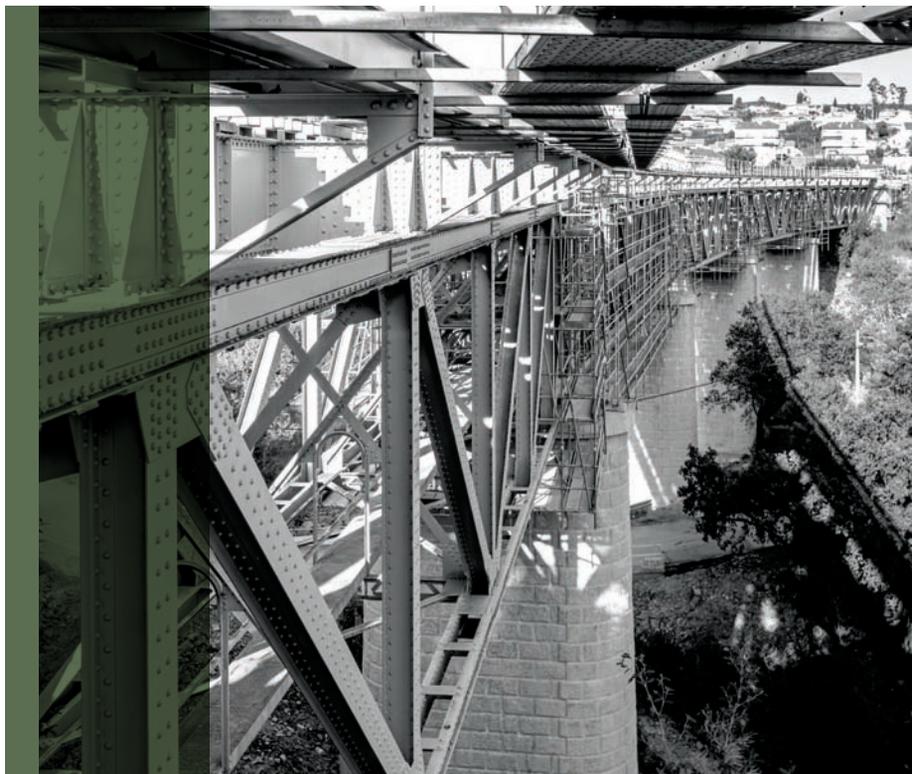
Dr.ª Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo

### FISCAL ÚNICO:

**ROC efetivo:**

Dr. José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC n.º 833)

(em representação de Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados)



### 4.3 - CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Metro Mondego preparou e apresentou para o exercício de 2021 o Plano de Atividade e Orçamento 2021/2023 [PAO 2021/2023], formalmente submetido na Plataforma de Sistema de Recolha de Informação Económico-Financeira do Setor Empresarial do Estado [SIRIEF], em 19 de novembro de 2020. Posteriormente, em 13 de março de 2021, foi também submetida a Adenda ao PAO 2021/2023.

A adenda veio incorporar esclarecimentos adicionais necessários para o entendimento integral por parte da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial [UTAM] tendo em vista a emissão do parecer favorável do PAO 2021/2023<sup>2</sup>.

Finalmente, no âmbito das instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2021 (transmitidas pelo ofício da Direção Geral do Tesouro e Finanças com a referência SAI\_DGTF/2022/359, de 20 de janeiro de 2022), em particular no que diz respeito à divulgação do cumprimento das orientações legais, apresenta-se no Anexo I deste Relatório e Contas 2021 uma recensão individualizada completa.

<sup>2</sup> - Em AG de 29 de abril de 2021 (Ata n.º 59), no ponto 4 da ordem de trabalhos sobre o PAO 2021/2023, sob proposta do acionista Estado, a AG deliberou: "Votar favoravelmente a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2021-2023 e, com a reserva de limitação da despesa global ao valor que se encontra orçamentado, a correspondente autorização para: i) A contratação de 4 trabalhadores; ii) O aumento dos gastos com pessoal em 267 mil euros, fixando-se o limite para 2021 em 781,2 mil euros; iii) A aquisição de três viaturas para a frota operacional, sendo duas para substituição de viaturas antigas e outra para acompanhamento das obras; iv) aumento dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os custos associados à frota automóvel, no valor global de 16,8 mil euros." O ponto foi aprovado por unanimidade.

# 5. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

## 5.1 - INVESTIMENTO

No **Quadro 3** abaixo é apresentado o Investimento realizado em 2021 (adições de imobilizado com inclusão do valor de inventários e sem capitalizações), propondo-se uma análise por comparação com os valores inscritos no orçamento, bem como com os valores executados em 2020.

Quadro 3 - Investimento

Investimento	2021	2021	2020	Financeira
	PAO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	Desvio PAO/EXECUÇÃO
Equipamentos Fixos e de Funcionamento	80 000	18 805	84 703	-61 195
Implementação da 1ª fase	1 062 000	1 251 206	1 077 560	189 206
Comunicação e Marketing	54 901	9 239	2 800	-45 662
Libertação da Baixa de Coimbra	1 914 986	758 157	513 596	-1 156 828
Empreitada de Construção PMO	1 229 722	271 652	0	-958 070
Material Circulante	100 000	0	0	-100 000
Assessorias e estudos	535 410	176 226	222 018	-359 184
<b>Total</b>	<b>4 977 019</b>	<b>2 485 286</b>	<b>1 900 676</b>	<b>-2 491 733</b>

A leitura dos valores inscritos no **Quadro 3**, permite assinalar dois aspetos fundamentais. Em primeiro lugar, os níveis de Investimento realizados estão alinhados com a trajetória de crescimento da atividade da MM tendo por horizonte o início da operação do SMM. Porém, a comparação entre os valores orçamentados e executados revela também uma taxa de execução próxima de 49,9 %, valor bastante inferior ao programado. Importa referir que este diferencial decorre sobretudo de duas fortes limitações verificadas em 2021, a saber, os atrasos na publicação da RCM que autorizou os investimentos estruturais, o que provocou, conseqüentemente, um atraso muito expressivo na contratação do projeto de execução do PMO e no lançamento do concurso de fornecimento do material circulante.

Contribui também para o desvio ocorrido os atrasos na execução da empreitada da Baixa de Coimbra.

Relativamente aos Equipamentos Fixos e de Funcionamento regista-se uma execução física abaixo do previsto (23,5%), circunstância que decorre do adiamento, para 2022, da aquisição da viatura (todo terreno) e na redução do reforço previsto nalguns postos de trabalho em resultado do incremento significativo de preços (para além das dificuldades no fornecimento atempado do material informático) o que levou a que se adiassem algumas aquisições, na medida do possível, enquanto esses postos se mantiverem funcionais.



No que concerne à Implementação da 1ª fase, que se reporta, no essencial, à imobilização do défice de exploração dos Serviços Alternativos, verificou-se uma execução acima do previsto que pode ser explicada por dois fatores: (1) novo contrato para a operação dos Serviços Alternativos a partir de 01/09/2021, com valores superiores ao anterior, por refletirem o aumento dos custos de produção (e. g. mão-de-obra e combustível) desde 2018 (data de início do contrato anterior); (2) continuação das contingências inerentes à pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2.

Assim, tal como se detalha no **Quadro 4**, o encargo total desta rubrica agravou-se em 5 967 € face ao ano de 2020, com o aumento da despesa em 173 646 € a ser quase compensado pela soma das receitas diretas de bilheteira, no valor de 157 120 €, que surgem apenas a partir de setembro de 2021, e pelo aumento da receita PART, em 10 559 €.

*Quadro 4 - Implementação da 1ª Fase (Serviços Alternativos)*

Descrição	2021	2021	2020	Desvio 2021/2020
	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	
<i>Financieira</i>				
<b>Receita</b>				
Receitas PART	110 000	99 755	89 196	11,8%
Receitas Serviços Alternativos	0,00	157 120	0,00	-
<b>Despesa</b>				
Serviços Alternativos	1 062 000	1 251 206	1 077 560	16,1%
Operação	1 050 000	1 237 934	1 061 206	16,7%
Manutenção	12 000	13 272	16 354	-18,8%

Quanto ao investimento efetuado com o processo da Libertação da Baixa de Coimbra a execução situou-se em 39,5 % do valor orçamentado, justificado pela conjugação do atraso de alguns meses no início da obra, face ao inicialmente previsto, mas também na execução a um ritmo ligeiramente inferior ao projetado.

A rubrica Estudos e Assessorias, que continua a ter uma importância significativa nos investimentos realizados, registou em 2021 uma execução relativamente próxima da observada no ano anterior (representando 80%), mas inferior ao valor orçamentado (32,9%). Este diferencial resulta, no essencial, dos atrasos já referidos anteriormente, que encadeiam em particular ações neste âmbito (e.g., o adiamento na assessoria jurídica ao concurso dos autocarros, consultoria da sinalética para as estações, assessoria às expropriações para o PMO ou realização de estudos e projetos em parceria com outras entidades). Os principais trabalhos executados foram os seguintes:

- Elaboração dos estudos ambientais e técnicos e do projeto de execução, e respetiva revisão, do Parque de Material e Oficinas do SMM;
- Assessoria técnica para preparação do Caderno de Encargos e procedimento concursal de fornecimento do sistema de bilhética (no âmbito de um Protocolo com a CMC);
- Assessoria técnica para a elaboração do Sistema Integrado de Segurança e Manual de Exploração do SMM necessários aos licenciamentos e aprovações necessárias à entrada em serviço;
- Estudo de segurança relativo aos atravessamentos rodoviários e pedonais do canal do SMM;
- Elaboração dos projetos de execução dos Postos de Transformação para alimentação dos Postos de Carregamento de veículos elétricos do SMM;
- Estudo de caracterização da velocidade do vento na envolvente ao canal suburbano do SMM e apoio à formulação de medidas de mitigação da ação de ventos fortes sobre a estabilidade da trajetória de autocarros;
- Assessoria para preparação do Caderno de Encargos, procedimento concursal e acompanhamento do concurso de conceção, fornecimento, instalação e manutenção dos sistemas técnicos.



## 5.2 - EXPLORAÇÃO

A execução, comparativamente ao PAO 2021 e à execução no exercício anterior é apresentada no **Quadro 5**.

*Quadro 5 - Resultados (antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)*

Descrição	Resultados (antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)			
	2021 PAO	2021 EXECUÇÃO	2020 EXECUÇÃO	2021/2020 VARIAÇÃO
+ Variações nos Inventários de produção	1 889 185	762 602	343 780	121,8%
+ Trabalhos para a própria entidade	934 904	732 553	657 432	11,4%
- Fornecimentos e serviços externos	2 077 326	904 560	513 519	76,1%
Empreitada	1 828 832	610 821	330 698	84,7%
Fiscalização	45 648	56 147	13 082	329,2%
Assistência Técnica	14 706	95 634	-	-
Outros FSE's 1	188 141	141 958	169 739	-16,4%
- Gastos com o pessoal	781 200	617 133	514 966	19,8%
+ Outros rendimentos e ganhos	1 104 324	238 604	28 280	743,7%
- Outros gastos e perdas	3 380	3 540	3 750	-5,6%
	1 066 506	208 526	-2 744	-

A rubrica *Varição nos Inventários de Produção* corresponde aos gastos com os contratos diretamente associados à empreitada da Baixa de Coimbra (Empreitada, Fiscalização e Assistência Técnica).

A leitura do **Quadro 5**, permite também perceber uma redução no item "*Outros Fornecimentos e Serviços Externos*" em cerca de 16,4%, desagregando-se estes no quadro seguinte pelas diversas componentes.

*Quadro 6 - Fornecimentos e Serviços Externos*

Fornecimento Serviços Externos	2021	2021	2020	2021/2020
	PAO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	VARIAÇÃO
Electricidade	6 960	4 161	5 396	-22,9%
Combustíveis <sup>1</sup>	16 069	5 240	5 056	3,6%
Material de Escritório	2 700	2 086	1 116	87,0%
Rendas e Alugueres	57 156	47 725	44 849	6,4%
Despesas Representação	3 120	1 648	768	114,5%
Comunicação	9 210	4 421	5 119	-13,6%
Seguros	3 450	2 114	2 348	-10,0%
Deslocações e Estadas	9 000	3 896	5 662	-31,2%
Conservação e Reparação	5 450	5 411	5 403	0,2%
Publicidade e Propaganda	12 000	1 447	24	5857,8%
Outros <sup>2</sup>	66 406	63 809	93 998	-32,1%
<b>Total</b>	<b>191 521</b>	<b>141 958</b>	<b>169 739</b>	<b>-16,4%</b>

<sup>1</sup> - inclui consumo de electricidade em deslocação automóvel (3,56 €)

<sup>2</sup> - detalhados/discriminados no Q.7

Em 2021, apesar do incremento de atividade com aumento da estrutura de pessoal da empresa, o desempenho da exploração continua a ser afetado pelo impacto associado à pandemia, que gerou o recurso ao teletrabalho<sup>3</sup> numa parte do ano, reduzindo alguns custos operacionais, bem como por a sede se encontrar em novas instalações (desde finais de 2020), mais eficientes em termos energéticos. Contribuiu também para a redução dos gastos o fim dos contratos de prestação de serviços em contabilidade e assessoria fiscal e de assessoria jurídica, cujos serviços passaram a ser assegurados por pessoal interno a partir do final de 2020 (cf. **Quadro 7**).

No que concerne aos honorários do Revisor Oficial de Contas [ROC], são respeitados os montantes convencionados na AG da sociedade de 2019. Quanto à rubrica "*Licenciamento de software (Renovações)*" esta integra as renovações e o suporte aos programas de contabilidade (ERP) e gestão documental, a adaptação do ERP para permitir a emissão de fatura eletrónica, a migração de dados de gestão documental do anterior *software* para o atual, as aplicações de engenharia (e.g. *autocad*), entre outros (e.g. registo e manutenção do domínio WEB, plataforma de email, filtros *anti-spam*).

Os encargos associados a custos com Pessoal em 2021 são apresentados no **Quadro 8**.

*Quadro 7 - Outros Fornecimentos e Serviços Externos*

Descrição	2021	2021	2020	2021/2020
	PAO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	VARIAÇÃO
Contabilidade	0	0	21 876	
Jurista	0	0	18 920	
ROC	12 243	11 743	11 743	0,0%
Informática	19 200	14 600	13 800	5,8%
Licenciamento SW (Renovações)	17 763	26 666	13 755	93,9%
Outros	17 200	10 800	13 904	-22,3%
<b>Total</b>	<b>66 406</b>	<b>63 809</b>	<b>93 998</b>	<b>-32,1%</b>

<sup>3</sup> - Aplicado universalmente a todos os colaboradores num primeiro período e, num segundo período, praticado parcialmente, num sistema de trabalho em espelho.

A leitura dos valores inscritos no **Quadro 8** deve ter em conta que em 2021 ainda não foi desbloqueado o regulamento de carreiras, preparado para ter efeitos a 2018, mas que aguarda apreciação pela Secretaria de Estado das Finanças desde 2019. Desta forma permanece congelado o posicionamento e evolução de carreiras dos trabalhadores. Contudo, esta rubrica evidencia um acréscimo que resulta das 2 admissões em dezembro de 2020, bem como das 4 admissões ocorridas em 2021. O **Quadro 8** infra, permite uma avaliação mais detalhada das rubricas que integram os custos com Pessoal.

A execução da componente Custos com o Pessoal regista um valor abaixo do previsto (72,3%), como resultado de as novas admissões terem ocorrido em momento posterior ao inicialmente previsto e pela ausência de reposicionamento de carreiras do restante pessoal (que decorre de ainda não ter sido aprovado o regulamento de carreiras). Em suma, quando comparada ao exercício anterior, a variação no valor executado agregado evidencia um incremento de 33,7%.

No que se refere a outros rendimentos e ganhos, para além do reconhecimento de proveitos na mesma proporção das amortizações do exercício, destaca-se a venda extraordinária de duas parcelas sobranes (199 300 €) e que resultou no forte contributo para o impacto positivo do resultado do exercício.

Quanto aos outros gastos e perdas encontram-se em linha com o ano anterior, registando impostos, taxas e pequenos acertos relativos a anos anteriores sem importância a destacar.

*Quadro 8 - Desagregação de Custos com Pessoal*

Descrição	2021	2021	2020
	PAO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO
Orgãos Sociais (1)	205 830	200 823	203 705
Pessoal (2)	575 371	416 310	311 260
(efeito 2 admissões 2020)	-	65 405	8 917
(efeito 4 admissões 2021)	129 537	39 024	0
Encargos proc. recrutamento	-	4 730	3 500
Total (1)+(2)	781 201	617 133	514 966

### 5.3 - SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A Metro Mondego apresenta um Ativo Líquido de 55,4 milhões de euros.

*Quadro 9 - Situação Patrimonial*

Descrição	2021	2020
<b>Ativo não corrente</b>		
Ativos Fixos tangíveis	47 697 050	45 703 166
Propriedade de Investimento	192 516	192 516
Ativos Intangíveis	24 773	35 433
Outros Ativos financeiros	687	34
Diferimentos	0	561
<b>Ativo corrente</b>		
Inventários	1 106 382	343 780
Cientes, contribuintes e utentes	201 422	0
EOEP	84 616	179 742
Outras contas	0	242
Diferimentos	11 591	8 920
Caixa e DB	6 064 314	4 237 477
<b>Total</b>	<b>55 383 350</b>	<b>50 701 871</b>

Importa ter em consideração que na rubrica Ativos Fixos Tangíveis o *investimento em curso* representa 99,8% desse item (47,614,193€, cf. Quadro 10) e agrega todo o investimento anteriormente realizado, ou seja, inclui estudos, projetos, assessorias, expropriações (aquisições e indemnizações), demolições, défices anuais dos serviços rodoviários alternativos e capitalização parcial dos custos de funcionamento (gastos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos diretamente imputáveis ao projeto, cf. Quadro C.6 e Nota 4.3 do Anexo às Contas do Exercício).

*Quadro 10 - Desagregação do Ativo Fixo Tangível em Curso*

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Capitalizações	14 953 753	14 221 200
Marketing	133 912	124 673
Planeamento	975 718	975 718
Implementação 1ª Fase	13 671 460	12 677 129
Operacionalização do Sistema	7 401	7 401
Implementação 2ª Fase	14 482 027	14 393 283
Imobilizações anteriores a 2004	2 765 010	2 765 010
Assessoria e Estudos	624 913	448 687
<b>Total</b>	<b>47 614 193</b>	<b>45 613 100</b>

*4 - Capitalizações - corresponde ao somatório, ano após ano, da imobilização de 98% dos custos com pessoal e 90% dos FSE (Trabalhos para a própria empresa), custos com IMI dos terrenos adquiridos para espaço canal (Baixa de Coimbra) e encargos com financiamento ocorrido no passado;*

*Implementação da 1ª fase - corresponde aos custos de investimento decorrentes da prestação de serviços rodoviários alternativos, que a empresa é obrigada a oferecer até que o SMM esteja em operação, nos termos das bases da concessão, após a cessação do serviço ferroviário da Ramal da Lousã;*

*Implementação 2ª fase - corresponde aos custos de investimento incorridos na zona da Linha do Hospital, em particular a Libertação da Baixa de Coimbra (Aquisições, Indemnizações, Escrituras, Demolições, Fiscalização, Arqueologia, Projeto de PMO);*

*Planeamento - corresponde a estudos anteriormente realizados, tais como inquérito à mobilidade, estudo de procura, estudo exploração, estudos de estações, análise custo benefício, análise de custos de operação, estudo de tarifário, planos de pormenor em Corvo e Espírito Santo, entre outros.*

No **Quadro 11** infra, é possível perceber que o valor restante do Ativo Fixo tangível se resume a equipamento básico, equipamento de transporte (2 viaturas), equipamento de escritório, equipamento informático (hardware e software), i.e., equipamentos necessários ao funcionamento da atividade da empresa, na sua maioria totalmente depreciado, a que acresce um terreno (propriedade de investimento). O investimento nas obras de remodelação e adaptação das instalações da nova sede é objeto de depreciação ao longo do período de vida útil do contrato de arrendamento.



*Quadro 11 - Ativo Fixo Tangível*

Designação	2021			2020		
	ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES	ATIVO LÍQUIDO	ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES	ATIVO LÍQUIDO
Edifícios e Outras Construções	76 171	15 234	60 937	76 171	0	76 171
Equipamento básico	9 461	9 461	0	9 461	9 461	0
Equipamento de transporte	45 965	43 067	2 899	56 873	56 873	0
Equipamento administrativo	265 129	246 675	18 454	255 208	241 989	13 219
Outro ativo tangível	5 944	5 377	567	5 944	5 269	675
<b>total</b>	<b>402 671</b>	<b>319 814</b>	<b>82 857</b>	<b>403 658</b>	<b>313 593</b>	<b>90 065</b>

De registar o abate de uma viatura ligeira, passando a deter em substituição automóvel em regime de aluguer operacional (AOV).

No que concerne ao Ativo Corrente, a rubrica "*Inventários*" é composta por bens e trabalhos em curso no âmbito da empreitada de construção dos edifícios A1 e A2 na Baixa de Coimbra (1 106 382 €).

Ao nível do Passivo Corrente, a evolução relativamente ao ano anterior é pouco expressiva, conforme demonstra o **Quadro 12** infra.

Não se registam pagamentos em atraso nem dívidas vencidas a fornecedores, cumprindo os prazos de pagamento.

Quanto ao Património Líquido, a evolução também segue um registo de grande continuidade face ao evidenciado nos anos anteriores, como se apresenta no **Quadro 13**.

A leitura relativa à acumulação de resultados transitados negativos, deve ser enquadrada no contexto atual da fase de projeto em que o SMM se encontra, bem como na circunstância de a obtenção de receitas relevantes apenas estar prevista no após o início da operação.

O item Outras Variações no Património Líquido corresponde aos subsídios ao investimento, provenientes de dotações do Orçamento de Estado, cujo reconhecimento em resultados é efetuado numa base sistemática no mesmo montante dos gastos com as depreciações e amortizações dos ativos com os quais se relaciona.

Por último, no que concerne ao cumprimento do art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais, a MM cumpre com o preceituado, evidenciando um Património Líquido de 42,9 milhões de euros.

*Quadro 12 - Passivo Corrente*

Descrição	2021	2020
Fornecedores	4 204	2 464
Estado e O E publicos	32 180	23 766
Financiamento Obtidos	0	0
Fornecedores de Investimento	1 378	13 323
Outras Contas a Pagar	64 055	48 248
Diferimentos	0	0
<b>Total</b>	<b>101 816</b>	<b>87 802</b>

*Quadro 13 - Património Líquido*

Descrição	2021	2020
Património/Capital	1 075 000	1 075 000
Reservas	9 654	9 654
Resultados Transitados	-923 533	-891 766
Outras v. Património Líquido	42 571 895	39 101 060
Resultado Líquido	157 717	-31 768
<b>Total</b>	<b>42 890 733</b>	<b>39 262 181</b>

## 5.4 - RESULTADOS

O resultado operacional obtido neste exercício (EBITDA), de 208 526€, decorre sobretudo do diferencial entre o valor da venda de 2 unidades das parcelas sobrantes da Baixa de Coimbra, efetuadas no exercício de 2021, no montante de 199.300 €, o qual foi superior aos gastos não capitalizados, que integram os "Outros Gastos e Perdas" e a percentagem não capitalizada de FSE e Gastos com Pessoal, e se cifram em 26.538 €.

Quadro 14 - Apuramento de Resultados

Descrição	2021	2020
FSE's	-141 958	-169 739
Gastos c/ Pessoal	-617 133	-514 966
sub-total	-759 091	-684 705
Trabalhos para a própria entidade	732 553	657 432
<b>sub-total</b>	<b>-26 538</b>	<b>-27 273</b>
Custos Empreitada+Fiscalização	-762 602	-343 780
Varição inventários Produção	762 602	343 780
<b>sub-total</b>	<b>-26 538</b>	<b>-27 273</b>
amortizações/depreciações	-36 673	-23 648
proveitos reconhecidos por imputação de subsídio ao investimento	36 673	23 648
<b>sub-total</b>	<b>-26 538</b>	<b>-27 273</b>
Outros rendimentos - O Gastos [78-68]	198 391	882
Imposto s/ rendimento [TA.]	-14 135	-5 376
<b>Total</b>	<b>157 717</b>	<b>-31 768</b>

## Quadro 15 - Resultados

Descrição	2021	2021	2020	2021/2020
	PAO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	VARIAÇÃO
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) (A)	1 066 506	208 526	-2 744	-
Amortizações/Depreciações (B)	-66 319	-36 673	-23 648	55,1%
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT) [(A)-(B)]	1 000 187	171 853	-26 391	-
Imposto s/ rendimento do período	-234 032	-14 135	-5 376	162,9%
Resultado Líquido	766 155	157 717	-31 768	-

É importante notar que a venda de ativos, ocorrida em 2021, correspondem a operações extraordinárias que contribuem para um resultado positivo, mas não resultam da atividade corrente da empresa, embora ainda devam ocorrer nos próximos exercícios, em consequência da venda dos ativos imobiliários da Baixa de Coimbra.

No que se refere ao imposto sobre o rendimento, este reflete o imposto sobre resultados positivos deduzido dos prejuízos fiscais, acrescidos da derrama e tributação autónoma.

## 5.5 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A exploração do exercício de 2021 saldou-se por um resultado líquido positivo de 157 717,36 € (cento e cinquenta e sete mil, setecentos e dezassete euros e trinta e seis cêntimos), o qual se propõe que seja levado à conta de Resultados Transitados para cobertura de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.



## 6. EVENTOS SUBSEQUENTES

Atendendo às orientações emanadas pelo Conselho de Ministros, todos os trabalhadores da empresa ficaram em regime de teletrabalho até dia 14 de janeiro, embora fosse sempre garantida a presença de um trabalhador na sede, através de uma escala de presenças, tendo igualmente ocorrido situações pontuais de colaboradores que, de forma justificada, tiveram que se deslocar à empresa.

Em 4 de fevereiro de 2022 foi publicado em Diário da República n.º 25/2022, Série I, o Decreto-Lei n.º 21/2022, em que o Estado atribuiu à MM, em exclusivo, a implementação, supervisão e manutenção da infraestrutura de um sistema de transporte público de passageiros em modo rodoviário em sítio próprio, nos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã, designado sistema "Metrobus", aprovando, em simultâneo, as bases da concessão por via do Decreto-Lei n.º 10/2002, de 24 de janeiro.

Relatório Aprovado em Coimbra a 17 de fevereiro de 2022

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

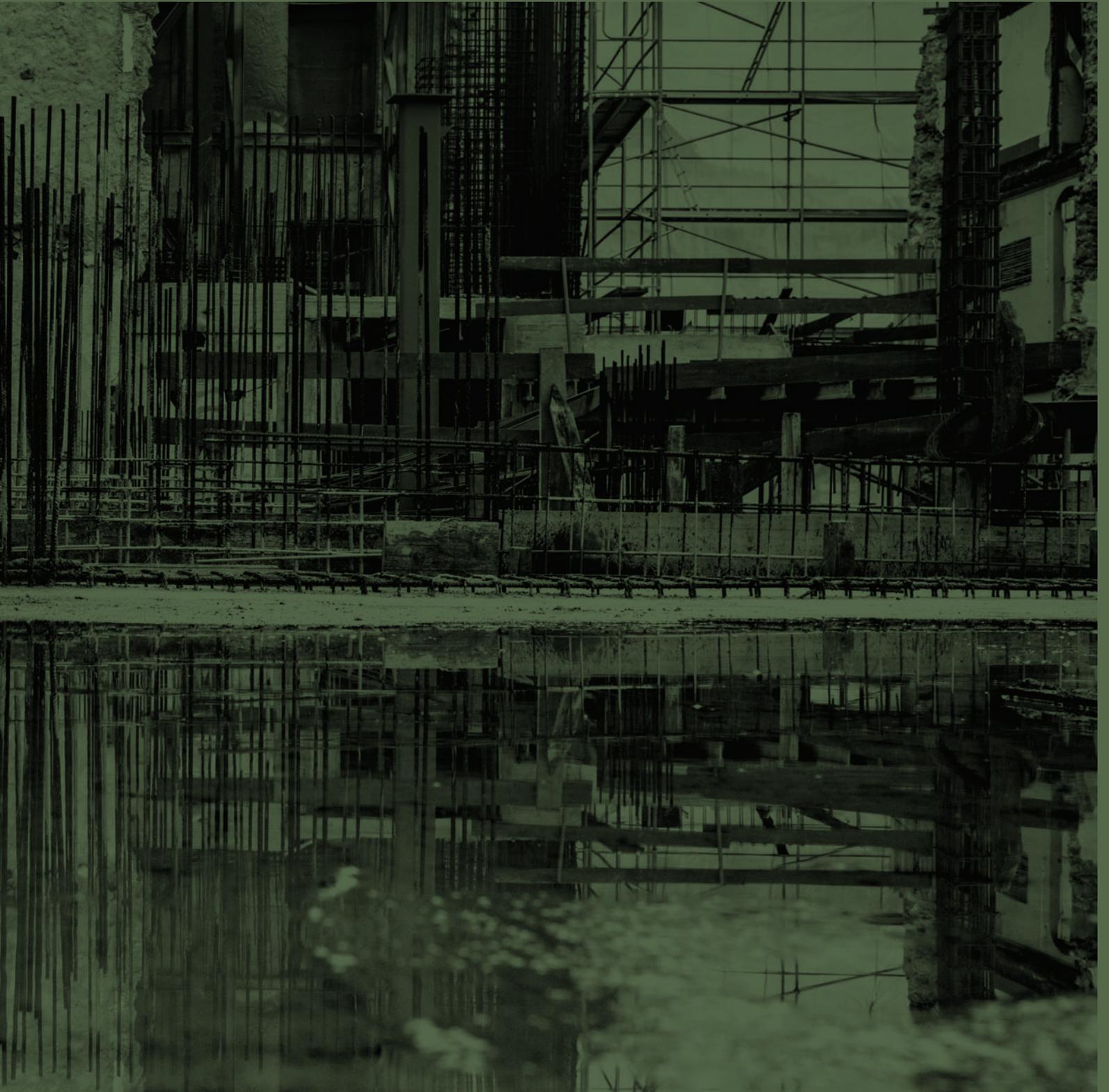
*Eng.º João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana*  
(Presidente)

*Professor Doutor Eduardo Jorge Gonçalves Barata*  
(Vogal executivo)

*Dr.ª Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo*  
(Vogal não executiva)

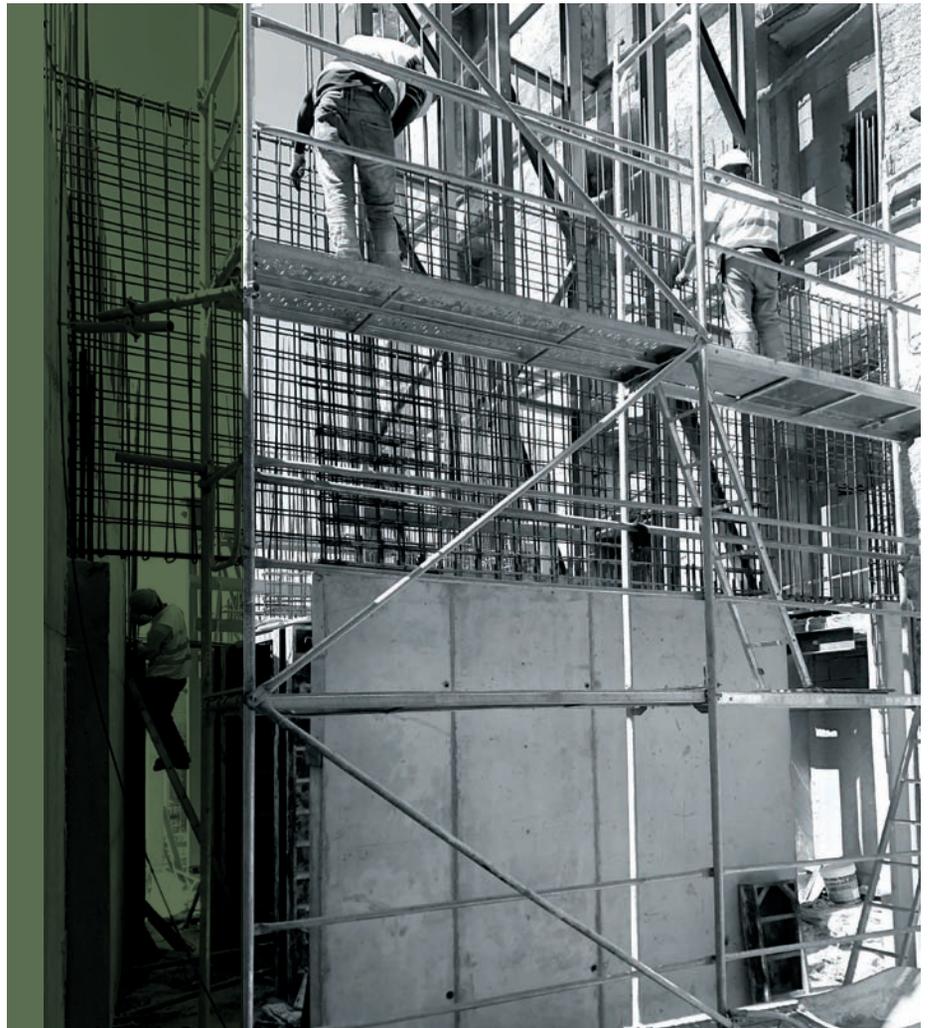
# CONTAS DO EXERCÍCIO





# A - SUBSISTEMA DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

## A.1 Demonstrações financeiras



## 11 - BALANÇO

(Montantes expressos em Euros)

Rúbricas	Notas	31/12/2021 (2)	31/12/2020 (1)	Variação % (1)-(2)
<b>ATIVO:</b>				
<b>Ativo não corrente:</b>				
Ativos fixos tangíveis	4	47 697 049,83	45 703 165,52	4,36%
Propriedades de investimento	5	192 516,29	192 516,29	-
Ativos intangíveis	3	24 772,63	35 432,57	-30,09%
Diferimentos	10.3	1 965,31	561,26	
Outros ativos financeiros	10.7	687,03	34,32	1901,84%
		<b>47 916 991,09</b>	<b>45 931 709,96</b>	<b>4,32%</b>
<b>Ativo corrente:</b>				
Inventários	6	1 106 382,05	343 780,07	221,83%
Cientes, contribuintes e utentes	10.1	201 421,67	-	-
Estado e outros entes públicos	10.6	84 615,67	179 742,08	-52,92%
Outras contas a receber	10.2	-	242,00	-100,00%
Diferimentos	10.3	9 625,19	8 920,08	7,90%
Caixa e depósitos bancários	1	6 064 314,40	4 237 476,60	43,11%
		<b>7 466 358,98</b>	<b>4 770 160,83</b>	<b>56,52%</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>55 383 350,07</b>	<b>50 701 870,79</b>	<b>9,23%</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO:</b>				
Património / Capital	1	1 075 000,00	1 075 000,00	-
Reservas		9 654,04	9 654,04	-
Resultados transitados		(923 533,42)	(891 765,91)	3,56%
Outras variações no Património Líquido	8	42 571 895,42	39 101 060,25	8,88%
Resultado líquido do período		157 717,36	(31 767,51)	-596,47%
<b>Total do Património Líquido</b>		<b>42 890 733,40</b>	<b>39 262 180,87</b>	<b>9,24%</b>
<b>PASSIVO:</b>				
<b>Passivo não corrente:</b>				
Outras contas a pagar	10.4	12 390 800,64	11 351 888,13	9,15%
		<b>12 390 800,64</b>	<b>11 351 888,13</b>	<b>9,15%</b>
<b>Passivo corrente:</b>				
Fornecedores	10.5	4 203,68	2 464,26	70,59%
Estado e outros entes públicos	10.6	32 179,82	23 766,33	35,40%
Fornecedores de investimentos	10.5	1 377,60	13 322,96	-89,66%
Outras contas a pagar	10.4	64 054,93	48 248,24	32,76%
		<b>101 816,03</b>	<b>87 801,79</b>	<b>15,96%</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>12 492 616,67</b>	<b>11 439 689,92</b>	<b>9,20%</b>
<b>Total do Património Líquido e do Passivo</b>		<b>55 383 350,07</b>	<b>50 701 870,79</b>	<b>9,23%</b>

## 12 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31/12/2021 (2)	31/12/2020 (1)	Variação % (1)-(2)
Variação nos inventários da produção	8	762 601,98	343 780,07	121,83%
Trabalhos para a própria entidade	4.3	732 552,51	657 432,17	11,43%
Fornecimentos e serviços externos	12.2	(904 559,70)	(513 519,43)	76,15%
Gastos com o pessoal	11	(617 133,22)	(514 966,07)	19,84%
Outros rendimentos e ganhos	7	238 604,24	28 279,80	743,73%
Outros gastos e perdas	12.3	(3 539,96)	(3 750,21)	-5,61%
<b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>208 525,85</b>	<b>(2 743,67)</b>	<b>-7700,25%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3/4	(36 673,34)	(23 647,63)	55,08%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>171 852,51</b>	<b>(26 391,30)</b>	<b>-751,17%</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>171 852,51</b>	<b>(26 391,30)</b>	<b>-751,17%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	10.6	(14 135,15)	(5 376,21)	162,92%
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>157 717,36</b>	<b>(31 767,51)</b>	<b>-596,47%</b>

## 13 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

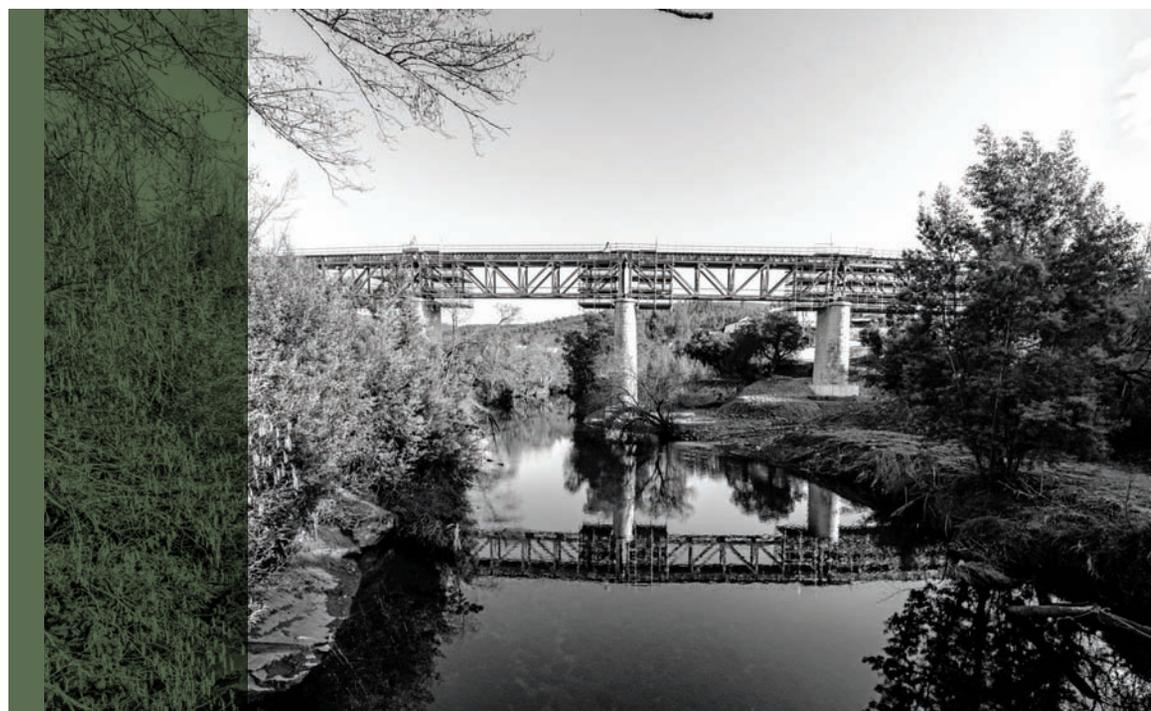
(Montantes expressos em Euros)

Rúbricas	31/12/2021	31/12/2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Pagamentos a fornecedores	(864 921,77)	(241 081,71)
Pagamentos ao pessoal	(594 810,56)	(543 847,81)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>(1 459 732,33)</b>	<b>(784 929,52)</b>
Outros recebimentos/pagamentos	396 050,24	204 354,22
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>(1 063 682,09)</b>	<b>(580 575,30)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos fixos tangíveis	(2 089 501,85)	(2 218 037,08)
Ativos intangíveis	-7 057,86	(581,31)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Ativos fixos tangíveis	271 475,66	146 867,92
Outros ativos	955,98	4 136,55
Subsídios ao investimento	4 714 647,96	3 114 646,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>2 890 519,89</b>	<b>1 047 032,08</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>1 826 837,80</b>	<b>466 456,78</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 237 476,60	3 771 019,82
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6 064 314,40	4 237 476,60
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GER NCIA</b>		
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 237 476,60	3 771 019,82
- Equivalentes de caixa no início do período	-	-
- Variações cambiais de caixa no início do período	-	-
<b>= Saldo da Ger ncia Anterior</b>	<b>4 237 476,60</b>	<b>3 771 019,82</b>
De execução orçamental	4 224 183,64	3 388 962,82
De operações de tesouraria	13 292,96	7 048,16
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>6 064 314,40</b>	<b>4 237 476,60</b>
- Equivalentes de caixa no fim do período	-	-
- Variações cambiais de caixa no fim do período	-	-
<b>= Saldo para a ger ncia seguinte</b>	<b>6 064 314,40</b>	<b>4 237 476,60</b>
De execução orçamental	6 032 916,94	4 224 183,64
De operações de tesouraria	31 397,46	13 292,96

## 14 - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

Rúbricas	Notas	Capital/ Património Realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total	Total do Património Líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	1	1 075 000,00	9 654,04	(891 765,91)	39 101 060,25	(31 767,51)	39 262 180,87	39 262 180,87
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>								
Outras alterações reconhecidas no património líquido				(31 767,51)	3 470 835,17	31 767,51	3 470 835,17	3 470 835,17
	2	-	-	(31 767,51)	3 470 835,17	31 767,51	3 470 835,17	3 470 835,17
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					157 717,36	157 717,36	157 717,36
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3					-	3 628 552,53	3 628 552,53
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	6=1+2+3	1 075 000,00	9 654,04	(923 533,42)	42 571 895,42	157 717,36	42 890 733,40	42 890 733,40



## A2 Anexo às Demonstrações Financeiras

### NOTA 1 - ESTRUTURA E CONTEÚDO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 11 - DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

A Metro-Mondego, SA [MM] é uma sociedade anónima, constituída a 20 de maio de 1996. O capital social é representado por 1.075.000 ações, com valor nominal de € 1,00, encontrando-se realizado na totalidade. A MM é, assim, uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando o sector empresarial do Estado cujo regime geral consta do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto.

O Decreto-Lei n.º 21/2022, de 4 de fevereiro procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2002, de 24 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 226/2004, de 6 de dezembro, que estabelece o novo regime jurídico de exploração do metropolitano ligeiro de superfície nos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã.

A MM possui o código de classificação orgânica 5904 e está sob a tutela sectorial do Ministério das Infraestruturas e Habitação. As demonstrações financeiras de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de XX de fevereiro de 2022 e é opinião do Conselho de Administração que estas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição financeira e os fluxos de caixa. As demonstrações financeiras podem ser consultadas na sede da MM sita na Rua de Olivença, n.º 11 – 1.º andar, 3000-306 Coimbra.

#### 12 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos, mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e juízos de valor no processo de determinação das políticas contabilísticas a apresentar pela entidade com impacto significativo no valor contabilísticos dos seus ativos, assim como nos rendimentos e gastos no período de reporte.

As áreas que envolvem a utilização de estimativas com maior efeito nas demonstrações financeiras, são explicitadas na Nota 4.

#### 13 - DERROGAÇÕES DAS DISPOSIÇÕES DO SNC-AP

Foram aplicados os requisitos das NCP relevantes para a entidade, exceto quanto ao requisito do § 34 da NCP 8 – Propriedades de Investimento.

O SNC-AP estabelece tratamentos contabilísticos para as entidades públicas, que normalmente são considerados como sujeitos ativos dos impostos estatais e/ou municipais, e não como sujeitos passivos, pelo que não está previsto um tratamento específico para o reconhecimento de impostos correntes e diferidos.

A MM é sujeito passivo do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IIRC), atendendo a que se trata duma sociedade anónima, classificada como Entidade Pública Reclassificada (EPR).

Assim, tratando-se do reconhecimento de impostos correntes e diferidos, não existindo qualquer tratamento contabilístico em qualquer das NCP do regime geral do SNC-AP, a entidade optou por aplicar supletivamente a seguinte Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) do SNC do setor empresarial: NCRF 25 – Imposto sobre o rendimento.



#### 14 - COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos presentes nas demonstrações financeiras são, na sua totalidade comparáveis com as demonstrações financeiras do exercício anterior.

#### 15 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários em 31 de dezembro de 2021 apresenta o seguinte detalhe de valores de caixa e seus equivalentes, sendo que não existem saldos de caixa ou seus equivalentes indisponíveis para uso:

#### NOTA 2 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As políticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras são as que a seguir se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos de relato apresentados.

*Quadro C.1 - Desagregação de caixa e depósitos*

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos bancários	6 063 314,40	4 236 476,60
Caixa	1 000,00	1 000,00
<b>Total de caixa e depósitos bancários</b>	<b>6 064 314,40</b>	<b>4 237 476,60</b>
Equivalentes de caixa	0	0
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>6 064 314,40</b>	<b>4 237 476,60</b>

## 21 - BASES DE MENSURAÇÃO US- ADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 21.1 Ativos intangíveis

A entidade reconhece um item como ativo intangível quando o item satisfaz a definição de ativo intangível e os critérios para o seu reconhecimento. Este requisito aplica-se ao custo mensurado no reconhecimento e aos custos suportados subsequentemente para adicionar, substituir uma parte ou dar assistência ao mesmo.

Após o reconhecimento como ativo, o ativo intangível é registado pelo seu custo, menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A quantia amortizável dos ativos intangíveis é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil.

O método utilizado é o das quotas constantes do qual resulta um gasto linear durante a vida útil do ativo.

Relativamente aos ativos intangíveis da entidade, as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas: programas de computador - 3 anos.

### 21.2 Ativos fixos tangíveis

A entidade avalia todos os custos do ativo fixo tangível no momento em que são suportados. Estes custos incluem custos suportados inicialmente para construir ou adquirir um bem do ativo fixo tangível e custos suportados subsequentemente para adicionar, substituir uma parte ou dar assistência a esse ativo.

Um bem do ativo fixo tangível que satisfaça as condições de reconhecimento como ativo é inicialmente mensurado pelo seu custo.

Após o reconhecimento como ativo, um bem do ativo fixo tangível é registado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A quantia depreciável de um ativo é imputada numa base sistemática ao longo da sua vida útil.

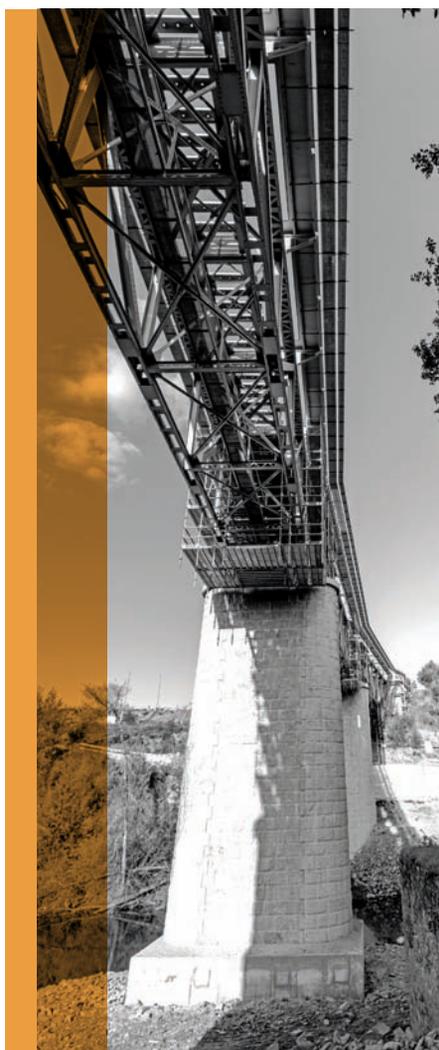
A depreciação de um ativo começa quando fica disponível para uso, isto é, quando estiver no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar pela forma pretendida pelo órgão de gestão. A depreciação de um ativo cessa quando é desreconhecido. Assim, a depreciação não cessa quando o ativo se tornar ocioso ou for retirado de uso e ficar detido para alienação, a menos que esteja completamente depreciado.

É aplicado de forma consistente o método das quotas constantes refletindo um gasto linear ao longo da vida útil do ativo.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as seguintes vidas úteis esperadas:

*Quadro C.2 - Vida útil esperada*

Rúbrica	N.º anos de vida útil
Equipamento básico	3 - 8
Equipamento de Transporte	4
Equipamento administrativo	8 - 20
Outros Ativos fixos tangíveis	3 - 16



### 213. Propriedades de investimento

A MM reconhece inicialmente as propriedades de investimento pelo seu custo, incluindo os custos de transação. A propriedade de investimento que compõe a rubrica do balanço é composta por um terreno detido para valorização de capital e integra o património da MM como resultado da realização em espécie da entrada da CP no capital da MM, conforme referido na Nota 5, ao qual ainda não foi atribuído uso futuro pelo que não foi ainda determinado o seu justo valor para efeitos de divulgação.

### 214. Inventários

Os Inventários englobam os trabalhos em curso que estão a ser produzidos pela entidade e estão mensurados ao custo. O custo dos inventários inclui todos os custos suportados para colocar esses inventários no local e condições atuais.

O custo dos inventários é determinado através da identificação específica dos respetivos custos individuais aplicando a mesma fórmula de custeio a todos os inventários que tenham natureza e uso semelhantes.

### 215. Rendimentos de transações com contraprestação

O rendimento é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Os rendimentos são reconhecidos na data da realização, ou seja, quando a empresa incorre em gastos necessários para a obtenção do mesmo.

### 216. Rendimentos de transações sem contraprestação

As transferências relacionadas com a aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidas no capital próprio sendo, subsequentemente, imputadas numa base sistemática (proporcional às amortizações e depreciações dos ativos subjacentes) como rendimento durante o período de vida útil dos ativos com os quais se relacionam.

### 217. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor. Os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro são incluídos no custo de aquisição. Os ativos e passivos financeiros da entidade estão mensurados ao seu custo.

A entidade avalia em cada data de relato a imparidade dos seus ativos financeiros e se existir evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece a perda por imparidade na demonstração dos resultados. Até 31 de dezembro de 2021 não foram reconhecidas perdas por imparidade.

A entidade desreconhece um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram.

A entidade desreconhece um passivo financeiro, ou parte deste, apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

### 218. Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados incluem benefícios de curto prazo tais como: salários, ordenados e contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social; ausências permitidas de curto prazo remuneradas (tais como férias anuais pagas e ausências por doença pagas) em que a compensação pelas ausências ocorre dentro de 12 meses após a data de relato em que os empregados prestam o respetivo serviço; benefícios não monetários (tais como seguro de saúde) dos atuais empregados.

## 22 - OUTRAS POLÍTICAS RELEVANTES

Além das anteriormente referidas, a MM adota ainda, na preparação das suas demonstrações financeiras, as seguintes políticas contabilísticas:

### 22.1 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado de acordo com a legislação aplicável.

Existindo matéria coletável para efeitos de liquidação de imposto sobre o rendimento, este é o resultado da aplicação da taxa de 21% sobre a mesma, da derrama calculada à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável ao que acresce a tributação autónoma tal como definida pela legislação legal em vigor.

### 22.2 Apresentação em conformidade com as NCP

As demonstrações financeiras, em conformidade com as NCP, apresentam apropriadamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Metro-Mondego, S.A.

### 22.3 Informação comparativa

Os elementos presentes nas demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com as demonstrações financeiras do exercício anterior.

### 22.4 Consistência na apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras é mantida de um período para o outro.

### 22.5 Materialidade e agregação

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes quantidades de transações ou de outros acontecimentos que são agregados em classes e contas principais de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de

dados condensados e classificados que constituem as linhas de itens das diferentes demonstrações financeiras. Se uma linha de determinado item não for individualmente material, é agregada com outros itens, quer naquelas demonstrações quer nas notas às demonstrações financeiras. Um item que não seja suficientemente material para ter uma apresentação separada naquelas demonstrações pode, apesar de tudo, ser suficientemente material para ser apresentado separadamente nas notas às demonstrações financeiras.

### 22.6 Compensação

Os ativos e os passivos e os rendimentos e gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido numa NCP.

### 22.7 Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

### 22.8 Principais fontes de incerteza e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas, e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de gastos e rendimentos do período. É o caso da determinação dos trabalhos efetuados para a própria entidade.

### 22.9 Principais pressupostos relativos ao futuro

Os principais pressupostos relativos ao futuro envolvendo risco significativo de provocar futuro ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados ou correntes.

### NOTA 3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2020 e 31/12/2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada na rubrica de ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

#### 3.1 - ATIVOS INTANGÍVEIS - VARIÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

#### 3.2 - ATIVOS INTANGÍVEIS - ADIÇÕES

As adições do período, no montante de € 5,792,06, referem-se: à aquisição de licenças Microsoft Office e Antivirus para os novos equipamentos adquiridos, bem como ao custo da renovação da licença de suporte do software responsável pelas máquinas virtuais da MM, com o objetivo de manter o sistema atualizado, devido ao facto de a versão instalada até então já não garantir a fiabilidade dos serviços.

Quadro C3 - Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Rúbricas	Início do período			Fim do período		
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada
Programas de computador e sistemas de informação	138 864,11	103 431,54	35 432,57	144 656,17	119 883,54	24 772,63
	<b>138 864,11</b>	<b>103 431,54</b>	<b>35 432,57</b>	<b>144 656,17</b>	<b>119 883,54</b>	<b>24 772,63</b>

## NOTA 4 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2020 e 31/12/2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

### 4.1 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - VARIAÇÃO DAS DEPRECIACÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS



Quadro C.4 - Variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Rúbricas	Início do Período			Fim do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>							
Edifícios e outras construções	76 171,25	-	76 171,25	76 171,25	15 234,25	-	60 937,00
Equipamento básico	9 461,45	9 461,45	-	9 461,45	9 461,45	-	-
Equipamento de transporte	56 873,35	56 873,35	-	45 965,21	43 066,59	-	2 898,62
Equipamento administrativo	255 207,91	241 989,30	13 218,61	265 128,91	246 675,11	-	18 453,80
Outros	5 944,28	5 269,03	675,25	5 944,28	5 377,07	-	567,21
Ativos fixos tangíveis em curso	45 613 100,41	-	45 613 100,41	47 614 193,20	-	-	47 614 193,20
	<b>46 016 758,65</b>	<b>313 593,13</b>	<b>45 703 165,52</b>	<b>48 016 864,30</b>	<b>319 814,47</b>	<b>-</b>	<b>47 697 049,83</b>
<b>Total</b>	<b>46 016 758,65</b>	<b>313 593,13</b>	<b>45 703 165,52</b>	<b>48 016 864,30</b>	<b>319 814,47</b>	<b>-</b>	<b>47 697 049,83</b>

## 4.2 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Em 2021 os movimentos ocorridos nas rúbricas de ativos fixos tangíveis resultam essencialmente dos seguintes acontecimentos:

- desreconhecimento de ativos fixos tangíveis em curso do montante relativo às "parcelas sobrantes" – terrenos e edifícios que foram vendidos no decurso do exercício;
- à aquisição e instalação de um posto de carregamento para a viatura elétrica afeta à MM;
- à necessidade de aquisição de equipamentos informáticos (essencialmente computadores e monitores) bem como mobiliário de escritório para alocar aos novos colaboradores da MM.

Quadro C.5 - Quantia escriturada e variações do período

Rúbricas	Variações do período					Quantia escriturada final
	Quantia escriturada inicial	Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Diminuições	
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	105 000,00	-	(105 000,00)	-
Edifícios e outras construções	76 171,25	-	94 300,00	(15 234,25)	(94 300,00)	60 937,00
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	3 091,86	-	(193,24)	-	2 898,62
Equipamento administrativo	13 218,61	9 921,00	-	(4 685,81)	-	18 453,80
Outros	675,25	-	-	(108,04)	-	567,21
Ativos fixos tangíveis em curso	45 613 100,41	2 562 589,46	(199 300,00)	-	(362 196,67)	47 614 193,20
	<b>45 626 994,27</b>	<b>2 575 602,32</b>	-	<b>(20 221,34)</b>	<b>(561 496,67)</b>	<b>47 636 112,83</b>
<b>Total</b>	<b>45 703 165,52</b>	<b>2 572 510,46</b>	-	<b>(20 221,34)</b>	<b>(561 496,67)</b>	<b>47 697 049,83</b>



### 4.3. - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - ADIÇÕES

Além do descrito no ponto 4.2., a entidade, enquanto empresa de projeto, capitaliza na rubrica de ativos fixos tangíveis em curso, não só todos os gastos inerentes ao investimento no Sistema de Mobilidade do Mondego [SMM], mas também uma percentagem determinada, recorrendo a juízos de valor, dos gastos suportados com a aquisição de fornecimentos e serviços externos e pessoal.

O valor reconhecido internamente é imputado aos resultados do exercício como trabalhos para a própria empresa.

Em 2021 foram capitalizadas as quantias descritas no **Quadro C6** abaixo:

### 4.4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - DIMINUIÇÕES

Até 31 de agosto de 2021, a MM estava a suportar o custo dos Serviços Alternativos mediante uma fatura que recebia mensalmente da CP pela gestão do serviço. Esta fatura incluía, entre outros, o custo do défice de exploração, o qual, desde 2019, se viu agravado pelo Plano de Apoio à Redução Tarifária [PART].

A partir de 1 de setembro de 2021 e visto que a MM passou a gerir diretamente o contrato com o operador de transportes dos serviços alternativos, embora sem ter a funcionar um sistema próprio de bilhética que lhe permita emitir de forma autónoma títulos de transporte. Assim, por forma a habilitar a CP a efetuar a emissão desses títulos em nome e por conta da MM, foi celebrado entre as duas entidades o protocolo relativo à "Venda de Títulos de Transporte do Sistema de Mobilidade do Mondego".

*Quadro C6 - Trabalhos para a própria entidade*

Rúbrica	2021	% Imputação	Total
Fornecimentos e Serviços Externos	141 957,72	90%	127 761,95
Gastos com o Pessoal	617 133,22	98%	604 790,56
<b>Total rúbrica trabalhos para a própria entidade</b>			<b>732 552,51</b>

Ao abrigo deste protocolo, a CP emite mensalmente uma fatura por todos os serviços prestados e comunica, também mensalmente à MM, o valor das vendas realizadas. Este último valor é cobrado à CP mediante fatura emitida mensalmente pela MM.

A MM capitaliza na conta 453 (ativos fixos tangíveis em curso) o valor dos encargos com os serviços prestados pela CP e pelo operador de transporte.

No que concerne à compensação do impacto do PART na empresa, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra [CIM RC] protocolou com a MM a compensação pelo aumento do défice de exploração pelo que cabe à MM a emissão de uma fatura no valor a receber pela CIM. Este valor não é considerado como rendimento do exercício uma vez que é um abatimento direto ao valor capitalizado na conta 453.

Tratamento semelhante tem a fatura que a MM emite agora mensalmente à CP pelo valor das vendas mensais de títulos de transporte.

A Lei de Execução Orçamental [LEO] determina que só é permitido tratar receita como abatimento à despesa em situações muito particulares. Assim, as contrapartidas recebidas da CIM ao abrigo do PART foram refletidas na contabilidade da seguinte forma: Orçamental: receita (segundo instruções recebidas da Direção Geral do Orçamento [DGO]: 02100501 – Transferências de Capital – Administração local – Continente); Financeira: crédito da 453 – Ativos fixos tangíveis em curso; Fluxos de caixa: recebimentos provenientes de Ativos fixos tangíveis.

O valor diminuído aos ativos fixos tangíveis em curso, inclui ainda € 199,300 que resultaram do desconhecimento do valor da venda de imóveis que estavam afetos ao projeto, mas sem utilidade para o mesmo, já anteriormente denominadas como "parcelas sobrantes".

Em 2021, foi alienada uma viatura adquirida em 2005, por conseguinte já totalmente depreciada, pelo valor de € 800,00

## NOTA 5 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A propriedade de investimento é constituída por uma parcela de terreno com área total de 2.250 m<sup>2</sup> na freguesia de Santa Cruz (atual união de Freguesias de Coimbra). Esta parcela confronta a norte com a Rua do Arnado, Nascente/Sul e Poente com a CP.

Este terreno constitui a realização em espécie da participação da CP no capital social da MM em 1996.

A parcela foi incluída nos estudos urbanísticos da Câmara Municipal de Coimbra [CMC], nomeadamente a designada ARU Baixa-Rio, esteve inserida no programa "Estações com vida" e num protocolo de parceria com a REFER (atual IP, SA) e CMC (20 de julho de 2001). Neste protocolo estava prevista uma permuta do terreno com a construção da sede da MM na nova estação (Coimbra-B). Em 2007, no quadro da revisão da execução do projeto, a localização da sede em Coimbra-B foi reconsiderada e feita a opção pela possível localização em Sobral de Ceira, junto ao PMO previsto.

Entretanto, as alterações ao projeto levaram a uma reorientação dos investimentos que certamente envolverão também o destino desta parcela. Atualmente não existe definição concreta para o destino a dar a esta propriedade de investimento. Contudo, além de valorizar o capital, é convicção do órgão de gestão que esta reúne condições para continuar assim classificada pois dela são esperados benefícios económicos futuros.

Tal facto leva a que não tenha sido ainda determinado o justo valor da propriedade de investimento, que neste momento se encontra mensurada ao custo pelo valor de € 192.516,29. No entanto, é convicção do órgão de gestão que o justo valor do ativo é superior ao valor de mensuração.

## NOTA 6 - INVENTÁRIOS

Em 2020 arrancou a empreitada de desconstrução/demolição, construção e reabilitação dos edifícios para a abertura do canal do SMM na baixa de Coimbra. Desta empreitada resultarão dois Edifícios, denominados A1 – Edifício Ponte (Rua da Sofia) e A2 – Edifício da Rua Nova, integrando, cada um deles, 15 frações em regime de propriedade horizontal, destinadas a habitação, escritórios e comércio.

A empreitada foi adjudicada pelo valor de € 3.443.977 e a Fiscalização por € 112.294 com prazo de conclusão de 690 dias a contar da data de consignação, 24 de julho de 2020.

Uma vez concluída a obra em causa, iniciar-se-á então a comercialização das referidas frações. Os gastos com a empreitada e fiscalização são imputados diretamente, de acordo com a pernilagem de cada uma destas frações, sendo reconhecidos em igual montante nos resultados do exercício.

### Quadro C7 - Inventários

Rúbrica	Quantia bruta	Imparidade	Quantia Escriturada
Produtos e trabalhos em curso	1 106 382,05		1 106 382,05
<b>Total</b>	<b>1 106 382,05</b>		<b>1 106 382,05</b>

## NOTA 7 - RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Em 2021, os rendimentos que constituem transações com contraprestação, são os rendimentos relacionados com a venda de ativos fixos tangíveis referidos no ponto 4.4.

## NOTA 8 - RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

A dotação da Administração Central para financiamento da atividade da MM, para 2021, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado foi de € 2.314.648,00.

Em 7 de dezembro de 2021 foi aprovado pela tutela o pedido de abertura de crédito especial a favor da MM, no montante de € 2.400.000, para reforço do orçamento da MM, conforme informação número I/2365/2021/SGPCP.

Depois de deduzido o valor correspondente a impostos diferidos, estas transferências representam uma variação no Património Líquido de € 3.653.852,17.

O reconhecimento destas transferências é efetuado como subsídio ao investimento. Assim, no momento do recebimento, o montante transferido é reconhecido no Património Líquido sendo, subseqüentemente, imputado numa base sistemática (igual às amortizações e depreciações dos ativos subjacentes) como rendimento durante o período de vida útil dos ativos com os quais se relacionam.

Em 2021 foram reconhecidos rendimentos na conta Imputação de subsídios e transferências para investimentos, no montante de 236.085,74 €. Este valor resulta não só das depreciações e amortizações do período (conforme descrito anteriormente) mas também, do reconhecimento do subsídio ao investimento relacionado com a venda dos ativos referidos na Nota 7.

### Quadro C.8 - Transações sem contraprestação

Rendimento do período reconhecido em

Tipo de Rendimento	Resultados	Património Líquido
Transferência com condição	236 085,74	3 653 852,17
<b>Total</b>	<b>236 085,74</b>	<b>3 653 852,17</b>

## NOTA 9 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão a 17 de fevereiro de 2022. A decisão final de aprovação de contas é conferida em sede de Assembleia Geral.

Independentemente da instabilidade que o país atravessa motivada quer pelos efeitos da Pandemia por Covid-19, que desde o início de 2020 tem condicionado a atividade económica, quer pela instabilidade política que levou à dissolução do Parlamento e à necessidade de convocação de eleições legislativas antecipadas, entre a data de relato e a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras, não foram recebidas informações acerca de alterações que indiciem que pode estar em risco o pressuposto da continuidade.

## NOTA 10 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A MM desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros de acordo com a sua política de gestão. Em 31.12.2021 e 31.12.2020, o detalhe do balanço por categorias de instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

*Quadro C9 - Ativos e Passivos Financeiros*

Rúbricas	Notas	12/31/2021	12/31/2020
<b>Ativo</b>			
Clientes, contribuintes e utentes	10.1	201 421,67	0,00
Fornecedores (saldos contrários)	10.2	0,00	242,00
Estado e Outros Entes Públicos	10.6	84 615,67	179 742,08
Outros Devedores	10.7	0,00	0,00
Diferimentos	10.3	11 590,50	9 481,34
Outros ativos financeiros	10.7	687,03	34,32
		<b>298 314,87</b>	<b>189 499,74</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Outras Contas a Pagar	10.4	12 390 800,64	11 351 888,13
		<b>12 390 800,64</b>	<b>11 351 888,13</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	10.5	4 203,68	2 464,26
Estado e Outros Entes Públicos	10.6	32 179,82	23 766,33
Fornecedores de investimentos	10.5	1 377,60	13 322,96
Outras contas a pagar	10.4	64 054,93	48 248,24
Diferimentos	10.3	0,00	0,00
		<b>101 816,03</b>	<b>64 035,46</b>

### 10.1. CLIENTES, CONTRIBUÍNTES E UTENTES

Em 31/12/2021 o valor inscrito na conta a receber de clientes é relativo a valor não vencido.

#### 10.2. Outras contas a receber

O saldo da conta de outros devedores em 31/12/2020 refletia o saldo devedor da conta de fornecedores conta corrente, valor este recebido em 2021.

#### 10.3. Diferimentos ativos e passivos

No período findo não existiam diferimentos passivos a considerar. O valor inscrito na rubrica do ativo corresponde ao valor dos gastos orçamentais de 2021 que serão reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício de 2022 e seguintes (não corrente) de acordo com o princípio do acréscimo.

### 10.4. OUTRAS CONTAS A PAGAR

O saldo não corrente da conta outras contas a pagar diz respeito:

- à quantia de imposto associado ao subsídio ao investimento uma vez que, a NCRF 25 - Impostos sobre o Rendimento não exige nem permite o desconto de ativos e passivos por impostos diferidos devido à complexidade da calendarização da tempestividade da reversão das diferenças temporárias. Assim, estas diferenças, são reconhecidas como passivos não correntes;
- a cauções recebidas de fornecedores de investimento provenientes de obrigações contratuais (até 31/12/2021 este valor estava refletido como passivo corrente na conta corrente de fornecedores de investimentos).

O saldo corrente da conta *outras contas a pagar* reflete o valor da conta de *remunerações a pagar ao pessoal* que, de acordo com a legislação laboral em vigor, corresponde ao montante relativo a férias e subsídio de férias a atribuir em 2022.

#### Quadro C.10 - Cauções

Fornecedores de Investimentos	12/31/2021	12/31/2020
ETAC - EMPRESA DE TRANSPORTES ANTÓNIO CUNHA, LDA	17 862,50	0,00
A NOVA DEMOCRÁTICA, LDA	5 000,00	5 000,00
BENTO & BENTO, LDA	3 222,69	3 222,69
ROSETE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, LDA	5 100,27	5 100,27
	<b>31 185,46</b>	<b>13 322,96</b>

## 10.5. FORNECEDORES E FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 não existiam saldos significativos nesta rubrica.

## 10.6. Estado e outros Entes Públicos

Nos períodos findos de 31/12/2021 e 31/12/2020, os saldos da conta *Estado e Outros Entes Públicos*, apresentava-se como se segue:

*Quadro C.11 - Estado e outros Entes Públicos*

Estado e Outros Entes Públicos	12/31/2021		12/31/2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IRC - Pagamento por Conta	0,00	-	2 312,50	-
IRS - Retenção imposto s/ rend.	-	8 588,00	-	8 292,44
IVA - Reembolsos pedidos	84 615,67	-	177 429,58	-
IRC - A Pagar	-	11 822,65	-	4 420,23
Contribuição p/ Sistemas de proteção	-	11 769,17	-	11 053,66
	<b>84 615,67</b>	<b>32 179,82</b>	<b>179 742,08</b>	<b>23 766,33</b>

O saldo credor de IRC refere-se ao valor apurado deduzido do valor acumulado na conta *IRC - Pagamento Especial por Conta*.

## 10.7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

O valor inscrito nesta rubrica é relativo apenas ao *Fundo de Compensação do Trabalho* (FCT). O FCT é um fundo autónomo, com personalidade jurídica, dirigido por um conselho de gestão. É financiado pelas entidades empregadoras, sendo a entidade gestora o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. São abrangidos os trabalhadores cujos contratos de trabalho sejam celebrados após entrada em vigor da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, isto é, 01 de outubro de 2013.

## NOTA 11 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Em 31/12/2021 a MM tinha 17 pessoas ao serviço (13 em 31/12/2020). De referir que este número inclui dois administradores executivos, um não executivo, um funcionário a gozar licença sem vencimento desde 2018 e quatro funcionários contratados em 2021 para os departamentos administrativo e financeiro (1), departamento técnico (2) e departamento de comunicação e marketing (1).

*Quadro C.12 - Benefícios dos empregados*

<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>12/31/2021</b>	<b>12/31/2020</b>
<b>Remunerações</b>		
Remunerações dos Órgãos Sociais	161 868,90	161 783,96
Remunerações do pessoal	325 030,37	243 113,56
	<b>486 899,27</b>	<b>404 897,52</b>
<b>Encargos sociais</b>		
Encargos sobre remunerações	111 863,40	94 751,68
Seguro Ac. Trab e Doenças Profi.	5 523,33	4 427,08
Outros gastos com Pessoal	12 847,22	10 889,79
	<b>130 233,95</b>	<b>110 068,55</b>
	<b>617 133,22</b>	<b>514 966,07</b>

## NOTA 12 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

### 12.1 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, a MM encontra-se sujeita ao pagamento de IRC, incluindo derrama e tributações autónomas.

A reconciliação da taxa efetiva de imposto com a taxa nominal é a seguinte:

*Quadro C.13 - Taxa média efetiva de Imposto*

Reconciliação da Taxa Efetiva de Impostos	2021	2020
Resultados Antes de Impostos	171 852,51	(26 391,30)
Impostos à taxa de 21%	7 226,69	-
Correções relativas ao ano anterior	211,45	1 215,20
Tributação Autónoma	4 327,50	5 376,21
Derrama Municipal	2 580,96	-
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	14 135,15	-
<b>Taxa média efetiva de imposto</b>	<b>8,24%</b>	<b>n.d</b>

Dedução de prejuízos fiscais, considerando as alterações previstas na Lei n.º 75-B/2020 – Orçamento de Estado para 2021:

*Quadro C.14 - Prejuízos fiscais dedutíveis*

Ano de Apuramento	Prejuízo fiscal	Prazo limite	Prejuízo deduzido em 2021
2014	22 270,57	2028	22 270,57
2015	17 295,32	2029	17 295,32
2016	17 513,33	2030	17 513,33
2017	17 183,62	2024	17 183,62
2018	19 130,67	2025	19 130,67
2019	21 372,99	2026	21 372,99
2020	25 391,30	2030	22 884,67
<b>Total</b>	<b>140 157,80</b>		<b>137 651,17</b>

## 12.2 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é o seguinte:

*Quadro C.15 - Detalhe dos gastos com FSE*

<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Subcontratos	610 820,67	330 698,16
<b>Serviços especializados</b>	<b>214 666,74</b>	<b>100 826,54</b>
Trabalhos especializados	206 129,63	53 444,55
Publicidade e propaganda	1 808,72	24,29
Vigilância e segurança	1 286,30	1 097,10
Honorários	-	40 796,14
Comissões	-	-
Conservação e reparação	5 413,56	5 402,95
Outros	28,53	61,51
<b>Materiais</b>	<b>2 835,86</b>	<b>2 261,45</b>
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	122,31	66,22
Livros e documentação técnica	132,97	-
Material de escritório	2 048,67	1 115,67
Artigos para oferta	-	-
Outros	531,91	1 079,56
<b>Energia e fluidos</b>	<b>9 708,61</b>	<b>11 174,44</b>
Electricidade	4 164,55	5 395,74
Combustíveis	5 236,33	5 056,28
Água	307,73	722,42
Outros	-	-
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>3 875,13</b>	<b>5 941,48</b>
Deslocações e estadas	3 815,63	5 662,33
Transportes de pessoal	59,50	279,15
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	-
<b>Serviços diversos</b>	<b>62 652,69</b>	<b>62 617,36</b>
Rendas e alugueres	47 725,02	44 848,85
Comunicação	4 421,42	5 119,34
Seguros	2 113,63	2 347,64
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	915,00	2 075,08
Despesas de representação	1 668,17	768,24
Limpeza, higiene e conforto	5 505,45	5 021,64
Outros serviços	304,00	2 436,57
	<b>904 559,70</b>	<b>513 519,43</b>

### 12.3. OUTROS GASTOS E PERDAS

Durante os anos de 2021 e 2020 registaram-se os seguintes valores nas rubricas de outros gastos e perdas:

*Quadro C.16 - Outros gastos e perdas*

Outros Gastos e Perdas	Outros Gastos e Perdas	
	2021	2020
<b>Impostos e Taxas</b>	<b>863,43</b>	<b>324,91</b>
Impostos directos	-	-
Impostos indirectos	325,42	324,91
Taxas	538,01	-
<b>Outros</b>	<b>2 676,53</b>	<b>3 425,30</b>
Correções relativas a períodos anteriores	211,45	1 000,00
Quotizações	2 465,08	2 425,30
	<b>3 539,96</b>	<b>3 750,21</b>



## 12.4. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 17 de maio de 2021 foi submetido no portal da Autoridade Tributária [AT] um pedido de Informação Vinculativa com o seguinte assunto: Pedido de informação vinculativa para o enquadramento em sede de IVA do Protocolo a celebrar entre a CP e a MM para a venda de Títulos de Transporte do SMM. Este pedido, cujo conteúdo se transcreve, não obteve resposta até à data de preparação das demonstrações financeiras de 2021.

*Exmos. Senhores,*

*A Metro-Mondego, S.A. [MM], é concessionária em exclusivo e em regime de serviço público da exploração do Sistema de Mobilidade do Mondego [SMM], nos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã.*

*Até à entrada em funcionamento do SMM, este serviço será assegurado pelo transporte rodoviário de passageiros, designado por Serviços Alternativos [SA].*

*A CP – Comboios de Portugal, E.P.E. [CP] tem sido e será até à conclusão do contrato atualmente em vigor a entidade responsável por toda a gestão da operação dos SA.*

*Acontece que, previsivelmente a partir de setembro de 2021, após a conclusão do referido contrato, a MM ficará a gerir diretamente a operação. Para o efeito, será lançado novo concurso público para a aquisição de serviços rodoviários de transporte de passageiros, sendo a MM a entidade adjudicante.*

*No entanto, a MM ainda não terá a funcionar em setembro de 2021 um sistema próprio de bilhética que lhe permita emitir de forma autónoma títulos de transporte, estando previsto que possa continuar a contar com a colaboração da CP para assegurar essa componente dos SA. Assim, de modo a habilitar a CP a efetuar a emissão de títulos de transporte em nome e por conta da MM, deverá ser celebrado o protocolo: VENDA DE TÍTULOS DE TRANSPORTE DO SISTEMA DE MOBILIDADE DO MONDEGO cuja minuta se partilha em anexo.*

*Ao abrigo do artigo 68º da Lei Geral Tributária pretende-se com este pedido de informação vinculativa, esclarecer qual o enquadramento em sede de IVA, nomeadamente, no que se refere ao número 5 da clausula 6ª da minuta deste protocolo.*

*Visto que será a MM a suportar diretamente todos os encargos/despesa com a operação dos serviços rodoviários alternativos, pode a MM emitir uma fatura mensal à CP relativa a Serviços de Transporte Rodoviário para cobrança da receita, aplicando IVA à taxa reduzida de acordo com a verba 2.14 da Lista I Anexa ao CIVA?*

*Com os melhores cumprimentos,*

## 15 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A exploração do exercício de 2021 saldou-se por um resultado positivo de € 157.717,36 (cento e cinquenta e sete mil, setecentos e dezassete euros e trinta e seis cêntimos), propondo-se que sejam aplicados, na sua totalidade, na cobertura de prejuízos ou seja, transferidos para a conta de resultados transitados.



## B - SUBSISTEMA DE CONTABILIDADE ORÇAMENTAL

As demonstrações orçamentais da MM foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com as disposições do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Foram aplicados os requisitos das NCP emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2021.

Foram também considerados os requisitos para a integração de informação contabilística, orçamental e económico-financeira, no Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas [S3CP].

De acordo com a NCP 26 - Contabilidade e relato orçamental do SNC-AP, o objetivo das demonstrações orçamentais é proporcionar informação que indique se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado e com os requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.

Desta forma, as demonstrações orçamentais traduzem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental da entidade, proporcionando, entre outra, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos.

As demonstrações orçamentais que incluem as demonstrações previsionais e as demonstrações de relato orçamental, foram aprovadas pelo Órgão de Gestão da Empresa, no dia XX de fevereiro de 2022 e são expressas em euros.

Em conformidade com os números 1 e 2 do § 46 da NCP 26, um conjunto completo de demonstrações financeiras compreende as que a seguir se discriminam:

- a. Demonstrações previsionais:
  - i. Orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual;
  - ii. Plano plurianual de investimentos.
- b. Demonstrações de relato:
  - i. Demonstração do desempenho orçamental;
  - ii. Demonstração da execução orçamental da receita;
  - iii. Demonstração da execução orçamental da despesa;
  - iv. Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos (PPI);
  - v. Anexo às demonstrações orçamentais.

## B1. Demonstrações Orçamentais

### 11 - DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS

As demonstrações previsionais são o reflexo financeiro das políticas públicas que se prevê aplicar, traduzindo de que forma e em que montante se prevê arrecadar recursos e os fins previstos para a sua utilização.

O PAO 2021 contempla o funcionamento da atividade corrente, com destaque para os Serviços Alternativos, a que acresce o reforço de responsabilidades na gestão do projeto do SMM, com impacto direto ao nível da atividade corrente e na realização de estudos para o lançamento de concursos públicos, de que é exemplo o concurso para a aquisição de veículos ou ainda a construção do PMO.

#### 11.1 - Orçamento plurianual

A dotação da Administração Central para financiamento da atividade da MM, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado para 2021, foi de € 2.314.648 (igual valor em 2020). Neste âmbito, tendo presente as necessidades e compromissos a assumir, a concretização do PAO 2021 só seria possível através da autorização para a utilização de saldo de gerência e obtenção de crédito especial.

Já em 2020, se previa que, caso não fosse possível concretizar a venda de todas as Parcelas Sobrantes, seria necessária a utilização do saldo de gerência existente. Neste seguimento, em 27 de novembro de 2020 viria a ser aprovada a utilização de € 749.000 do saldo de gerência, para execução de despesa inscrita na rubrica 07 – aquisição de bens de capital, através do despacho n.º 1464/2020 da Senhora Secretária de Estado do Orçamento, dos quais € 467.355 seriam exclusivamente para financiamento dos encargos com a empreitada de "desconstrução/reabilitação dos edifícios A1 e A2 da Baixa de Coimbra" aprovados pelas portarias 141/2020 e 142/2020 de 17 de fevereiro.

Em Despacho n.º 658/SEO/2021, de 11 de junho da Senhora Secretária de Estado do Orçamento, que recaiu sobre o pedido da MM, foi autorizada a utilização de € 1.000.000 do saldo de gerência, para execução de despesa do agrupamento 07 – Aquisição de bens de capital, com os projetos da Baixa de Coimbra, de construção do parque de máquinas e oficinas e estação de recolha e com o fornecimento de material circulante. O orçamento plurianual da receita foi elaborado de acordo com os pressupostos apresentados no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2021.

A MM será até 2022 uma empresa projeto, focada na construção do SMM. Por este motivo, não tem capacidade de gerar receitas relevantes, em particular receitas que resultem da exploração do sistema.

Apenas a partir de 2023 está previsto que a MM inicie a exploração do sistema iniciando assim a produção de receitas resultantes da operação do SMM, oriundas quer de receitas de transporte quer da compensação das obrigações de serviço público que venham a ser contratadas com as Autoridades de Transporte.

## Orçamento Plurianual por Rubrica - Receita

Rubrica	Descrição
<b>Receitas Correntes</b>	
R1	Receita Fiscal
R11	Impostos Diretos
R12	Impostos Indiretos
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde
R3	Taxas, multas e outras penalidades
R4	Rendimentos de propriedade
R5	Transferências e subsídios correntes
R51	Transferências correntes
R511	Administrações Públicas
R5111	Administração Central - Estado Português
R5112	Administração Central - Outras entidades
R5113	Segurança Social
R5114	Administração Regional
R5115	Administração Local
R512	Exterior - U E
R513	Outras
R52	Subsídios correntes
R6	Venda de bens e serviços
R7	Outras Receitas Correntes
<b>Total das Receitas Correntes</b>	
<b>Receitas de Capital</b>	
R8	Venda de bens de investimento
R9	Transferências e subsídios de capital
R91	Transferências de capital
R911	Administrações Públicas
R9111	Administração Central - Estado Português
R9112	Administração Central - outras entidades
R9113	Segurança social
R9114	Administração Regional
R9115	Administração Local
R912	Exterior - U E
R913	Outras
R92	Subsídios de capital
R10	Outras receitas de capital
<b>Total das Receitas de Capital</b>	
<b>Receitas não efetivas</b>	
R12	Receita com ativos financeiros
R13	Receita com Passivos financeiros
<b>Total das Receitas não efetiva</b>	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais
<b>Total Geral (Receitas Correntes)</b>	
<b>Total Geral (Receitas Capital)</b>	
<b>Total Geral (Receitas Não Efetivas)</b>	
<b>Total Orçamento</b>	

Valores em EUR

Ano Anterior	Orçamento 2021		Plano orçamental plurianual			
	Valor	Total	2022	2023	2024	2025
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	1 735 646,00	1 735 646,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	844 190,00	844 190,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>0,00</b>	<b>2 579 836,00</b>	<b>2 579 836,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	2 314 648,00	2 314 648,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	120 000,00	120 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	1 000 000,00	1 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>0,00</b>	<b>3 434 648,00</b>	<b>3 434 648,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	2 579 836,00	2 579 836,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	3 434 648,00	3 434 648,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>0,00</b>	<b>6 014 484,00</b>	<b>6 014 484,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 12 - DEMONSTRAÇÃO DE RELATO INDIVIDUAL

As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental da entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidade geral são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

O relato orçamental pode também proporcionar aos utilizadores informação que evidencie se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado e usados de acordo com requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.

Para dar satisfação a estes objetivos, as demonstrações orçamentais proporcionam informação de uma entidade sobre: dotações de despesa e previsões de receita; alterações orçamentais; cabimentos, compromissos, obrigações e receitas liquidadas; despesas pagas e receitas cobradas; grau de execução orçamental (despesas e receitas) e desempenho orçamental.

Orçamento Plurianual por Rubrica - Despesa	
Rubrica	Descrição
<b>Despesas Correntes</b>	
D1	Despesas com o pessoal
D11	Remunerações certas e permanentes
D12	Abonos variáveis ou eventuais
D13	Segurança social
D2	Aquisição de bens e serviços
D3	Juros e outros encargos
D4	Transferências e subsídios correntes
D41	Transferências correntes
D411	Administrações Públicas
D4111	Administração Central - Estado Português
D4112	Administração Central - Outras entidades
D4113	Segurança social
D4114	Administração regional
D4115	Administração local
D412	Entidades do setor não lucrativo
D413	Famílias
D414	Outras
D42	Subsídios correntes
D5	Outras Despesas Correntes
<b>Total das Despesas Correntes</b>	
<b>Despesas de Capital</b>	
D6	Aquisição de bens de capital
D7	Transferência e subsídios de capital
D71	Transferências de capital
D711	Administrações Públicas
D7111	Administração Central - Estado Português
D7112	Administração Central - Outras entidades
D7113	Segurança social
D7114	Administração regional
D7115	Administração local
D712	Entidades do setor não lucrativo
D713	Famílias
D714	Outras
D72	Subsídios de capital
D8	Outras despesas de capital
<b>Total das Despesas de Capital</b>	
<b>Despesas não efetivas</b>	
D9	Despesa com ativos financeiros
D10	Despesa com passivos financeiros
<b>Total das Despesas não efetivas</b>	
<b>Total Geral (Despesas Correntes)</b>	
<b>Total Geral (Despesas Capital)</b>	
<b>Total Geral (Despesas não efetivas)</b>	
<b>Total Orçamento</b>	



## 1.21 - Demonstração de desempenho orçamental

A demonstração de desempenho orçamental, evidencia importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário).

RUBRICA	RECEBIMENTOS
	Saldo de gerência anterior
	Operações orçamentais [1]
	Restituição de saldos de operações orçamentais
	Operações de tesouraria [A]
	<b>Receita corrente</b>
<b>R1</b>	<b>Receita Fiscal</b>
R11	Impostos Diretos
R12	Impostos Indiretos
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde
<b>R3</b>	<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>
<b>R4</b>	<b>Rendimentos de propriedade</b>
<b>R5</b>	<b>Transferências e subsídios correntes</b>
R51	Transferências correntes
R511	Administrações Públicas
R5111	Administração Central - Estado Português
R5112	Administração Central - Outras entidades
R5113	Segurança Social
R5114	Administração Regional
R5115	Administração Local
R512	Exterior - U E
R513	Outras
R52	Subsídios correntes
R6	Venda de bens e serviços
R7	Outras Receitas Correntes
	Receita de Capital
<b>R8</b>	<b>Venda de bens de investimento</b>
<b>R9</b>	<b>Transferências e subsídios de capital</b>
R91	Transferências de capital
R911	Administrações Públicas
R9111	Administração Central - Estado Português
R9112	Administração Central - outras entidades
R9113	Segurança social
R9114	Administração Regional
R9115	Administração Local
R912	Exterior - U E
R913	Outras
R92	Subsídios de capital
<b>R10</b>	<b>Outras receitas de capital</b>
<b>R11</b>	<b>Reposições não abatidas aos pagamentos</b>
	<b>Receita efetiva [2]</b>
	<b>Receita não efetiva [3]</b>
R12	Ativos financeiros
R13	Passivos financeiros
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]
	<b>Recebimentos de operações de tesouraria [B]</b>

FONTES DE FINANCIAMENTO 2021							2020
RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL		
779 593,00	3 444 590,64	0,00	0,00	13 292,96	4 237 476,60	3 771 019,82	
779 593,00	3 444 590,64	0,00	0,00	0,00	4 224 183,64	3 763 971,66	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	13 292,96	13 292,96	7 048,16	
2 985 550,36	0,00	0,00	0,00	0,00	2 985 550,36	1 008 227,80	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
955,98	0,00	0,00	0,00	0,00	955,98	4 136,55	
2 400 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 400 000,00	800 000,00	
2 400 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 400 000,00	800 000,00	
2 400 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 400 000,00	800 000,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2 400 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 400 000,00	800 000,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
201 298,50	0,00	0,00	0,00	0,00	201 298,50	0,00	
383 295,88	0,00	0,00	0,00	0,00	383 295,88	204 091,25	
70 231,44	2 314 647,96	0,00	0,00	0,00	2 384 879,40	2 432 069,76	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
70 231,44	2 314 647,96	0,00	0,00	0,00	2 384 879,40	2 432 069,76	
70 231,44	2 314 647,96	0,00	0,00	0,00	2 384 879,40	2 432 069,76	
70 231,44	2 314 647,96	0,00	0,00	0,00	2 384 879,40	2 432 069,76	
0,00	2 314 647,96	0,00	0,00	0,00	2 314 647,96	2 314 646,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
70 231,44	0,00	0,00	0,00	0,00	70 231,44	117 423,76	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00	32 051,96	
3 055 931,80	2 314 647,96	0,00	0,00	0,00	5 370 579,76	3 472 349,52	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3 835 524,80	5 759 238,60	0,00	0,00	0,00	9 594 763,40	7 236 321,18	
				18 104,50	18 104,50	8 389,83	

RUBRICA	PAGAMENTOS
	<b>Despesa corrente</b>
<b>D1</b>	<b>Despesas com o pessoal</b>
D11	Remunerações certas e permanentes
D12	Abonos variáveis ou eventuais
D13	Segurança social
<b>D2</b>	<b>Aquisição de bens e serviços</b>
<b>D3</b>	<b>Juros e outros encargos</b>
<b>D4</b>	<b>Transferências e subsídios correntes</b>
D41	Transferências correntes
D411	Administrações Públicas
D4111	Administração Central - Estado Português
D4112	Administração Central - Outras entidades
D4113	Segurança social
D4114	Administração regional
D4115	Administração local
D412	Entidades do setor não lucrativo
D413	Famílias
D414	Outras
D42	Subsídios correntes
<b>D5</b>	<b>Outras Despesas Correntes</b>
	<b>Despesa de Capital</b>
<b>D6</b>	<b>Aquisição de bens de capital</b>
<b>D7</b>	<b>Transferência e subsídios de capital</b>
D71	Transferências de capital
D711	Administrações Públicas
D7111	Administração Central - Estado Português
D7112	Administração Central - Outras entidades
D7113	Segurança social
D7114	Administração regional
D7115	Administração local
D712	Entidades do setor não lucrativo
D713	Famílias
D714	Outras
D72	Subsídios de capital
<b>D8</b>	<b>Outras despesas de capital</b>
	<b>Despesa efetiva [5]</b>
	<b>Despesa não efetiva [6]</b>
D9	Passivos financeiros
D10	Ativos financeiros
	<b>Soma [7]=[5]+[6]</b>
	<b>Pagamentos de operações de tesouraria [C]</b>
	Saldos para operação seguinte
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]
	<b>Saldo global [2]-[5]</b>
	Despesa primária
	Saldo corrente
	Saldo de capital
	Saldo primário
	<b>Receita total [1]+[2]+[3]</b>
	<b>Despesa total [5]+[6]</b>



## 1.2.2 - Demonstração de execução orçamental da receita

A demonstração de execução orçamental — receita — tem como finalidade permitir o controlo da execução orçamental da receita durante o período contabilístico, sendo as receitas desagregadas de acordo com as contas do Plano de Contas Multidimensional usadas no orçamento. Esta demonstração permite controlar todas as fases da execução do orçamento da receita, nomeadamente as liquidações e quais os valores cobrados e por receber. Contempla também informação das previsões corrigidas, obtidas por ligação à demonstração de alterações orçamentais da receita, que consta do Anexo.

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores
<b>Receitas Correntes</b>			
R1	<b>Receita Fiscal</b>	0,00	0,00
R11	Impostos Diretos	0,00	0,00
R12	Impostos Indiretos	0,00	0,00
R2	<b>Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde</b>	0,00	0,00
R3	<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	0,00	0,00
R4	<b>Rendimentos de propriedade</b>	955,98	955,98
R5	<b>Transferências e subsídios correntes</b>	2 400 000,00	0,00
R51	Transferências correntes	2 400 000,00	0,00
R511	Administrações Públicas	2 400 000,00	0,00
R5111	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R5112	Administração Central - Outras entidades	2 400 000,00	0,00
R5113	Segurança Social	0,00	0,00
R5114	Administração Regional	0,00	0,00
R5115	Administração Local	0,00	0,00
R512	Exterior - U.E.	0,00	0,00
R513	Outras	0,00	0,00
R52	Subsídios correntes	0,00	0,00
R6	<b>Venda de bens e serviços</b>	1 735 646,00	0,00
R7	<b>Outras Receitas Correntes</b>	843 084,02	0,00
<b>Total das Receitas Correntes</b>		<b>4 979 686,00</b>	<b>955,98</b>
<b>Receitas de Capital</b>			
R8	<b>Venda de bens de investimento</b>	0,00	0,00
R9	<b>Transferências e subsídios de capital</b>	3 434 648,00	0,00
R91	Transferências de capital	3 434 648,00	0,00
R911	Administrações Públicas	2 434 648,00	0,00
R9111	Administração Central - Estado Português	2 314 648,00	0,00
R9112	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00
R9113	Segurança social	0,00	0,00
R9114	Administração Regional	0,00	0,00
R9115	Administração Local	120 000,00	0,00
R912	Exterior - U.E.	1 000 000,00	0,00
R913	Outras	0,00	0,00
R92	Subsídios de capital	0,00	0,00
R10	<b>Outras receitas de capital</b>	0,00	0,00
<b>Total das Receitas de Capital</b>		<b>3 434 648,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Receitas não efetivas</b>			
R12	<b>Receita com ativos financeiros</b>	0,00	0,00
R13	<b>Receita com Passivos financeiros</b>	0,00	0,00
<b>Total das Receitas não efetivas</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	150,00	0,00
R14	Saldo da operação anterior - operações orçamentais	1 000 000,00	0,00
<b>Total Geral (Receitas Correntes)</b>		<b>4 979 686,00</b>	<b>955,98</b>
<b>Total Geral (Rec. de Capital)</b>		<b>3 434 648,00</b>	<b>0,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>9 414 484,00</b>	<b>955,98</b>

Controlo Orçamental da Receita - de Abertura a Dezembro

Receita liquidada	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida			Por cobrar no final do período	Grau exec. orç.	
			Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
0,00	0,00	955,98	0,00	0,00	955,98	0,00	955,98	0,00	100,00%	0,00%
2 400 000,00	0,00	2 400 000,00	0,00	0,00	0,00	2 400 000,00	2 400 000,00	0,00	0,00%	100,00%
2 400 000,00	0,00	2 400 000,00	0,00	0,00	0,00	2 400 000,00	2 400 000,00	0,00	0,00%	100,00%
2 400 000,00	0,00	2 400 000,00	0,00	0,00	0,00	2 400 000,00	2 400 000,00	0,00	0,00%	100,00%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
2 400 000,00	0,00	2 400 000,00	0,00	0,00	0,00	2 400 000,00	2 400 000,00	0,00	0,00%	100,00%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
367 686,87	0,00	201 298,50	0,00	0,00	0,00	201 298,50	201 298,50	166 388,37	0,00%	116,0%
383 655,88	0,00	383 295,88	0,00	0,00	0,00	383 295,88	383 295,88	360,00	0,00%	45,46%
3 151 342,75	0,00	2 985 550,36	0,00	0,00	955,98	2 984 594,38	2 985 550,36	166 748,37	0,02%	59,94%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
2 419 552,70	0,00	2 384 879,40	0,00	0,00	0,00	2 384 879,40	2 384 879,40	34 673,30	0,00%	69,44%
2 419 552,70	0,00	2 384 879,40	0,00	0,00	0,00	2 384 879,40	2 384 879,40	34 673,30	0,00%	69,44%
2 419 552,70	0,00	2 384 879,40	0,00	0,00	0,00	2 384 879,40	2 384 879,40	34 673,30	0,00%	97,96%
2 314 647,96	0,00	2 314 647,96	0,00	0,00	0,00	2 314 647,96	2 314 647,96	0,00	0,00%	100,00%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
104 904,74	0,00	70 231,44	0,00	0,00	0,00	70 231,44	70 231,44	34 673,30	0,00%	58,53%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
2 419 552,70	0,00	2 384 879,40	0,00	0,00	0,00	2 384 879,40	2 384 879,40	34 673,30	0,94%	98,95%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
150,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	150,00	150,00	0,00	0,00%	100,00%
4 224 183,64	0,00	4 224 183,64	0,00	0,00	0,00	4 224 183,64	4 224 183,64	0,00	0,00%	422,42%
3 151 342,75	0,00	2 985 550,36	0,00	0,00	955,98	2 984 594,38	2 985 550,36	166 748,37	0,02%	59,94%
2 419 552,70	0,00	2 384 879,40	0,00	0,00	0,00	2 384 879,40	2 384 879,40	34 673,30	0,00%	69,44%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
9 795 229,09	0,00	9 594 763,40	0,00	0,00	955,98	9 593 807,42	9 594 763,40	201 421,67	0,01%	101,90%

123 - Demonstração de execução  
orçamental da despesa

Rubrica	Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos
<b>Despesas Correntes</b>				
<b>D1</b>	<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>19 499,03</b>	<b>791 480,00</b>	<b>0,00</b>
D11	Remunerações certas e permanentes	11 762,61	612 514,00	0,00
D12	Abonos variáveis ou eventuais	170,00	37 775,00	0,00
D13	Segurança social	7 566,42	141 191,00	0,00
<b>D2</b>	<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>7 309,23</b>	<b>214 964,00</b>	<b>0,00</b>
<b>D3</b>	<b>Juros e outros encargos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>D4</b>	<b>Transferências e subsídios correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
D41	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00
D411	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00
D4111	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00
D4112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00
D4113	Segurança social	0,00	0,00	0,00
D4114	Administração regional	0,00	0,00	0,00
D4115	Administração local	0,00	0,00	0,00
D412	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00
D413	Famílias	0,00	0,00	0,00
D414	Outras	0,00	0,00	0,00
D42	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00
<b>D5</b>	<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total das Despesas Correntes</b>		<b>26 808,26</b>	<b>1 006 444,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Despesas de Capital</b>				
<b>D6</b>	<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>378,31</b>	<b>8 408 040,00</b>	<b>0,00</b>
<b>D7</b>	<b>Transferência e subsídios de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
D71	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00
D711	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00
D7111	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00
D7112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00
D7113	Segurança social	0,00	0,00	0,00
D7114	Administração regional	0,00	0,00	0,00
D7115	Administração local	0,00	0,00	0,00
D712	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00
D713	Famílias	0,00	0,00	0,00
D714	Outras	0,00	0,00	0,00
D72	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00
<b>D8</b>	<b>Outras despesas de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total das Despesas de Capital</b>		<b>378,31</b>	<b>8 408 040,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Despesas não efetivas</b>				
<b>D9</b>	<b>Despesa com ativos financeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>D10</b>	<b>Despesa com passivos financeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total das Despesas não efetivas</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral (Despesas Correntes)</b>		<b>26 808,26</b>	<b>1 006 444,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral (Despesas Capital)</b>		<b>378,31</b>	<b>8 408 040,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral (Despesas não efetivas)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>27 186,57</b>	<b>9 414 484,00</b>	<b>0,00</b>



## 13 - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

### 13.1 - Alterações orçamentais da receita

As demonstrações orçamentais ocorridas no período de relato são apresentadas de acordo com o quadro que se segue.

A inscrição de receitas não previstas no orçamento inicial carece de registo de alteração orçamental.

Em 2021 foram registadas as seguintes alterações orçamentais: alteração orçamental permutativa para inscrição relativa ao recebimento de devolução de gastos com registos notariais em 2020; dois créditos especiais: um por autorização de utilização de saldo de gerência, conforme referido em 1.1.1. e outro por transferência de receitas do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC) para reforço do orçamento da MM.

Rubrica	Descrição
<b>Receitas Correntes</b>	
R1	Receita Fiscal
R11	Impostos Diretos
R12	Impostos Indiretos
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde
R3	Taxas, multas e outras penalidades
R4	Rendimentos de propriedade
R5	Transferências e subsídios correntes
R51	Transferências correntes
R511	Administrações Públicas
R5111	Administração Central - Estado Português
R5112	Administração Central - Outras entidades
R5113	Segurança Social
R5114	Administração Regional
R5115	Administração Local
R512	Exterior - U E
R513	Outras
R52	Subsídios correntes
R6	Venda de bens e serviços
R7	Outras Receitas Correntes
<b>Total das Receitas Correntes</b>	
<b>Receitas de Capital</b>	
R8	Venda de bens de investimento
R9	Transferências e subsídios de capital
R91	Transferências de capital
R911	Administrações Públicas
R9111	Administração Central - Estado Português
R9112	Administração Central - outras entidades
R9113	Segurança social
R9114	Administração Regional
R9115	Administração Local
R912	Exterior - U E
R913	Outras
R92	Subsídios de capital
R10	Outras receitas de capital
<b>Total das Receitas de Capital</b>	
<b>Receitas não efetiva</b>	
R12	Receita com ativos financeiros
R13	Receita com Passivos financeiros
<b>Total das Receitas não efetiva</b>	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais
<b>Total Geral (Receitas Correntes)</b>	
<b>Total Geral (Receitas Capital)</b>	
<b>Total Geral (Receitas Não Efetivas)</b>	
<b>Total Geral</b>	

(Valores em EUR)

Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais da Receita			Previsões Corrigidas
	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	955,98	0,00	0,00	955,98
0,00	0,00	0,00	2 400 000,00	2 400 000,00
0,00	0,00	0,00	2 400 000,00	2 400 000,00
0,00	0,00	0,00	2 400 000,00	2 400 000,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	2 400 000,00	2 400 000,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1 735 646,00	0,00	0,00	0,00	1 735 646,00
844 190,00	0,00	1 105,98	0,00	843 084,02
<b>2 579 836,00</b>	<b>955,98</b>	<b>1 105,98</b>	<b>2 400 000,00</b>	<b>4 979 686,00</b>
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 434 648,00	0,00	0,00	0,00	3 434 648,00
3 434 648,00	0,00	0,00	0,00	3 434 648,00
2 434 648,00	0,00	0,00	0,00	2 434 648,00
2 314 648,00	0,00	0,00	0,00	2 314 648,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120 000,00	0,00	0,00	0,00	120 000,00
1 000 000,00	0,00	0,00	0,00	1 000 000,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3 434 648,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 434 648,00</b>
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	150,00	0,00	0,00	150,00
0,00	0,00	0,00	1 000 000,00	1 000 000,00
2 579 836,00	955,98	1 105,98	2 400 000,00	4 979 686,00
3 434 648,00	0,00	0,00	0,00	3 434 648,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6 014 484,00</b>	<b>955,98</b>	<b>1 105,98</b>	<b>3 400 000,00</b>	<b>9 414 484,00</b>

**1.3.2 - Alterações orçamentais da despesa**

Há semelhança de 2020, os pressupostos para a elaboração do orçamento para 2021 da MM não previam um diferencial tão expressivo dentre o montante das transferências do OE e a necessidade de financiamento público face aos investimentos previstos e autorizados para 2021.

As alterações orçamentais na rubrica D6 – aquisição de bens de capital relativas a reforço e diminuição, refletem a reclassificação do valor inscrito na medida 018055 (*transportes*) para a medida 018096 (*Contingência COVID 2019 - Garantir normalidade*).

Rubrica	Descrição
	<b>Despesas Correntes</b>
<b>D1</b>	<b>Despesas com o pessoal</b>
D11	Remunerações certas e permanentes
D12	Abonos variáveis ou eventuais
D13	Segurança social
<b>D2</b>	<b>Aquisição de bens e serviços</b>
<b>D3</b>	<b>Juros e outros encargos</b>
<b>D4</b>	<b>Transferências e subsídios correntes</b>
<b>D4.1</b>	<b>Transferências correntes</b>
<b>D4.11</b>	<b>Administrações Públicas</b>
D4.111	Administração Central - Estado Português
D4.112	Administração Central - Outras entidades
D4.113	Segurança social
D4.114	Administração regional
D4.115	Administração local
D4.12	Entidades do setor não lucrativo
D4.13	Famílias
D4.14	Outras
D4.2	Subsídios correntes
<b>D5</b>	<b>Outras Despesas Correntes</b>
	<b>Total das Despesas Correntes</b>
	<b>Despesas de Capital</b>
<b>D6</b>	<b>Aquisição de bens de capital</b>
<b>D7</b>	<b>Transferência e subsídios de capital</b>
<b>D7.1</b>	<b>Transferências de capital</b>
<b>D7.11</b>	<b>Administrações Públicas</b>
D7.111	Administração Central - Estado Português
D7.112	Administração Central - Outras entidades
D7.113	Segurança social
D7.114	Administração regional
D7.115	Administração local
D7.12	Entidades do setor não lucrativo
D7.13	Famílias
D7.14	Outras
D7.2	Subsídios de capital
<b>D8</b>	<b>Outras despesas de capital</b>
	<b>Total das Despesas de Capital</b>
	<b>Despesas não efetivas</b>
<b>D9</b>	<b>Despesa com ativos financeiros</b>
<b>D10</b>	<b>Despesa com passivos financeiros</b>
	<b>Total das Despesas não efetivas</b>
	<b>Total Geral (Despesas Correntes)</b>
	<b>Total Geral (Despesas Capital)</b>
	<b>Total Geral (Despesas não efetivas)</b>
	<b>Total Geral</b>



**13.3 - Operações de tesouraria**

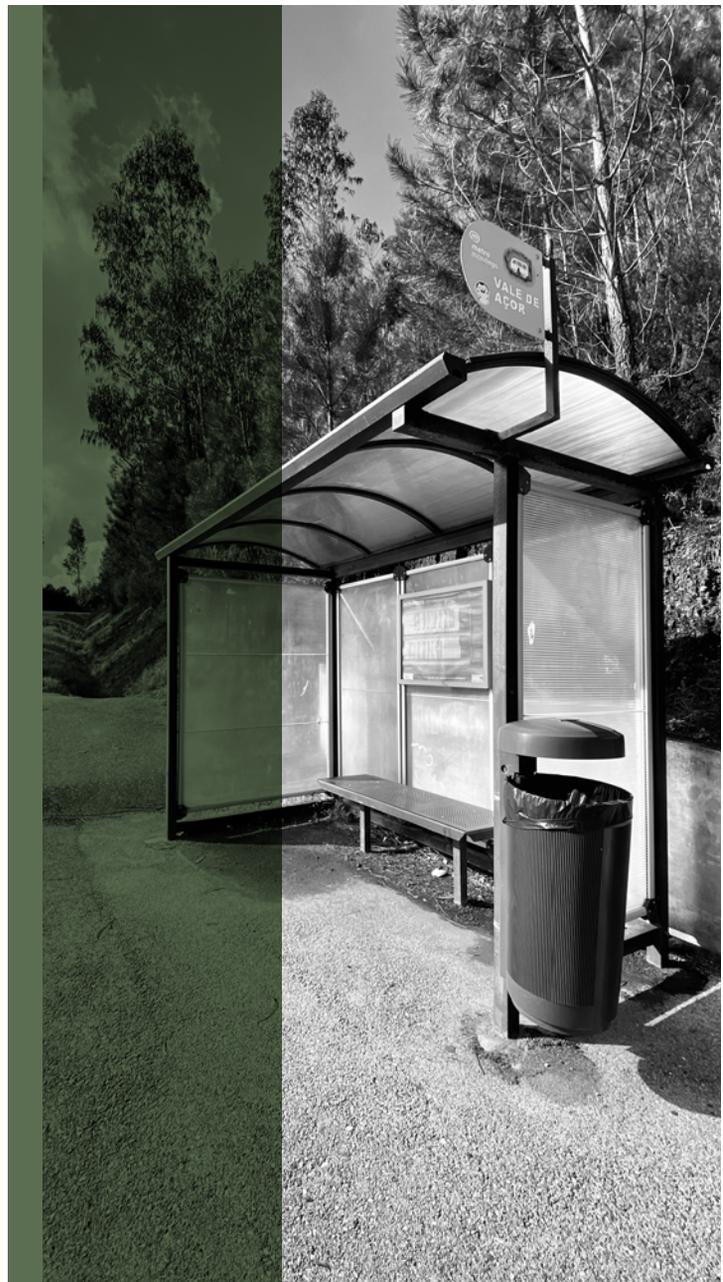
Em 2021 os recebimentos ocorridos nas rubricas extraorçamentais referem-se essencialmente à constituição de garantia resultado de obrigações contratuais relativas à adjudicação do contrato de *Prestação de Serviços Rodoviários Alternativos*.

Recebimentos	Pagamentos	Designação	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
07		Operações de Tesouraria				
071	072	Recebimentos/pagamentos por operações de tesouraria				
0713	0723	Cauções e garantias	13 292,96	17 862,50	0,00	31 155,46
0719	0729	Outras operações tesouraria	0,00	242,00	0,00	242,00
<b>Total</b>			<b>13 292,96</b>	<b>18 104,50</b>	<b>0,00</b>	<b>31 397,46</b>

### 13.4 - Contratação administrativa

No ponto 1.3.4.1 é prestada informação sobre todos os contratos celebrados no período de relato e que foram objeto de execução financeira em 2021, indicando a data do primeiro pagamento e os pagamentos ocorridos no período e acumulados.

A informação do ponto 1.3.4.2. - Adjudicações por tipo de procedimento, relata a informação relativa a cada tipo de contrato por tipo de procedimento de adjudicação e inclui os contratos que, apesar de celebrados em 2021, não tiveram execução financeira no período de relato.



## 1.3.4.1 - Situação dos contratos

Entidade	Contrato			Visão do TC				
	Denominação	NIPC	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Base	Nº do registo	Data
UITP - Union Internationale des Transports Publics	544198506	Bens e serv - Ajuste direto	4/1/2021	350.00	350.00			
UITP - Union Internationale des Transports Publics	544198506	Bens e serv - Ajuste direto	1/19/2021	2 065.08	2 065.08			
GANDI INTERNACIONAL	LU26141926	Bens e serv - Ajuste direto	1/26/2021	49.86	49.86			
WM Gruppe	DE12201332	Bens e serv - Ajuste direto	9/21/2021	59.00	59.00			
RINA CONSULTING SpA	3476550102	Critérios materiais	1/26/2021	65 000.00	65 000.00			
RINA CONSULTING SpA	3476550102	Critérios materiais	6/17/2021	60 000.00	60 000.00			
CLEVERBRIDGE AG	DE244822460	Bens e serv - Ajuste direto	10/7/2021	288.62	288.62			
FERNANDO MANUEL CARVALHO MARQUES	137551320	Critérios materiais	11/12/2021	5 000.00	5 000.00			
CATARINA MENDES	212619020	Bens e serv - Ajuste direto	2/18/2021	1 270.00	1 270.00			
DIARIO DE COIMBRA LDA	500005605	Bens e serv - Ajuste direto	3/12/2021	200.00	200.00			
DIARIO DE COIMBRA LDA	500005605	Bens e serv - Ajuste direto	3/29/2021	122.64	122.64			
DIARIO DE COIMBRA LDA	500005605	Bens e serv - Ajuste direto	4/19/2021	300.00	300.00			
DIARIO DE COIMBRA LDA	500005605	Bens e serv - Ajuste direto	6/23/2021	120.00	120.00			
DIARIO DE COIMBRA LDA	500005605	Bens e serv - Ajuste direto	7/15/2021	200.00	200.00			
AUTO INDUSTRIAL SA	500035350	Bens e serv - Ajuste direto	1/13/2021	413.64	413.64			
EMPRESA DIÁRIO DO PORTO LDA	500096309	Bens e serv - Ajuste direto	12/15/2021	620.00	620.00			
ETAC - EMPRESA DE TRANSPORTES ANTÓNIO CUNHA SA	500158029	Critérios materiais	8/3/2021	427 000.00	427 000.00			
ETAC - EMPRESA DE TRANSPORTES ANTÓNIO CUNHA SA	500158029	Critérios materiais	12/15/2021	357 249.96	357 249.96			
CP - COMBOIOS DE PORTUGAL E.FE	500498601	Critérios materiais	2/26/2021	813 008.13	813 008.13			
CP - COMBOIOS DE PORTUGAL E.FE	500498601	Critérios materiais	9/27/2021	306 460.00	306 460.00			
CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	500745749	Bens e serv - Ajuste direto	5/6/2021	1 200.00	1 200.00			
CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	500745749	Bens e serv - Ajuste direto	6/17/2021	1 340.00	1 340.00			
TREVIM - COOPERATIVA EDITORA E DE PROMOÇÃO CULTURA	500884234	Bens e serv - Ajuste direto	1/22/2021	18.87	18.87			
TREVIM - COOPERATIVA EDITORA E DE PROMOÇÃO CULTURA	500884234	Bens e serv - Ajuste direto	12/15/2021	130.00	130.00			
FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS SA	500918880	Bens e serv - Ajuste direto	1/13/2021	500.07	500.07			
FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS SA	500918880	Bens e serv - Ajuste direto	1/13/2021	234.95	234.95			
GENERALI SEGUROS SA	5009410231	Bens e serv - Ajuste direto	1/13/2021	625.58	625.58			
GENERALI SEGUROS SA	5009410231	Bens e serv - Ajuste direto	1/13/2021	720.16	720.16			
GENERALI SEGUROS SA	5009410231	Bens e serv - Ajuste direto	6/4/2021	64.67	64.67			
GENERALI SEGUROS SA	5009410231	Bens e serv - Ajuste direto	7/6/2021	43.10	43.10			
GENERALI SEGUROS SA	5009410231	Bens e serv - Ajuste direto	7/30/2021	2 176.21	2 176.21			
FIG INDÚSTRIAS GRÁFICAS SA	501322906	Bens e serv - Ajuste direto	9/22/2021	156.00	156.00			
IAPMEI Agência p/ a Competitividade e Inovação IP	501373357	Critérios materiais	1/13/2021	39 456.00	39 456.00			
LUSITÂNIA - COMPANHIA DE SEGUROS SA	501689168	Bens e serv - Ajuste direto	1/20/2021	4 999.50	4 999.50			
LUSITÂNIA - COMPANHIA DE SEGUROS SA	501689168	Bens e serv - Ajuste direto	6/25/2021	811.90	811.90			
LUSITÂNIA - COMPANHIA DE SEGUROS SA	501689168	Bens e serv - Ajuste direto	7/14/2021	621.80	621.80			
LUSITÂNIA - COMPANHIA DE SEGUROS SA	501689168	Bens e serv - Ajuste direto	11/12/2021	1 556.95	1 556.95			
LUSITÂNIA - COMPANHIA DE SEGUROS SA	501689168	Bens e serv - Ajuste direto	11/20/2021	149.74	149.74			
GRUPEME - SERVIÇOS DE SEGURANÇA LDA	501710469	Bens e serv - Ajuste direto	12/28/2021	947.80	947.80			
STTEI - SOCIEDADE TÉCNICA DE TELECOMUNICAÇÕES E EQ	501782281	Bens e serv - Ajuste direto	12/6/2021	3 635.00	3 635.00			
CONCLUSÃO - ESTUDOS E FORMAÇÃO LDA	501906100	Bens e serv - Ajuste direto	8/2/2021	344.40	344.40			
KONICA MINOLTA BUSINESS SOLUTIONS PORTUGAL UNIPES	502120070	Bens e serv - Ajuste direto	9/13/2021	4 055.04	4 055.04			
IBERDROLA CLIENTES PORTUGAL UNIPES	502124083	Bens e serv - Ajuste direto	6/29/2021	3 821.14	3 821.14			
LEASE PLAN PORTUGAL - COMÉRCIO E ALUGUER DE AUTOMÓ	502167610	Bens e serv - Consulta Prévia	9/28/2021	23 819.72	23 819.72			
PÚBLICO - COMUNICAÇÃO SOCIAL SA	502265094	Bens e serv - Ajuste direto	4/15/2021	396.00	396.00			
ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AERODINÂMICA	502550554	Critérios materiais	4/29/2021	31 750.00	31 750.00			
AGRI - PRO AMBIENTE CONSULTORES SA	502614471	Bens e serv - Ajuste direto	5/17/2021	19 700.00	19 700.00			
PROFICO - PROJETOS FISC E CONSULTORIA LDA	502668490	Critérios materiais	11/5/2021	63 800.00	63 800.00			
GONÇALO BYRNE ARCHITECTOS LDA	502696648	Critérios materiais	3/1/2021	15 000.00	15 000.00			
GONÇALO BYRNE ARCHITECTOS LDA	502696648	Critérios materiais	3/1/2021	19 900.00	19 900.00			
SEGHISA - GABINETE TÉCNICO DE SEGURANÇA HIGIENE E	502944927	Bens e serv - Ajuste direto	5/17/2021	789.25	789.25			

Data do 1º Pagamento	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
4/14/2021	325,00	0,00	0,00	0,00	0,00	325,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1/21/2021	2.065,08	0,00	0,00	0,00	0,00	2.065,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2/4/2021	16,62	0,00	0,00	0,00	0,00	16,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/8/2021	59,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5/15/2021	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7/16/2021	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/18/2021	288,62	0,00	0,00	0,00	0,00	288,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11/24/2021	3.075,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.075,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3/5/2021	1.270,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.270,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4/5/2021	123,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4/5/2021	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5/6/2021	369,00	0,00	0,00	0,00	0,00	369,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7/5/2021	147,60	0,00	0,00	0,00	0,00	147,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8/15/2021	246,00	0,00	0,00	0,00	0,00	246,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2/1/2021	508,78	0,00	0,00	0,00	0,00	508,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/30/2021	747,84	0,00	0,00	0,00	0,00	747,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/18/2021	452.650,47	0,00	0,00	0,00	0,00	452.650,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/30/2021	63.114,16	0,00	0,00	0,00	0,00	63.114,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3/10/2021	855.642,12	0,00	0,00	0,00	0,00	855.642,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/18/2021	68.535,60	0,00	0,00	0,00	0,00	68.535,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5/11/2021	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6/21/2021	840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2/1/2021	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/28/2021	159,90	0,00	0,00	0,00	0,00	159,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2/8/2021	478,63	0,00	0,00	0,00	0,00	478,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3/2/2021	218,38	0,00	0,00	0,00	0,00	218,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11/23/2021	625,60	0,00	0,00	0,00	0,00	625,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9/21/2021	720,16	0,00	0,00	0,00	0,00	720,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6/14/2021	64,67	0,00	0,00	0,00	0,00	64,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7/16/2021	43,10	0,00	0,00	0,00	0,00	43,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8/17/2021	2.137,27	0,00	0,00	0,00	0,00	2.137,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9/28/2021	191,88	0,00	0,00	0,00	0,00	191,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1/20/2021	39.454,02	0,00	0,00	0,00	0,00	39.454,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1/21/2021	4.999,50	0,00	0,00	0,00	0,00	4.999,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7/16/2021	811,90	0,00	0,00	0,00	0,00	811,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7/16/2021	621,80	0,00	0,00	0,00	0,00	621,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11/23/2021	1.556,95	0,00	0,00	0,00	0,00	1.556,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11/24/2021	149,74	0,00	0,00	0,00	0,00	149,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/30/2021	1.165,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1.165,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/14/2021	4.471,05	0,00	0,00	0,00	0,00	4.471,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8/5/2021	140,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/18/2021	554,20	0,00	0,00	0,00	0,00	554,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8/15/2021	5.115,11	0,00	0,00	0,00	0,00	5.115,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/14/2021	695,53	0,00	0,00	0,00	0,00	695,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4/16/2021	487,08	0,00	0,00	0,00	0,00	487,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/18/2021	36.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/28/2021	15.750,15	0,00	0,00	0,00	0,00	15.750,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/28/2021	47.084,40	0,00	0,00	0,00	0,00	47.084,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9/28/2021	15.682,50	0,00	0,00	0,00	0,00	15.682,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9/28/2021	20.805,45	0,00	0,00	0,00	0,00	20.805,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5/24/2021	841,12	0,00	0,00	0,00	0,00	841,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidade		Contrato				Visto do TdC		
Denominação	NIPC	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Base	Nº do registo	Data	
SEGHISA - GABINETE TÉCNICO DE SEGURANÇA, HIGIENE E	502944927	Bens e serv - Ajuste direto	8/11/2021	102.50	102.50			
INTERBOLSA, SA	502962275	Critérios materiais	2/15/2021	100.00	100.00			
ROSA LOPES, GONCALVES MENDES & ASSOCIADOS, SROC L	503109797	Critérios materiais	1/11/2021	11 743,12	11 743,12			
PRIMAVERA BUSINESS SOFTWARE SOLUTIONS, SA	503140600	Bens e serv - Ajuste direto	12/14/2021	4 475,00	4 475,00			
PRIMAVERA BUSINESS SOFTWARE SOLUTIONS, SA	503140600	Bens e serv - Consulta Prévia	5/27/2021	42 812,34	42 812,34			
METRO DO PORTO SA	503278602	Bens e serv - Ajuste direto	5/12/2021	1 876,92	1 876,92			
EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, SA	503504564	Bens e serv - Ajuste direto	1/19/2021	253,03	253,03			
EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, SA	503504564	Bens e serv - Ajuste direto	1/19/2021	1 244,06	1 244,06			
CH BUSINESS CONSULTING, SA	504052241	Bens e serv - Ajuste direto	2/26/2021	3 100,00	3 100,00			
CH BUSINESS CONSULTING, SA	504052241	Bens e serv - Ajuste direto	6/28/2021	1 550,00	1 550,00			
CH BUSINESS CONSULTING, SA	504052241	Bens e serv - Ajuste direto	10/7/2021	950,00	950,00			
QUADRANTE - ENGENHARIA E CONSULTORIA, SA	504092502	Critérios materiais	5/15/2021	319 250,00	319 250,00			
E-REDES - DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, SA	504394029	Bens e serv - Ajuste direto	10/16/2021	14 191,53	14 191,53			
SCANTEC - INFORMÁTICA, LDA	504512080	Bens e serv - Ajuste direto	3/3/2021	174,50	174,50			
Trífida - Comércio de Material Informático, Lda	504551663	Bens e serv - Ajuste direto	7/11/2021	3 107,63	3 107,63			
Trífida - Comércio de Material Informático, Lda	504551663	Bens e serv - Ajuste direto	7/29/2021	1 220,00	1 220,00			
Trífida - Comércio de Material Informático, Lda	504551663	Bens e serv - Ajuste direto	9/28/2021	4 455,00	4 455,00			
MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, SA	504615947	Bens e serv - Ajuste direto	1/14/2021	2 906,39	2 906,39			
MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, SA	504615947	Bens e serv - Ajuste direto	8/12/2021	2 916,34	2 916,34			
MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, SA	504615947	Critérios materiais	8/17/2021	716,50	716,50			
CARLOS RIBAU - PRODUTOS METÁLICOS E DECORAÇÃO, UNI	506249794	Bens e serv - Ajuste direto	10/18/2021	2 880,00	2 880,00			
CARLOS RIBAU - PRODUTOS METÁLICOS E DECORAÇÃO, UNI	506249794	Bens e serv - Ajuste direto	11/24/2021	1 502,00	1 502,00			
AC - ÁGUAS DE COIMBRA, E.M.	506566307	Critérios materiais	1/15/2021	742,02	742,02			
AC - ÁGUAS DE COIMBRA, E.M.	506566307	Critérios materiais	1/14/2021	200,38	200,38			
MUNICÍPIO DE MIRANDA DO CORVO	506624200	Critérios materiais	1/19/2021	488,68	488,68			
PPF - DESIGN E PUBLICIDADE, LDA	506923592	Bens e serv - Ajuste direto	12/10/2021	4 950,00	4 950,00			
TEKHNOMA - COMERCIO DE NOVAS TECNOLOGIAS, LDA	507050371	Bens e serv - Ajuste direto	3/15/2021	69,84	69,84			
A PIRÂMIDE - SERVIÇOS DE LIMPEZA, LDA	507384156	Bens e serv - Ajuste direto	1/19/2021	250,00	250,00			
Trenmo Engenharia SA	507410785	Bens e serv - Ajuste direto	3/15/2021	3 700,00	3 700,00			
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA NORM. CERTIFIC FERROVIÁRIA	507546903	Critérios materiais	2/26/2021	400,00	400,00			
SEGMON - SISTEMAS GLOBAIS DE SEGURANÇA, LDA	507683803	Bens e serv - Ajuste direto	5/12/2021	325,00	325,00			
TOTALTURBO, LDA	507779797	Bens e serv - Ajuste direto	2/12/2021	583,82	583,82			
TOTALTURBO, LDA	507779797	Bens e serv - Ajuste direto	3/5/2021	115,24	115,24			
TOTALTURBO, LDA	507779797	Bens e serv - Ajuste direto	6/7/2021	65,36	65,36			
TOTALTURBO, LDA	507779797	Bens e serv - Ajuste direto	10/15/2021	128,50	128,50			
IBFLOCK - INDÚSTRIA IBÉRICA DE FLOCAGEM, SA	508135370	Bens e serv - Ajuste direto	10/7/2021	3 091,86	3 091,86			
SWD - INFORMÁTICA, UNIPESSOAL, LDA	508249449	Bens e serv - Ajuste direto	10/18/2021	3 157,34	3 157,34			
SOJORMÉDIA BEIRAS, SA	508535115	Bens e serv - Ajuste direto	3/12/2021	210,00	210,00			
SOJORMÉDIA BEIRAS, SA	508535115	Bens e serv - Ajuste direto	4/14/2021	330,00	330,00			
SOJORMÉDIA BEIRAS, SA	508535115	Bens e serv - Ajuste direto	6/22/2021	150,00	150,00			
SOJORMÉDIA BEIRAS, SA	508535115	Bens e serv - Ajuste direto	7/15/2021	210,00	210,00			
SOJORMÉDIA BEIRAS, SA	508535115	Bens e serv - Ajuste direto	8/2/2021	28,30	28,30			
SOJORMÉDIA BEIRAS, SA	508535115	Bens e serv - Ajuste direto	12/15/2021	150,00	150,00			
VADECA - FACILITY SERVICES, SA	508604460	Bens e serv - Consulta Prévia	2/4/2021	20 000,00	20 000,00			
LOGOWORDS - PUBLICIDADE, LDA	508880700	Bens e serv - Ajuste direto	5/1/2021	50,00	50,00			
LOGOWORDS - PUBLICIDADE, LDA	508880700	Bens e serv - Ajuste direto	6/22/2021	100,00	100,00			
LOGOWORDS - PUBLICIDADE, LDA	508880700	Bens e serv - Ajuste direto	7/29/2021	50,00	50,00			
LOGOWORDS - PUBLICIDADE, LDA	508880700	Bens e serv - Ajuste direto	9/28/2021	239,84	239,84			
LOGOWORDS - PUBLICIDADE, LDA	508880700	Bens e serv - Ajuste direto	12/15/2021	90,00	90,00			
ENSOORIGINS, LDA	510603912	Bens e serv - Ajuste direto	1/4/2021	2 300,00	2 300,00			
ENSOORIGINS, LDA	510603912	Bens e serv - Ajuste direto	9/7/2021	190,00	190,00			
ENSOORIGINS, LDA	510603912	Bens e serv - Ajuste direto	12/15/2021	4 120,00	4 120,00			
ENSOORIGINS, LDA	510603912	Bens e serv - Consulta Prévia	2/26/2021	44 280,00	44 280,00			
SILABAMATRIZ, UNIPESSOAL, LDA	510672370	Bens e serv - Ajuste direto	9/30/2021	288,54	288,54			
STUDIOPRINT 360, LDA	510730973	Bens e serv - Ajuste direto	3/15/2021	327,60	327,60			
GRAMICÓDIGO - UNIPESSOAL, LDA	510879608	Bens e serv - Ajuste direto	6/28/2021	100,00	100,00			
ACIN-ICLOUD SOLUTIONS, LDA	511135610	Bens e serv - Ajuste direto	8/18/2021	550,00	550,00			
A MINHA MARIA - PROFISSIONAIS DE LIMPEZA, LDA	513858873	Bens e serv - Ajuste direto	1/13/2021	360,00	360,00			
SHLE SATELLITE, LDA	514401788	Bens e serv - Ajuste direto	12/6/2021	210,16	210,16			
ANTÓNIO MARQUES VENTURA, UNIPESSOAL, LDA	515054135	Bens e serv - Ajuste direto	2/26/2021	12,26	12,26			

Data do 1º Pagamento	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
8/13/2021	102,50	0,00	0,00	0,00	0,00	102,50	0,00	0,00	0,00	0,00	
3/2/2021	123,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2/1/2021	14.444,04	0,00	0,00	0,00	0,00	14.444,04	0,00	0,00	0,00	0,00	
12/30/2021	5.504,25	0,00	0,00	0,00	0,00	5.504,25	0,00	0,00	0,00	0,00	
6/21/2021	17.800,14	0,00	0,00	0,00	0,00	17.800,14	0,00	0,00	0,00	0,00	
5/17/2021	5.693,98	0,00	0,00	0,00	0,00	5.693,98	0,00	0,00	0,00	0,00	
2/9/2021	211,74	0,00	0,00	0,00	0,00	211,74	0,00	0,00	0,00	0,00	
2/9/2021	1.022,67	0,00	0,00	0,00	0,00	1.022,67	0,00	0,00	0,00	0,00	
3/18/2021	2.337,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.337,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
7/30/2021	1.168,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.168,50	0,00	0,00	0,00	0,00	
12/14/2021	1.168,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.168,50	0,00	0,00	0,00	0,00	
7/6/2021	270.947,48	0,00	0,00	0,00	0,00	270.947,48	0,00	0,00	0,00	0,00	
10/20/2021	16.167,79	0,00	0,00	0,00	0,00	16.167,79	0,00	0,00	0,00	0,00	
3/23/2021	214,64	0,00	0,00	0,00	0,00	214,64	0,00	0,00	0,00	0,00	
7/20/2021	3.821,24	0,00	0,00	0,00	0,00	3.821,24	0,00	0,00	0,00	0,00	
9/28/2021	1.500,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,60	0,00	0,00	0,00	0,00	
11/15/2021	5.479,65	0,00	0,00	0,00	0,00	5.479,65	0,00	0,00	0,00	0,00	
1/21/2021	3.084,27	0,00	0,00	0,00	0,00	3.084,27	0,00	0,00	0,00	0,00	
9/27/2021	462,83	0,00	0,00	0,00	0,00	462,83	0,00	0,00	0,00	0,00	
9/8/2021	782,98	0,00	0,00	0,00	0,00	782,98	0,00	0,00	0,00	0,00	
11/12/2021	3.542,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.542,40	0,00	0,00	0,00	0,00	
12/20/2021	1.847,46	0,00	0,00	0,00	0,00	1.847,46	0,00	0,00	0,00	0,00	
1/25/2021	322,87	0,00	0,00	0,00	0,00	322,87	0,00	0,00	0,00	0,00	
1/22/2021	226,53	0,00	0,00	0,00	0,00	226,53	0,00	0,00	0,00	0,00	
2/22/2021	258,20	0,00	0,00	0,00	0,00	258,20	0,00	0,00	0,00	0,00	
12/20/2021	6.088,50	0,00	0,00	0,00	0,00	6.088,50	0,00	0,00	0,00	0,00	
3/30/2021	85,90	0,00	0,00	0,00	0,00	85,90	0,00	0,00	0,00	0,00	
2/8/2021	307,50	0,00	0,00	0,00	0,00	307,50	0,00	0,00	0,00	0,00	
5/26/2021	4.551,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.551,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3/5/2021	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10/20/2021	399,75	0,00	0,00	0,00	0,00	399,75	0,00	0,00	0,00	0,00	
2/15/2021	718,10	0,00	0,00	0,00	0,00	718,10	0,00	0,00	0,00	0,00	
3/25/2021	276,16	0,00	0,00	0,00	0,00	276,16	0,00	0,00	0,00	0,00	
6/14/2021	80,39	0,00	0,00	0,00	0,00	80,39	0,00	0,00	0,00	0,00	
10/20/2021	158,06	0,00	0,00	0,00	0,00	158,06	0,00	0,00	0,00	0,00	
10/29/2021	3.802,99	0,00	0,00	0,00	0,00	3.802,99	0,00	0,00	0,00	0,00	
11/4/2021	3.883,53	0,00	0,00	0,00	0,00	3.883,53	0,00	0,00	0,00	0,00	
3/18/2021	258,30	0,00	0,00	0,00	0,00	258,30	0,00	0,00	0,00	0,00	
4/16/2021	405,90	0,00	0,00	0,00	0,00	405,90	0,00	0,00	0,00	0,00	
7/5/2021	159,90	0,00	0,00	0,00	0,00	159,90	0,00	0,00	0,00	0,00	
7/30/2021	258,30	0,00	0,00	0,00	0,00	258,30	0,00	0,00	0,00	0,00	
8/5/2021	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
12/20/2021	184,50	0,00	0,00	0,00	0,00	184,50	0,00	0,00	0,00	0,00	
2/15/2021	4.643,25	0,00	0,00	0,00	0,00	4.643,25	0,00	0,00	0,00	0,00	
5/24/2021	61,50	0,00	0,00	0,00	0,00	61,50	0,00	0,00	0,00	0,00	
7/6/2021	123,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10/18/2021	61,50	0,00	0,00	0,00	0,00	61,50	0,00	0,00	0,00	0,00	
10/20/2021	295,20	0,00	0,00	0,00	0,00	295,20	0,00	0,00	0,00	0,00	
12/20/2021	110,70	0,00	0,00	0,00	0,00	110,70	0,00	0,00	0,00	0,00	
2/1/2021	2.829,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.829,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
9/28/2021	233,70	0,00	0,00	0,00	0,00	233,70	0,00	0,00	0,00	0,00	
12/28/2021	5.067,60	0,00	0,00	0,00	0,00	5.067,60	0,00	0,00	0,00	0,00	
3/30/2021	15.129,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.129,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10/29/2021	323,82	0,00	0,00	0,00	0,00	323,82	0,00	0,00	0,00	0,00	
3/23/2021	402,95	0,00	0,00	0,00	0,00	402,95	0,00	0,00	0,00	0,00	
7/30/2021	123,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10/8/2021	676,50	0,00	0,00	0,00	0,00	676,50	0,00	0,00	0,00	0,00	
2/8/2021	442,80	0,00	0,00	0,00	0,00	442,80	0,00	0,00	0,00	0,00	
12/16/2021	273,50	0,00	0,00	0,00	0,00	273,50	0,00	0,00	0,00	0,00	
3/25/2021	13,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

## 13.4.2 - Adjudicação por tipo de procedimentos

Tipo de Procedimento	Tipo de Contrato	N.º Contratos	Valor
Ajuste direto	Bens e serv. - Ajuste direto	87	128 484,53
	Bens e serv. - Consulta Prévia	4	130 912,06
	Critérios Materiais	20	2 537 264,79
		<b>111</b>	<b>2 796 661,38</b>

## 13.5 - Transferências e subsídios

Informação relativa a transferências e subsídios correntes e de capital, concedidos e obtidos no exercício de 2021

## 13.5.1 - Transferências e subsídios - Despesa

Não aplicável em 2021 uma vez que a entidade não concedeu subsídios durante o período de relato.

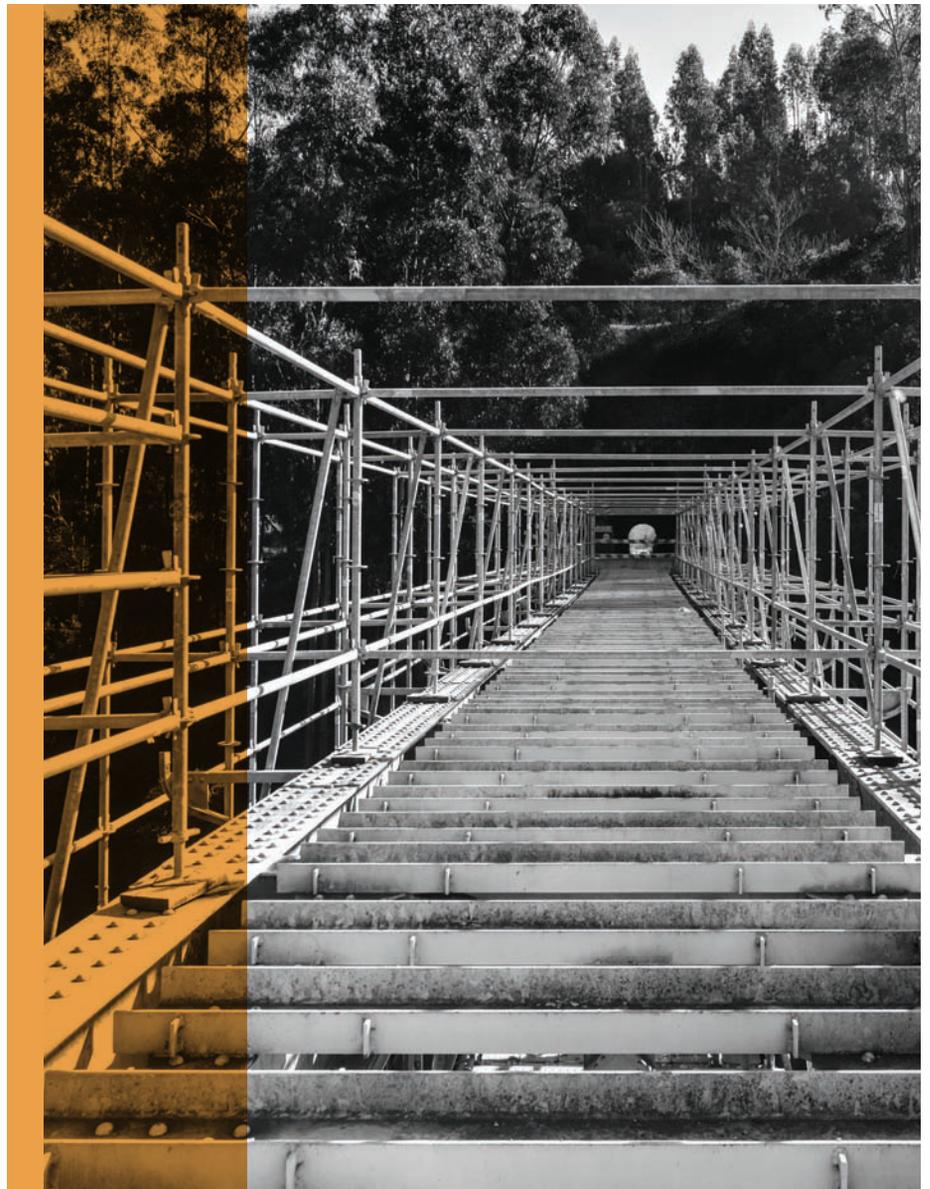
## 13.5.2 - Transferências e subsídios - Receita

Tipo de Receita	Disposições Legais	Finalidade	Entidade Fianciadora	Receita Prevista	Receita recebida
Transferências correntes:	Crédito Especial		IMPIC		2 400 000,00
<b>Total de Transferências correntes</b>					<b>2 400 000,00</b>
Transferências de capital:	OE 2021		GPAAF	2 314 648,00	2 314 648,00
<b>Total de Transferências de capital</b>				<b>2 314 648,00</b>	<b>2 314 648,00</b>



### 1.3.6 - Outras divulgações

De acordo com a orientação da DGO na Circular Série A n.º 1399 – Instruções para preparação do OE 2021 a MM adota o regime simplificado na classificação das receitas e despesas. Assim, efetua o registo do orçamento diretamente no SIGO/SOE, adotando uma versão simplificada do classificador económico das receitas e despesas públicas, disponíveis no “Anexo XV – Classificador de Receita e Despesa aplicável ao orçamento das EPR – Regime Simplificado”.



# DATA E ASSINATURA

Coimbra, 17 de fevereiro de 2022

A CONTABILISTA CERTIFICADA

DR.<sup>a</sup> DORA ISABEL SARABANDO FERRO

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Metro Mondego, SA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 55 383 350,07 € e um total de fundos próprios 42 890 733,40 €, incluindo um resultado líquido de 157 717,36 €), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Metro Mondego, SA** em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicámos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

##### Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 9 594 763,40 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 3 561 846,46 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

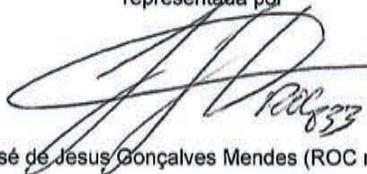
##### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Entroncamento, 17 de fevereiro de 2022

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda

representada por



José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC nº 833)



# RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO





**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO****Senhores Acionistas:**

1. Nos termos do mandato que nos foi conferido e nas demais disposições legais e estatutárias apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de gestão, bem como sobre proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da **METRO MONDEGO, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.
2. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos, com a periodicidade e extensão consideradas adequadas, a atividade da empresa, tendo recebido da Administração e dos Serviços Administrativos da empresa todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.
3. Emitimos parecer favorável sobre instrumentos previsionais para o ano de 2021, embora subordinado aos constrangimentos explicitados nos pressupostos à elaboração do plano e orçamento apresentado pela empresa.
4. Analisámos as demonstrações financeiras semestrais e respetiva documentação de suporte no âmbito das nossas atribuições, tendo emitido o correspondente Relatório.
5. Verificámos a concordância da informação financeira constante do Relatório do Conselho de Administração com a informação veiculada pelos demais documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.
6. A empresa deu igualmente cumprimento às demais orientações legais vigentes para o SEE, designadamente as reduções remuneratórias.
7. Nos termos do disposto no artigo 7º do Estatuto do gestor público (DL nº 71/2007 de 27 de Março), o membro não executivo do órgão de administração, expressou uma opinião positiva, sobre o desempenho individual dos gestores executivos, bem como sobre as estruturas e mecanismos de governo em vigor na empresa.
8. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas da empresa, procedemos a emissão da Certificação Legal das Contas que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.
9. Na qualidade de Fiscal Único, e em cumprimento do disposto no nº 2 do art.º 54º do Decreto-Lei nº133/2013 de 3 de Outubro, entendemos que o "Relatório de Boas Práticas de Governo Societário" cumpre os deveres de relato estabelecidos.

10. Entendemos que os documentos de prestação de contas apresentados permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da **METRO MONDEGO, S.A.**, em 31 de dezembro de 2021, bem como o resultado das suas operações do exercício findo naquela data.

11. Embora por força do contrato de concessão a empresa devesse apresentar as suas contas nos termos do disposto na IFRIC12, entendemos que enquanto as infraestruturas em construção pela Metromondego não passem para o efetivo controlo do Estado, a empresa possa não aplicar aquele normativo contabilístico vindo a efetuar a transferência da propriedade logo que seja possível a sua quantificação inicie a sua exploração.

12 Nestes termos somos de parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração, bem como o Balanço, a Demonstração de resultados por natureza e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos apresentados, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

13. Finalmente o Fiscal Único deseja agradecer a Administração e nos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Entroncamento, 17 de fevereiro de 2022

O FISCAL ÚNICO



José de Jesus Gonçalves Mendes

# ANEXO 1

## CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS





# 1. OBJETIVOS DE GESTÃO (ARTIGO 38.º DO RJSPE) E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

- a. Não estão atribuídos objetivos de gestão pelo acionista.  
b. A execução realizada por comparação com ao Plano de Atividades e Orçamento é apresentada no **Quadro 1.1**

*Quadro 1.1*

Descrição	2021	2021	Desvio	Observações
	PAO	EXECUÇÃO		
Fornecimento e Serviços Externos	191 521	141 958	-49 563	
Pessoal	781 201	617 133	-164 068	
<b>Total</b>	<b>972 722</b>	<b>759 091</b>	<b>-213 631</b>	

Para permitir diminuir a complexidade da análise comparativa da execução face ao orçamentado foram expurgados, da análise de custos de estrutura, os custos de empreitada e fiscalização que têm reflexo em inventários e que, como tal, são agregados na análise do investimento.

De notar que a implementação das medidas de confinamento (total numa primeira fase e parcial, em espelho, num segundo momento), a admissão dos dois novos trabalhadores em dezembro de 2020 (com reflexo integral em 2021 e que resulta da internalização da prestação de serviços de contabilidade, assessoria fiscal e assessoria jurídica que ocorreram até dezembro de 2020) e a admissão de quatro novos trabalhadores ao longo de 2021, explicam o desvio apresentado.

Por outro lado, e complementarmente, não se verificando ainda a aprovação do regulamento de carreias pela tutela financeira, também não se verificou o impacto no reposicionamento e valorização de carreias, conferindo a manutenção do seu congelamento desde 2018.

- Conforme se poderá constatar, ao analisar os dados reportados no **Quadro 1.2**, a execução do Investimento também apresenta um desvio, tendo ficado aquém do planeado, nomeadamente em consequência de um tempo associado à obtenção de relevantes, com particular destaque para a RCM nº 56/20213, de 14 de maio, que formalizou a expressa autorização da MM realizar despesa relativa à operacionalização do SMM, em particular na aquisição de autocarros, no fornecimento de postos de carregamento e a manutenção dos veículos e à realização dos estudos e empreitada do Parque de Materiais e Oficinas [PMO]. Só a partir daqui é que se tornou possível iniciar com os respetivos procedimentos concursais.

Quadro 1.2

Financeira

Investimento	2021	2021	Desvio	Observações
	PAO	EXECUÇÃO		
Equipamentos Fixos e de Funcionamento	80 000	18 805	-61 195	Adiada viatuta todo terreno
Implementação da 1ª fase	1 062 000	1 251 206	189 206	Gestão direta S. Alternativos
Comunicação e Marketing	54 901	9 239	-45 662	
Libertação da Baixa de Coimbra	1 914 986	758 157	-1 156 828	Empreitada com atraso de execução
Empreitada de Construção PMO	1 229 722	271 652	-958 070	Em fase de Projeto
Material Circulante	100 000	0	-100 000	Concurso Público a decorrer
Assessorias e estudos	535 410	176 226	-359 184	
<b>Total</b>	<b>4 977 019</b>	<b>2 485 286</b>	<b>-2 491 733</b>	

c. No que se refere à execução na perspetiva orçamental, conforme reporte realizado no SIGO, no âmbito da integração do perímetro de consolidação orçamental, enquanto Entidade Pública Reclassificada [EPR]

Para além das diferenças que resultam da contabilidade na perspetiva orçamental (inclui IVA e diferenças de interpretação entre afetação como despesa FSE ou Pessoal), a leitura dos dados reportados nos **Quadros 1.3 e 1.4** permite perceber que a execução abaixo do estimado é suportada pela argumentação apresentada no âmbito da alínea b) deste ponto.

Quadro 1.3

Orçamental

Descrição	2021 PAO	2021 EXECUÇÃO	Desvio	Observações
Fornecimento e Serviços Externos	214 964	163 251	-51 713	
Pessoal	791 480	614 513	-176 967	
<b>Total</b>	<b>1 006 444</b>	<b>777 765</b>	<b>-228 679</b>	

Quadro 1.4

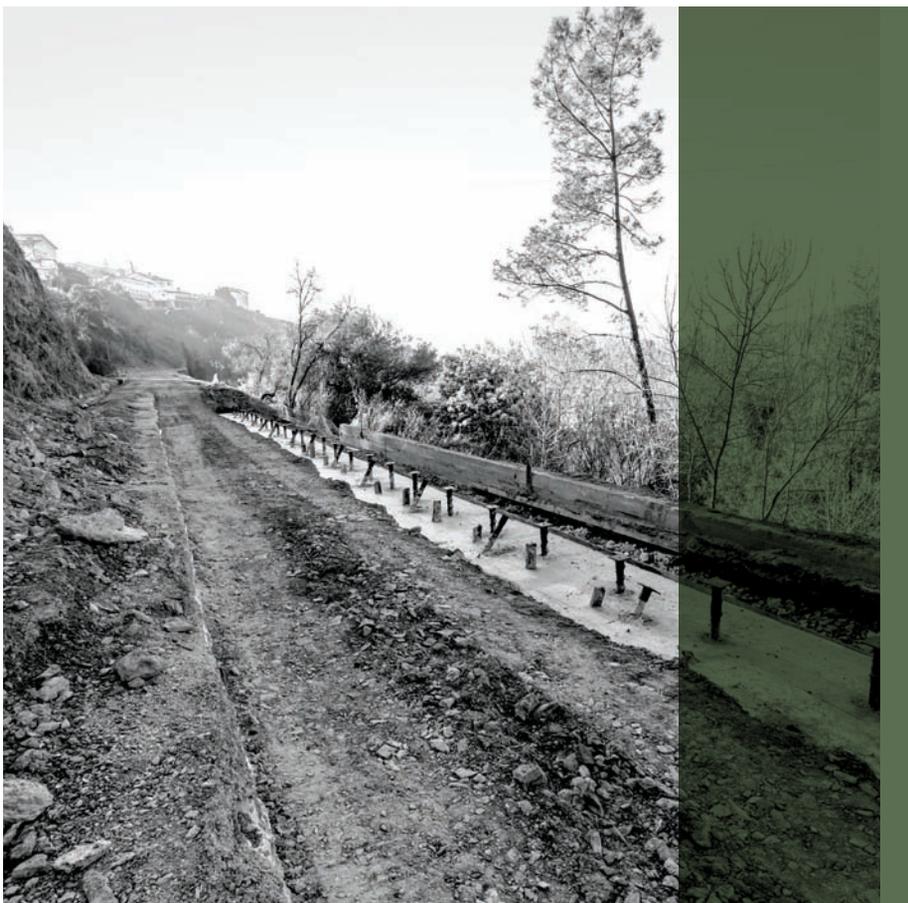
Orçamental

Investimento	2021 PAO	2021 EXECUÇÃO	Desvio	Observações
Equipamentos Fixos e de Funcionamento	98 400	23 064	-24 396	Adiada viatura todo terreno
Serviços Alternativos	1 306 260	1 450 597	-175 271	Gestão direta S. Alternativos
Comunicação e Marketing	67 528	9 741	-27 582	
Libertação da Baixa	1 963 367	778 540	-717 506	Empreitada com atraso de execução
Empreitada de construção PMO	1 333 222	334 067	-492 000	Em fase de Projeto
Material Circulante	123 000	0		Concurso Público a decorrer
Estudos e Assessorias	658 554	188 073	-867 426	
<b>Total</b>	<b>5 550 332</b>	<b>2 784 082</b>	<b>-2 304 181</b>	

Quanto à execução do investimento, na perspetiva orçamental (lógica do pagamento) para além do IVA temos a registar uma alteração, com efeitos a partir de setembro, relativamente aos Serviços Alternativos que passaram a ter gestão direta pela MM. Deste modo, o custo de operação passa a ter o débito direto à MM e a venda dos bilhetes passam a registar-se nas receitas (em registo orçamental). Desta forma fundamenta-se o registo de acréscimo nos Serviços Alternativos.

Por fim, de notar que ficou por receber no final do exercício:

- receita relativa a operação dos serviços alternativos, em dívida pela CP, no montante de 201 422 euros (exclui receita PART);
- receita do PART, em dívida pela CIM RC, no montante de 34 523 euros (procedimento que resulta da operação direta dos Serviços Alternativos a partir de setembro). Deste modo a receita que até aqui era abatida na faturação mensal ao custo de operação faturado pela CP passa a ter reflexo em receitas da Metro Mondego.



## 2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A MM não detém qualquer empréstimo contratado desde 2014, pelo que não suporta juros com passivos remunerados nem outros encargos financeiros análogos.



# 3. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

Não aplicável.



## 4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO (PMP)

No que concerne ao prazo médio de pagamentos, foram aplicadas as orientações em vigor.

Quadro 15

Descrição	2021	2020	2021/2020	
			Δ Absol.	Var. %
Prazo (dias)	14	21	-7	-33,3%



A 31 de dezembro de 2020, como habitual, não se registavam pagamentos em atraso.

Quadro 16

2021

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º do DL 65-A/2011 (€)				
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de bens e serviços	4 204	-	-	-	-	-
Aq. de capital	1 378	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>5 581</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 5. DILIGÊNCIAS TOMADAS E OS RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA

As recomendações do acionista traduziram-se nas alterações propostas pelo acionista Estado e aprovados por unanimidade no seu ponto 4<sup>5</sup> da ordem de trabalhos da Assembleia Geral Ordinária de 2020.04.29.

O **Quadro 1.7** seguinte evidencia o cumprimento dos limites propostos:



*5 - No ponto 4 da ordem de trabalhos da AG sobre o PAO 2021/2023, sob proposta do Estado, os acionistas deliberaram por unanimidade: "Votar favoravelmente a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2021-2023 e, com a reserva de limitação da despesa global ao valor que se encontra orçamentado, a correspondente autorização para:*

- i. A contratação de 4 trabalhadores;*
- ii. O aumento dos gastos com pessoal em 267 mil euros, fixando-se o limite para 2021 em 781,2 mil euros;*
- iii. A aquisição de três viaturas para a frota operacional, sendo duas para substituição de viaturas antigas e outra para acompanhamento das obras;*
- iv. Aumento dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os custos associados à frota automóvel, no valor global de 16,8 mil euros.*

Quadro 1.7

Descrição	2021	2021	2020	Limite	Observações
	PAO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO		
Pessoal	791 480	614 513	514 966	781 200	abaixo do limite
Admissão de Trabalhadores	4	4	2	4	cumprido
Deslocações e estadas	9 000	3 896	1 194		
Custos associados frota automóvel	37 149	18 316	11 337	Δ 16 800	Σ de 9 681 euros [inferior ao limite de 16 800 euros]

Foi cumprido o limite dos custos totais com Pessoal bem como o limite das 4 contratações autorizadas para reforço do Quadro de Pessoal da MM.

O aumento dos encargos com deslocações, alojamento e custos associados com a frota automóvel foi também cumprido, registando-se abaixo do limite de 16 800 euros.

No que concerne às contratações de novas viaturas em regime de AOV, apenas foi possível contratar em 2021 uma viatura em regime AOV, por substituição da viatura mais antiga.

## 6. REMUNERAÇÕES/ HONORÁRIOS

Apresentam-se nesta secção as informações relativas ao estatuto remuneratório, e respetivas remunerações auferidas, dos membros dos Órgãos Sociais.

### 6.1 - MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Em 2020 realizou-se unicamente a Assembleia Geral [AG] Ordinária a 27 de maio cujas remunerações<sup>6</sup> foram as seguintes:

Quadro 1.8

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada	Paço
2019/2021	Presidente	Luís Miguel Correia Antunes	500	-
2019/2021	Vice Presidente	António Miguel Costa Batista	425	-
2019/2021	Secretária	Sónia Serrano Pujalrás	350	333

6 - Às remunerações fixadas aplicam-se as reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, e nos termos do artigo 209.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, bem como outras que se encontrem vigentes ou que vierem eventualmente a ser aprovadas.

## 6.2 - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Composição do Conselho de Administração [CA] é apresentada no **Quadro 1.9**.

Quadro 1.9

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Sim/ Não	OPRLO <sup>[2]</sup>		Nº Mandatos	Observ.
			Forma <sup>[1]</sup>	Data		Ent. Origem	Ent. Pagadora		
2019/2021	Presidente executivo	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	AG	7/24/2019	Não	-	MM	1	a)
2019/2021	Voçal executivo	Eduardo Jorge Gonçalves Barata	AG	7/24/2019	Não	-	MM	1	b)
2019/2021	Voçal não executivo	Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo	AG	7/24/2019	Não	-	MM	1	-

1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - previstas no n.º 8 do artigo 28º do EGP; indicar entidade pagadora (O-origem/D-Destino)

a) Acordo de cedência ocasional (Metro do Porto)

b) Acordo de cedência de interesse público (Universidade de Coimbra)

Quadro 1.10 - Estatuto do Gestor Público, aplicável ao CA

Conselho de Administração [Membro]	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração Mensal Bruta (€)	
			Vencimento <sup>[1]</sup>	Despesas de Representação <sup>[1]</sup>
Presidente	Sim	C	4 578	1 831
Administrador Executivo	Sim	C	3 663	1 465
Administrador não executivo	Sim	C	96	0

1) Não inclui o corte de 5%, conforme artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

As remunerações auferidas pelo CA em 2021 foram as que se apresentam nos Quadros 1.11 e 1.12.

Quadro 1.11

Mandato	Conselho de Administração	Remuneração Anual 2021 (€)		
		Fixa <sup>a)</sup>	Variável	Bruta
2019/2021	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	86 070	0	86 070
2019/2021	Eduardo Jorge Gonçalves Barata	68 856	0	68 856
2019/2021	Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo	12 819	0	12 819

a) Não inclui o corte de 5%, conforme artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

Quadro 1.12

Mandato	Conselho de Administração	Remuneração Anual 2021 (€)				
		Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
2019/2021	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	86 070	0	86 070	4 303	81 767
2019/2021	Eduardo Jorge Gonçalves Barata	68 856	0	68 856	3 443	65 413
2019/2021	Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo	12 819	0	12 819	641	12 178

1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

4) Redução prevista no artigo 12.º o da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

A MM cumpre com as reduções remuneratórias em vigor e assim não líquida prémios de gestão.

Quadro 1.13

Mandato	Conselho de Administração	Benefícios Sociais							
		Valor Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro Ac Trabalho	Seguro de Saúde	Outros	
		Diário <sup>1</sup>	Encargo Anual da Empresa	[identificar]	Encargo Anual da Empresa	Encargo Anual da Empresa	Encargo Anual da Empresa	[identificar]	Encargo Anual da Empresa
2019/2021	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	5	1 089	Seq Social	17 349	966	556	SHT	72
2019/2021	Eduardo Jorge Gonçalves Barata	5	1 089	CGA	15 548	731	556	SHT	72
2019/2021	Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo	0	0	Seq Social	2 881	0	0	-	-

1 - O valor do subsídio de almoço foi atualizado em outubro para 5,20 €/dia

Quadro 1.14 - Acumulação de funções do CA

Mandato (Início-Fim)	Membro do Conselho de Administração		Acumulação de Funções Entidade	Função	Regime	Identificação Data Autorização (a)
2019/2021	Presidente executivo	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	Universidade Portucalense Infante D Henrique		Privado	4/13/2020
2019/2021	Vogal executivo	Eduardo Jorge Gonçalves Barata	Faculdade Economia Universidade Coimbra		Público	4/13/2020
2019/2021	Vogal não executivo	Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo	Águas de Coimbra		Público	-

a) Autorização concedida por Despacho Conjunto das Secretarias de Estado das Finanças e Infraestruturas e Habitação

PAG/ 136

Existe uma viatura cedida pela Metro do Porto, S.A, ao Presidente do Conselho de Administração enquanto não é concluído o processo de aquisição de viatura em regime AOV<sup>7</sup>, cujo custo mensal é suportado pela MM.

Quadro 1.15

Mandato	Conselho de Administração	Gastos Anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto Total com viagens
		Deslocações em Serviço <sup>(1)</sup>	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras Identificar	Valor	
2019/2021	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	5 257	619	n/a	D Representação	867	6 742
2019/2021	Eduardo Jorge Gonçalves Barata	2 314	0	n/a	D Representação	689	3 003
2019/2021	Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo	0	0	n/a	D Representação	47	47

1) Inclui despesas de avião, estacionamento, portagem, combustível, refeição e títulos de transporte

7 - Encontra-se autorizado por Sua. Ex.ª a Secretária de Estado do Orçamento, através de Despacho n.º 153/2022/SEO, de 25 de janeiro de 2022, a aquisição da segunda viatura em AOV, que se encontra em processo de contratação.

## 6.2 - FISCAL ÚNICO

No que se refere ao Fiscal Único, não houve lugar a prestação de serviços adicionais para além dos trabalhos desenvolvidos no âmbito das funções de Fiscal Único na sociedade.

Quadro 1.16

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		n.º anos funções exercidas	
		Nome	N.º inscrição OROC	N.º registo CMVM	Forma		Data
2019/2021		Rosa Lopes, Gonçalves Mendes, SROC	-	20161435		7/24/2019	12
2019/2021	Fiscal Único Efetivo	José de Jesus Gonçalves Mendes	833	20160459	AG <sup>1)</sup>	7/24/2019	12

*1) O estatuto remuneratório do Fiscal Único foi revisto em Assembleia Geral de 2019, passando ao limite máximo de 22,5% da quantia correspondente a 12 meses de remuneração global ilíquida atribuída nos termos legais ao Presidente do Conselho de Administração.*

Quadro 1.17

Nome	Valor anual do contrato de prestação de serviços - 2021 (€)		
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Rosa Lopes, Gonçalves Mendes, SROC	12 361	618	11 743

## 7. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32.º E 33.º DO EGP

Na MM os gestores públicos não têm cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento atribuídos e não utilizam quaisquer meios eletrónicos nem outros instrumentos de pagamento da sociedade que possam ter por objeto a realização de despesas ao

serviço da empresa. Igualmente, não existe o reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que recaiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.



As despesas relacionadas com comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, foram as que constam do **Quadro 1.18**.

Quadro 1.18

Mandato	Conselho de Administração	Gastos com Comunicações (€)		
		Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
2019/2021	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	80	663	-
2019/2021	Eduardo Jorge Gonçalves barata	80	958	-
2019/2021	Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo	0	0	-
<b>Total</b>			<b>1 621</b>	

Quanto aos gastos com combustível e portagens, registaram-se seguintes valores

Quadro 1.19

Mandato	Conselho de Administração	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)			Observações
			Combustível	Portagens	Total	
2019/2021	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	458	2 810	1 967	4 777	-
2019/2021	Eduardo Jorge Gonçalves barata	366	636	1 620	2 256	-
2019/2021	Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo	-	0	0	0	-
<b>Total</b>					<b>7 033</b>	

PAG/ 140

## 8. DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

Não existem e nunca existiram despesas não documentadas (n.º2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013).



## 9. RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES

A MM procede à elaboração do Relatório sobre Remunerações por Género dando cumprimento à obrigação legal estabelecida no ponto 2 e 3 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março, que visa diagnosticar e prevenir qualquer eventual diferença remuneratória não justificada na estrutura remuneratória da empresa. O relatório, encontra-se disponibilizado no sítio da internet da MM, nos termos da RCM n.º 18/2014, de 7 de março.

A MM não pratica e repudia explicita e ativamente quaisquer práticas discriminatórias de género. A liquidação de remunerações tem por base a categoria e experiência laboral, nos termos do regulamento de carreiras em processo de apreciação superior, e independente do sexo. Do histórico de processamento de remunerações para categorias iguais, as remunerações processadas são iguais, seja homem ou mulher.



# 10. PLANO DE GESTÃO DE RISCO E INFRAÇÕES CONEXAS

A MM remeteu ao Conselho de Prevenção da Corrupção o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas), ao abrigo da Recomendação n.º 1/2009, de 1 de julho. Em 24.03.2021, após ampla análise e discussão interna em que participaram todos os Administradores e Colaboradores da MM, foi aprovada a revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas). O Plano está publicado no sítio da empresa na internet.

Está em elaboração o Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas) da MM relativo ao ano de 2022.



# 11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

- A despesa, independentemente do valor, é sustentada por informação fundamentada do Departamento que a propõe superiormente, com sujeição à apreciação e aprovação do Conselho de Administração. A necessidade de contratar é, nesse contexto, cuidadosamente analisada, quer do ponto de vista económico, quer na análise efetuada sobre a ausência de soluções internas, bem como ainda da explicitação dos objetivos a alcançar;
- Estão implementados critérios internos para a utilização da figura do Ajuste Direto, com consultas muito frequentes ao mercado, de forma a evitar distorção aquando da formulação dos convites;
- As consultas prévias ao mercado são sempre elaboradas por técnicos da MM e as decisões finais são determinadas pelo CA;
- Internamente, opera-se a segregação de funções, por ser um fator chave de controlo de todos os procedimentos implementados e para garantir que mais do que uma pessoa esteja envolvida nos processos de aquisição;
- É efetuado o acompanhamento e monitorização contínua da execução das tarefas, atividades e custos de custo (projetos);
- Em virtude da implementação do novo regime contabilístico SNC-AP, em funcionamento desde 2018, houve uma alteração de procedimentos, em particular com o reflexo da introdução do lançamento contabilístico do cabimento e compromisso;
- É efetuado o controlo da execução dos contratos celebrados com terceiras entidades, designadamente, quanto a eventuais atrasos na execução, adequação das prestações, etc.;
- É efetuado o controlo jurídico das cláusulas a inserir nas peças dos procedimentos concursais, de tal forma que as mesmas só são aprovadas após apreciação do Departamento Jurídico;
- Não houve atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 M €.

## 12. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A dimensão (pequena) atual da empresa conduz a que as encomendas de material de aprovisionamento/funcionamento sejam realizadas à medida das necessidades em cada momento, pelo que as encomendas são formalizadas com um prazo de entrega muito curto. Contudo, realiza-se, sempre que possível, uma consulta prévia a três entidades diferentes e efetua-se a adjudicação à

entidade que apresenta valor mais baixo. Pese embora a prática aqui descrita, a MM aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, na qualidade de entidade compradora voluntária a 4 de junho de 2020.

Em 15 de novembro de 2021, foi efetuada a adesão à Central Nacional de Compras Municipais.



# 13. MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS

Para aferir o nível de atividade da empresa, a MM apresentou o seguinte indicador alternativo - Indicador de Otimização da Estrutura de Gastos operacionais (IOEGG):

$$\text{IOEGG} = \frac{\text{Gastos Operacionais}}{\text{Investimento realizado (rubrica económica 07)}}$$

Este indicador (alternativo) da eficiência operacional foi reconhecido<sup>8</sup> como adequado à análise do peso que os gastos operacionais representam no trabalho desenvolvido na empresa (investimento), em cada ano. É importante assinalar que a MM está numa fase de transição de um cenário de fortíssima contenção de custos para um contexto dominado pela necessidade de realização de elevados níveis de investimento, conduzindo a rácios decrescentes numa primeira fase para depois tender a estabilizar.

Deste modo, a redução absoluta dos gastos operacionais não se verifica pelo que deverá ser tido em conta o peso que estes assumem no investimento realizado, conforme o indicador alternativo aprovado.

<sup>8</sup> - O recurso ao IOEGG, nos termos aqui definidos, foi aprovado pelo Despacho n.º 1250/19-SET, a 15 de outubro de 2019. Em conformidade com o n.º 2 do art.º 158º do DL n.º 84/2019, de 28 de junho (Lei de Execução Orçamental) a utilização deste indicador deve ser mantida nos exercícios de Planeamento da MM em 2019, 2020 e 2021.

## Quadro 120

Eficiência Operacional	2021	2021	2020	2019	2021/2020		2021/2019	
	exec	orçam	exec	exec	Δ Absol.	Var %	Δ Absol.	Var %
(0) EBITDA	208 526	1 066 506	-2 744	4 651	211 270	-	203 875	-
(1) CMVMC	0	0	0	0	-	-	-	-
(2) FSE (AA)	141 958	191 521	169 739	149 100	-27 782	-16,4%	-7 142	-4,8%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos I), II), III)	617 133	781 200	514 966	433 723	102 167	19,8%	183 410	42,3%
(3.1) Indemnizações pagas por rescisão	0	0	0	0	-	-	-	-
(3.11) Valorizações remuneratórias	0	0	0	0	-	-	-	-
(3.111) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	0	0	0	0	-	-	-	-
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	759 091	972 721	684 705	582 823	74 386	10,9%	176 268	30,2%
(5) Impactos pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais (CMVMC, FSE e G. Pessoal)	0	0	905	0	-905	-	-	-
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(3)-(4)-(5)	759 091	972 721	683 801	582 823	75 290	11,0%	176 268	30,2%
(7) Volume de negócios (VN) b)	0	0	0	0	-	-	-	-
(7.1) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19 (+)	0	0	0	0	-	-	-	-
(8) Volume de Negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+7.1)	0	0	0	0	-	-	-	-
(9) Peso dos gastos / VN = (6)/8)	-	-	-	-	-	-	-	-
(I) Gastos com Deslocações (FSE)	3 896	9 000	5 941	1 194	-2 046	-34,4%	2 702	226,4%
(II) Gastos com Ajudas de Custo e Alojamento (G c/ pessoal)	-	-	-	-	-	-	-	-
(III) Gastos associados à frota automóvel c)	18 316	37 149	15 370	11 337	2 945	19,2%	6 979	616%
(10) Total = (I) + (II) + (III)	22 212	46 149	21 312	12 531	900	4,2%	9 681	77,3%
(11) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	-	-	-	-	-	-	-	-
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	17	17	13	11	4	30,8%	6	54,5%
Nº Órgãos Sociais (OS)	3	3	3	3	0	0,0%	0	0,0%
Nº Cargos Direção (CD)	2	2	2	2	0	0,0%	0	0,0%
Nº Trabalhadores (sem OS e sem CD)d)	12	12	8	6	4	50,0%	6	100,0%
Nº Trabalhadores /Nº CD	6	6	4	3	2	50,0%	3	100,0%
Nº de viaturas	3	3	3	3	0	0%	0	0%

AA) O montante total na conta de FSE ascende a 762.602 €, que dizem respeito à construção (empreitada, fiscalização e revisão de projetos) dos Edifícios A1 e A2, anulado pela 73 e com reflexo na conta de inventários [36] no balanço.

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMVMC+FSE+Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na LOE 2018

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos. Contempla o custo de utilização da viatura do Metro do Porto.

d) um colaborador encontra-se em licença sem vencimento desde 2019, não tendo gerado qualquer custo pelo que não foi contemplado como recurso.

7) Os estudos, pareceres, projetos e consultoria, sendo a Metro Mondego uma empresa de projeto são considerados investimento.

O Quadro I.21 abaixo permite uma análise da evolução operacional, tendo por base o indicador alternativo (IOEGG).

Quadro I.21

Descrição	2021	2021	2020	2019
	PAO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO
FSEs	191 521	141 958	169 739	149 100
Pessoal	781 201	617 133	514 966	433 723
Investimento (económica 07)	4 977 019	2 485 286	1 900 676	1 058 883
$\Delta$ Pessoal (1)	12,8%	-16,4%	13,8%	
$\Delta$ Fornecimento e Serviços Externos (2)	51,7%	19,8%	18,7%	
IOEGG (1+2)/(3)	19,5%	30,5%	36,0%	55,0%

Quadro I.22

Investimento Realizado	2021	2020	2019	2018
Equipamento fixo e de funcionamento	18 805	84 703	10 568	4 845
Implementação da 1ª fase <sup>1)</sup>	1 251 206	1 077 560	660 376	577 140
Comunicação e Marketing	9 239	2 800	0	0
Libertação da Baixa de Coimbra	758 157	513 596	9 172	9 605
Empreitada de Construção PMO	271 652	0	0	0
Material Circulante	0	0	0	0
Estudos e Assessorias	176 226	222 018	220 850	5 819
<b>TOTAL</b>	<b>2 485 286</b>	<b>1 900 676</b>	<b>900 965</b>	<b>591 590</b>

1) Deduzida as receitas (PART a partir de 2019)

Apesar do crescimento das rubricas operacionais (FSE e Pessoal), o IOEGG evidencia uma redução em valor absoluto para 30,5%, demonstrando a significativa eficiência operacional alcançada. Na base do alcance deste resultado está o incremento do investimento realizado, registando um aumento de 30,7% quando comparado com a execução em 2020.

A admissão de 4 trabalhadores<sup>9</sup> ocorreu ao longo do ano de 2021 e os gastos decorrentes destas novas contratações foram os seguintes:

*Quadro 1.23*

Descrição	2021	2021
	PAO	EXECUÇÃO
Impacto Remuneratório (4 contratações)	129 537	39 024
Custos de recrutamento	0	4 730
<b>Total</b>	<b>129 537</b>	<b>43 754</b>

As admissões registaram um custo inferior ao estimado porque as admissões resvalaram o calendário de entrada previsto.

Devido à Pandemia, há custos incorridos adicionais, mas que não se assumem relevantes. Ao nível dos FSE foi internalizado o custo da limpeza, devido à sua imaterialidade. No que se refere a custos com pessoal, em particular nas despesas com máscaras e realização de testes antigénio, o custo total no exercício ascendeu a 1.024 €, considerado também imaterial e por isso sem necessidade de destaque.

<sup>9</sup> - Autorização obtida através do Despacho n.º 303/2021-SET, de 6 de abril, emitida por Sua. Exa. O Secretário de Estado do Tesouro.

No que diz respeito aos Serviços Alternativos, em 2021 confirmou-se o agravamento previsto do défice operacional em consequência da pandemia COVID-19, mas na linha do que foi estimado no PAO 2021, conforme se poderá constatar pela leitura do Quadro I.24. Assim, se por um lado a despesa total foi 189 206 € superior e a receita do PART 10 245 € inferior ao estimado, a rúbrica "Receitas

de Operação" que passou a existir com as alterações no quadro de funcionamento dos Serviços Alternativos a partir de 01/09/2021 apresenta um valor de 157 120 €, ou seja, verificou-se uma diferença de -42 331 € no valor do encargo da MM com os Serviços Alternativos.

#### Quadro I.24

Descrição	2021	2021	Variação
	PAO	EXECUÇÃO	
Receitas PART	110 000	99 755	-9,3%
Receitas Operação	0	157 120	-
Despesa			
Serviços Alternativos	1 062 000	1 251 206	17,8%
Operação	1 050 000	1 237 934	17,9%
Manutenção	12 000	13 272	10,6%
Custo efetivo Serviços Alternativos	952 000	994 330	

A execução obtida foi a seguinte:

*Quadro 1.25*

Perdas COVID 19	2021	2020
	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO
Receitas PART	99 755	89 196
Receitas Operação	157 120	0
<b>Despesa</b>	<b>1 251 206</b>	<b>1 077 560</b>
Serviços Alternativos Operação	1 237 934	1 061 206
Normal	1 022 952	802 089
COVID-19	214 982	259 117
Serviços Alternativos Manutenção	13 272	16 354
Normal	13 272	12 104
COVID-19	0	4 250

No que diz respeito aos valores do impacto da pandemia nos Serviços Alternativos, a quebra de receitas da venda de títulos de transporte em 2021 ter-se-á cifrado em cerca de 25 000 € (dos quais cerca de 15 000 relativos à receita do PART), valor que se deve maioritariamente ao primeiro semestre de 2021, período em que a procura por estes serviços foi mais penalizada.

No que se refere à despesa com os Serviços Alternativos, estima-se que o valor acrescido que se deve à pandemia se tenha cifrado em 214 982 €, neste caso, correspondentes à diminuição das receitas de bilheteira refletidas nas faturas da CP que a MM suportou até 31/08/2021 e que incluíam também os custos com o operador rodoviário e com os serviços prestados pela CP. Em 2021 não houve despesas extraordinárias com o reforço das operações de limpeza, tal como sucedeu no ano anterior, dado que no novo contrato para a limpeza regular das paragens dos Serviços Alternativos foi aumentada a frequência desse serviço.

# 14. CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA

Em 2021, a MM deu pleno cumprimento ao n.º 7 do artigo 49.º da DLEO 2019, solicitando à Secretaria de Estado das Infraestruturas autorização para proceder às seguintes contratações (efetivamente realizadas), nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 66.º do Lei n.º 2/2020, de 31 de março (LOE2020):

- Prestação de serviços para imagem gráfica e paginação do relatório e contas;
- Prestação de serviços para a execução de processo de recrutamento;
- Contratação de consultoria para caracterização da velocidade do vento e apoio à formulação de medidas de mitigação da ação de ventos fortes;
- Contratação de serviços de manutenção e suporte do software de gestão primavera public sector e de gestão documental integrada filedoc;
- Contratação de prestação de serviços rodoviários alternativos ao Ramal da Lousã;
- Aquisição de serviços para a Revisão de Estudos e Projetos do PMO do SMM;
- Contratação de prestação de serviços para a concretização de processo de recrutamento;
- Prestação de serviços de desenvolvimento de campanha de comunicação;
- Prestações de serviços de arquitetura;
- Prestação de serviços para o desenvolvimento do manual de identidade para a fase de obras do SMM;
- Consultoria para análise de uma solução alternativa para a inserção urbana do canal do SMM na R. Gen. Humberto Delgado em Coimbra;
- Prestação de serviços de assessoria jurídica para a preparação de pedido de parecer à AMT relativo aos serviços de transporte rodoviário de passageiros em alternativa ao Ramal da Lousã entre Serpins e Coimbra.

# 15. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

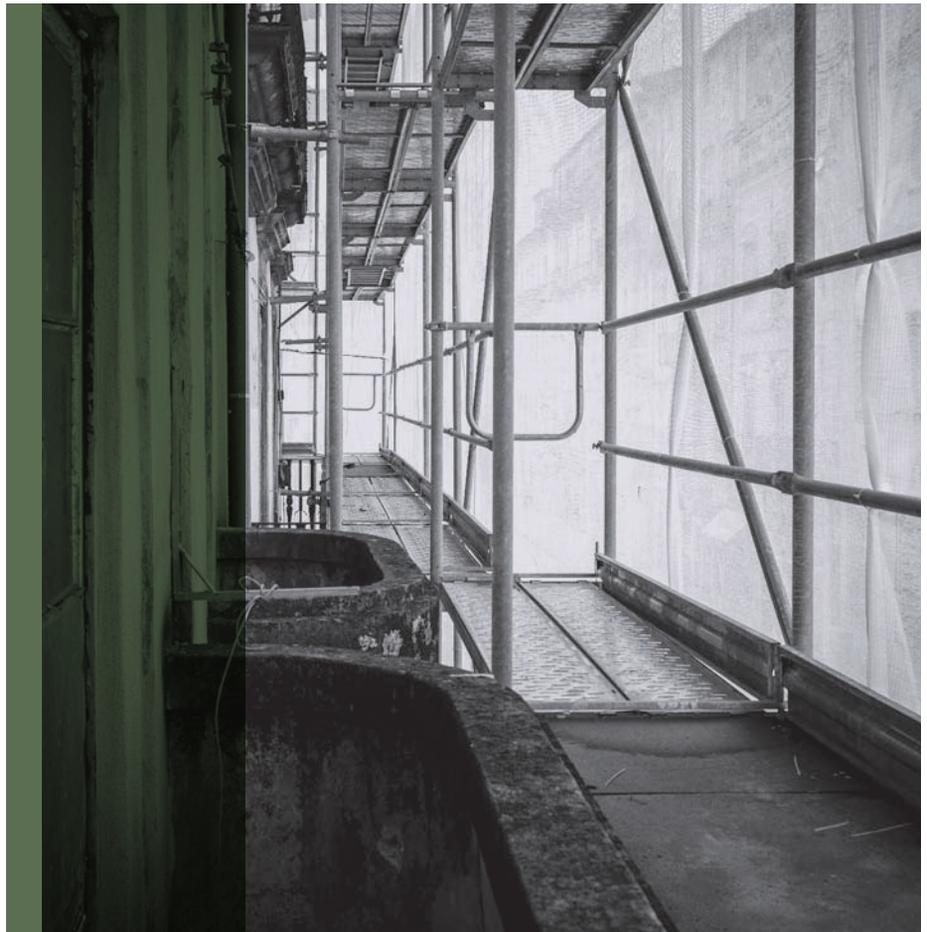
Desde 2018 que a MM concentra a totalidade da tesouraria no IGCP não detendo qualquer outra conta na Banca Comercial. Deste modo, também não existem aplicações financeiras na Banca Comercial.

*Quadro 1.26*

IGCP	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Disponibilidades	4 610 612	4 399 796	4 368 690	6 063 314
Aplicações Financeiras	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>4 610 612</b>	<b>4 399 796</b>	<b>4 368 690</b>	<b>6 063 314</b>

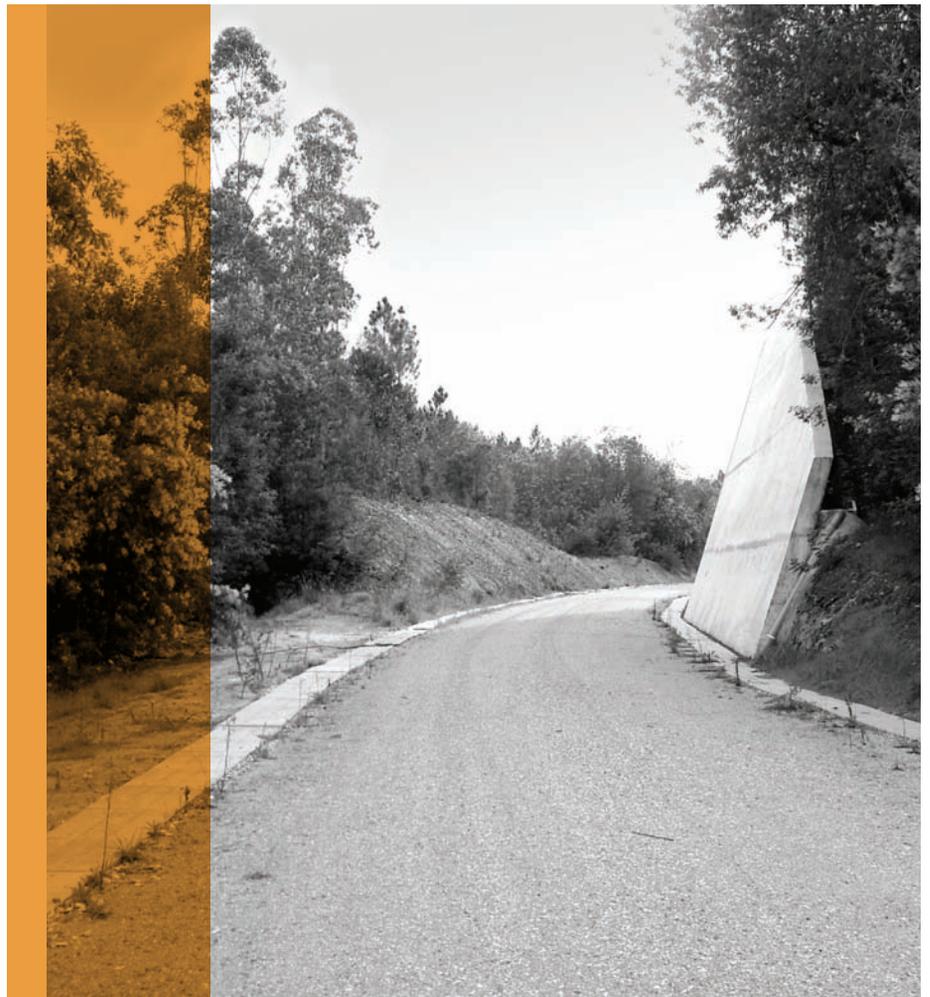
## 16. TRIBUNAL DE CONTAS

Não existem recomendações por cumprir.



# 17. PLANO PARA A IGUALDADE

Foi aprovado em 14 de abril de 2021 pelo Conselho de Administração o Plano para a Igualdade do Género, sendo disponibilizado no site institucional da empresa.



# 18. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA

A apresentação da demonstração financeira, prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais (CSC) possui natureza obrigatória para empresas com um número médio acima de 500 trabalhadores, ou seja, conquanto no caso da MM a sua apresentação ser facultativa, foi aprovado a 14 de março de 2021, pelo CA o Relatório de Sustentabilidade, encontrando-se disponibilizado no site institucional da empresa. Está em curso o processo de revisão e atualização para 2022 do Relatório de Sustentabilidade da MM.

# 19. INFORMAÇÃO DIVULGADA NO SITE DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO (SEE) A 31 DE DEZEMBRO DE 2021



## Quadro 127

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/NA	Data Atualização	
Estatutos	s	2020	
Caracterização da Empresa	s	2020	
Função de tutela e acionista	s	2020	
Modelo de Governo/Membros dos Órgãos Sociais			
- Identificação dos Órgãos Sociais	s	2020	
- Estatuto Remuneratório Fixado	s	2020	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	s	2020	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	s	2020	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	s	2020	
Esforço Financeiro Público	s	2020	
Ficha Sintee	s	2020	
Informação Financeiras histórica e atual	s	2020	
Princípios de Bom governo			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	s	2020	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	s	2020	
- Outras transações	s	2020	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	s	2020	
Social	s	2020	
Ambiental	s	2020	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	s	2020	
- Código de Ética	s	2020	

Cumprimento das Orientações legais - 2021	Cumprimento S/N/NA
<b>Objectivos de Gestão:</b>	
Objetivo 1	NA
Objetivo 2	NA
Metas a atingir no PAO 2021	S
<b>Princípios Financeiros de Referência</b>	
Investimento	S
Gastos Com Pessoal	S
Gastos de Funcionamento	S
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S
Gestão do Risco Financeiro	NA
Limites de Crescimento do Endividamento	NA
Evolução do PMP a fornecedores	S
Divulgação do Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	NA
<b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas:</b>	
- limite de contratação de 4 trabalhadores	S
- aumento de custos pessoal até limite 7812 mil euros	S
- aquisição 3 viaturas para frota operacional	S
- aumento dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e os custos associados à frota automóvel, no valor global de 16,8 mil euros	S
<b>Reservas Emitidas na última CLC</b>	<b>NA</b>
<b>Remunerações/honorários</b>	
Não atribuição de prémios de gestão	S
Órgãos sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2021	S
Fiscalização (Fiscal Único) - reduções remuneratórias vigentes em 2021	NA
<b>EGP - Artigo 32º e 33º do EGP</b>	
Não utiliza cartões de crédito	S
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S
Valor máximo de despesas associadas a comunicações	S
Valor máximo de combustíveis e portagens afecto mensalmente às viaturas de serviço	S
<b>Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16º do RISPE e artigo 11º do EGP</b>	<b>S</b>
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014	S
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	N
<b>Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção</b>	<b>S</b>
<b>Contratação Pública</b>	
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	NA
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S
Auditoria do Tribunal de Contas	NA
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49º da DLEO 2019)	S
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28º do DL 133/2013)	S
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S
Auditoria do Tribunal de Contas	NA
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7º, da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto	S
Apresentação de demonstração não financeira	

Quantificação/  
Identificação

Justificação/Referência ao ponto do relatório

	Não existem objetivos de gestão contratados
	O PAO 2021 contempla o incremento de investimento e de despesa. Registou-se o incremento de investimento assim como a melhoria do indicador alternativo que mede a eficiência operacional (IOEGG).
2 485 286	Execução face ao PAO 2021 de 49,9%
613 133	Execução de 78,5 % do PAO 2021
0	Execução de 74,1 % do PAO 2021
3 570 508	Execução de 59,3% face LOE
	Sem financiamento bancário
	Sem financiamento bancário
14	Em 2020 foi de 21 dias
	Não há pagamentos em atraso
4	Cumprido
613 133	Cumprido
4	Foi adquirida em AOV 1 viatura
1 110	Cumprido A variação total entre Deslocações e Estadas e Alugueres foi de 1110 € em 2021 quando comprado com o ano de 2020.
0 €	Não existem prémios de gestão
8 387 €	Artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho
618 €	Artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho
0 €	Os gestores públicos não tem cartão de crédito
0 €	Não existem despesas desta natureza
80 €	Valor mensal por gestor público
824 €	Relativo aos gestores públicos
0 €	<b>Não existem despesas desta natureza</b>
0 €	Não existem despesas desta natureza
	Encontra-se disponibilizado no site institucional
	A dimensão reduzida da empresa não justifica a elaboração de um relatório
	<b>Encontra-se disponibilizado no site institucional</b>
	Em total conformidade com a legislação aplicável
	Não existem participadas
2 619 833	1 contrato
	Sem recomendações por cumprir
	Como entidade compradora voluntária
30,5%	Melhoria de eficiência comparativamente ao que em 2020 o rácio IOEGG registava (36%)
	Aplicação do Código dos Contratos Públicos e nos regimes simplificados a prática de consulta a 3 entidades
	Cumpre
100%	Cumpre
0	Não existem contas na Banca Comercial
0	Não existem contas na Banca Comercial
	Sem recomendações
	Encontra-se disponibilizado no site institucional
	ver secção da Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental no RGS e Relatório de Sustentabilidade disponibilizado no site institucional





METRO MONDEGO, S.A.  
Rua de Olivença, n.º11, 1.º andar,  
3000-306 Coimbra

239 488 100

[metro@metromondego.pt](mailto:metro@metromondego.pt)

